

RITA MÉGRE ROMEIRAS

**O DIÁLOGO ENTRE TERRITÓRIO
(RELACIONAL) E QUOTIDIANO DAS FAMÍLIAS
REALOJADAS NA QUINTA DA FONTE.
TRAJECTÓRIAS DE INCLUSÃO OU DE EXCLUSÃO?**

Orientadora: Professora Doutora Maria José Queirós

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Departamento de Ciências Sociais e Humanas

Lisboa

2010

RITA MÉGRE ROMEIRAS

**O DIÁLOGO ENTRE TERRITÓRIO
(RELACIONAL) E QUOTIDIANO DAS FAMÍLIAS
REALOJADAS NA QUINTA DA FONTE.
TRAJECTÓRIAS DE INCLUSÃO OU DE EXCLUSÃO?**

Tese apresentada para obtenção do Grau de Mestre em Serviço Social, no Curso de Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Orientadora: Prof.^a Doutora Maria José Queirós

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Departamento de Ciências Sociais e Humanas

Lisboa

2010

Dedico esta dissertação:

À minha mãe...que foi sempre uma lutadora;

Ao Marco e à Beatriz...por tudo o que são.

A todos os que tentam fazer da Quinta da Fonte
um território onde se quer viver...

AGRADECIMENTOS

O processo de investigação que a presente dissertação exigiu, veio confirmar um princípio que já havíamos interiorizado: a impossibilidade de dependermos apenas de nós próprios para o sucesso de qualquer desafio que aceitemos. Assim aconteceu, e este trabalho não teria sido possível sem algumas pessoas que comigo estiveram nas diversas etapas, pelo que agradeço...

À Professora Maria José Queirós, por tudo o que me deu a aprender com sabedoria, pela rara dedicação, pelo duplo privilégio de ter sido sua aluna e orientanda e por poder afirmar que desconheço o que é uma investigação solitária.

Aos nove sujeitos acção, que me permitiram 'entrar' nos seus territórios vividos.

A todos os Professores do I Curso do Mestrado em Serviço Social e Política Social, que contribuíram activamente para todo o processo reflexivo.

Aos colegas mestrandos, pelos bons momentos e partilha de conhecimento.

À Câmara Municipal de Loures, que personalizo na Florbela Baptista, pela confiança e liberdade incondicionais no processo de investigação.

A toda a equipa do GIL da Apelação, pelos contributos, paciência e incentivos constantes, em especial à Paula Regina, Maria José Pires e Clemência Rego.

À Doutora Maria João Freitas, por ter partilhado o seu saber, através da entrevista exploratória que se revelou fundamental na investigação.

Ao meu pai, às minhas três mães (Semina, Rosa e Libertina), aos meus irmãos e cunhados, por terem sido o meu suporte, pela preciosa colaboração em algumas tarefas, e por tudo o que nunca saberia aqui exprimir.

À Ana Paula Garcia, amiga que sempre acreditou e a grande companheira dos bons e maus momentos, pelo que me fez crescer com a sua inteligência e experiência.

Ao Hélder Coimbra, pela inspiração para este desafio.

À Dilar Pelica, pela amizade e pela força que me incutiu.

À Patrícia Carvalho, por todo o apoio e pelos contributos gráficos desta dissertação.

À Rosa Pascoal, pela nova amizade que se revelou nos instantes mais duros do processo.

A Tânia Cunha, pelas opiniões, paciência e tertúlias enriquecedoras.

A todos os que não referi e que me incentivaram nas diversas fases do processo.

Por fim, mas fundamentalmente, ao Marco e à Beatriz, por podermos concluir no final desta 'prova', que somos uma verdadeira família.

Resumo

A presente investigação pretende aprofundar algumas das questões associadas às pessoas que residem em bairros sociais por via de processos de realojamento, resultado da acção das medidas de políticas sociais de habitação, numa abordagem que se centra no diálogo que as mesmas estabelecem com o território que ajudam a construir no seu quotidiano.

O micro território alvo da pesquisa é um bairro social na periferia de Lisboa, a Quinta da Fonte, no concelho de Loures, espaço de vida de famílias que na sua maioria residiam em núcleos degradados de barracas, e que ao longo dos anos tem vindo a ser alvo de projectos de intervenção comunitária de intensidades e durações diversas.

Através de uma perspectiva que não se quer limitada às questões da pobreza e exclusão social, pretende-se reflectir acerca da forma como alguns dos factores inerentes à vida nas cidades e nos subúrbios, podem influenciar o quotidiano das pessoas, num mundo global gerador de riscos que não escolhem classes sociais, mas cujos fluxos de informação são dominados apenas por alguns.

O processo de investigação é orientado por uma estratégia abductiva, pelo que se privilegiam sentimentos, perspectivas e motivações dos sujeitos na análise de conteúdo às nove entrevistas semi-estruturadas, instrumento seleccionado como opção metodológica para a recolha dos dados.

O território, adoptado como o 'chão da cidadania', e palco de sucessivos jogos relacionais entre os diversos actores sociais que nele intervêm, é compreendido através da singularidade das trajectórias de vida, que se conclui terem sido marcadas pela mobilidade territorial, (que estagnou com o realojamento) um recurso fundamental nos dias de hoje, mas não acessível a todos, nomeadamente a estes moradores.

Os discursos dos entrevistados revelam infâncias marcadas pela pobreza e percursos repletos de estratégias de sobrevivência, que mantiveram na Quinta da Fonte, embora actualmente predominem sentimentos de medo e insegurança, que, inibem a produção de energia para uma participação activa nos processos relacionais existentes no bairro. O conjunto que engloba as histórias de vida individuais, a gestão de poderes e autonomias perante o que é estranho, a intervenção pública, as representações sobre os profissionais, e mesmo a informação simbólica que os media fazem circular sobre aquele "quartier sensible", catapultam um ténue usufruto do espaço público, compensado com a intensificação das relações sociais com os vizinhos próximos.

Detectou-se, no entanto, o principal factor de ruído no diálogo produzido entre aquele território e as famílias que aí foram realojadas: a Quinta da Fonte é um bairro onde as pessoas não se sentem bem.

Reconhecendo a importância do Serviço Social na construção das políticas sociais, entre as quais as de habitação, esta investigação pretende, acima de tudo, dar "voz aos silenciosos da História".

Palavras-chave: territórios relacionais; políticas sociais de habitação; cidades globalizadas; jogos de actores; Serviço Social.

ABSTRACT

This research aims to deepen some of the issues associated with people living in social housing through the processes of resettlement as a result of the action of the measures of social housing, an approach that focuses on dialogue that they establish with the territory that help building in their daily lives.

The micro territory area of research is a housing estate on the outskirts of Lisbon, Quinta da Fonte, in the municipality of Loures, living space for families who mostly lived in tents degraded nuclei, and that over the years has been be the target of community intervention projects of various intensities and durations.

Through a perspective that will not be limited to issues of poverty and social exclusion is intended to reflect on how some of the factors inherent to life in cities and suburbs, can influence the daily lives of people in a global world generator of risk who do not choose classes, but whose information flows are dominated by just a few.

The investigation process is driven by an abductive strategy, so if you prefer feelings, perspectives and motivations of people in the content analysis to the nine semi-structured interviews, instrument selected as a methodological option for data collection.

The territory was adopted as the 'ground of citizenship', and relational stage of successive games between the various social actors involved in it, it is understood by the uniqueness paths of life that follows have been marked by territorial mobility (which stagnated to the relocation) a vital resource today, but not accessible to all, especially to those residents.

The speeches of interviewed reveal childhood marked by poverty and trails filled with survival strategies, which remained at Quinta da Fonte, although currently prevalent feelings of fear and insecurity, which inhibits the production of energy for active participation in relational processes existing in the neighborhood . The set that encompasses the individual life histories, management of power and autonomy at what is strange, public intervention, the representations of the professionals, and even the symbolic information that the media are circulating about that "quartier sensible" catapult a tenuous enjoyment of public space, offset by the intensification of social relations with neighbors nearby.

It turned out, however, the main factor of noise produced in the dialogue between that territory and the families that were relocated there: Quinta da Fonte is a neighborhood where people do not feel well.

Recognizing the importance of Social Work in the construction of social policies, including the housing, the research focus, above all, give "voice to silent of history."

Keywords: relational territories; social policies of housing; globalized cities; games players; Social Service.

Siglas e Abreviaturas

AML – Área Metropolitana de Lisboa

AMUA – Associação Moradores Unidos da Apelação

CLSL – Contrato Local de Segurança de Loures

CML – Câmara Municipal de Loures

DMH – Divisão Municipal de Habitação

E – Entrevista

EE – Entrevista Exploratória

ERCS – Entidade Reguladora para a Comunicação Social

GIL – Gabinete de Intervenção Local

IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana

ONU – Organização das Nações Unidas

P – Pausa

PE – Parlamento Europeu

PEH – Plano Estratégico Habitação

PER – Programa Especial de Realojamento

PLH – Programa Local de Habitação

PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

PT – Portugal Telecom

RSI – Rendimento Social de Inserção

Índice

Introdução	11
Capítulo I – Cidades, Subúrbios e Habitação Social: metamorfoses numa “era global”	31
1. As transformações geradas através das ‘modernidades’ e a produção global de riscos.....	32
1.1 Os riscos associados à modernização.....	32
1.2 Os efeitos da globalização: territorialização ou desterritorialização?	37
1.3 Globalização e identidade: a emergência da sociedade em rede	40
2. Viver nas cidades: a experiência da urbe.....	42
2.1 Os modos de vida nas cidades: especificidades.....	43
2.2 O medo e a insegurança nas sociedades modernas	46
3. A importância das políticas sociais de habitação no desenvolvimento urbano.....	49
3.1 Habitação condigna: eterno direito fundamental	49
3.2 Tendências actuais das políticas sociais de habitação	52
Capítulo II – Compreendendo os territórios vividos	56
1. Ao encontro de uma noção de território	57
1.1 A evolução dos significados de território	58
1.2 O debate sobre a territorialização das políticas públicas	61
1.3 Uma proposta de análise: a relação entre sujeitos e território	66
2. Territórios de inclusão ou de exclusão?	69
2.1 A relação dialógica dos conceitos de inclusão e exclusão social.....	70
2.2 Formas de inclusão/exclusão territorial.....	73
3. Territórios relacionais generativos: como ‘jogam’ os actores?.....	77
Capítulo III – Nove trajectórias de vida: o mesmo ‘quartier sensible’	83
1. A diversidade de experiências anteriores ao realojamento.....	84
1.1 Virgínia, Georgette e Jaime: de África para a Quinta da Fonte.....	84
1.2 Zita e Miguel: casos de um realojamento indesejado.....	90
1.3 Aida, Maria, António e Casimira: uma casa que alimentou sonhos	93
2. Realojamento: o fim da produção de mobilidades?	98

Capítulo IV – Quinta da Fonte: Singularidades de um micro território relacional	105
1. Significados, sentimentos e percepções dos sujeitos acção	106
1.1 Processo de transição para a Quinta da Fonte	106
1.2 Apropriação e representações do micro território.....	112
1.3 A Quinta da Fonte hoje: processos relacionais, participação e cidadania	118
2. Os media e o poder de controlar a informação simbólica	127
2.1 Descobertas de uma cibernauta sobre a Quinta da Fonte no Google.....	128
2.2 Uma crónica que estigmatiza em doze sequências.....	133
Conclusão	141
Bibliografia	153

Índice de Apêndices

Apêndice I – Modelo de análise.....	i
Apêndice II - Temas das conversas exploratórias.....	iii
Apêndice III – Transcrição entrevista exploratória à Dra. M ^a João Freitas	v
Apêndice IV – Quadro referência das entrevistas	xiv
Apêndice V – Guião da entrevista	xvi
Apêndice VI – Grelha da entrevista	xx
Apêndice VII – Transcrição entrevista 1	xxiv
Apêndice VIII – Transcrição entrevista 2	xxxviii
Apêndice IX – Transcrição entrevista 3	xlvi
Apêndice X – Transcrição entrevista 4	lx
Apêndice XI – Transcrição entrevista 5	lxxv
Apêndice XII – Transcrição entrevista 6	lxxxix
Apêndice XIII – Transcrição entrevista 7	ciii
Apêndice XIV – Transcrição entrevista 8.....	cxvii
Apêndice XV – Transcrição entrevista 9.....	cxxx
Apêndice XVI – Grelhas de análise das entrevistas.....	cxlii
Apêndice XVII – Proposta de implementação do ‘Programa Mobilidades’	cli
Apêndice XVIII – Grelha de pesquisa no Google	clvii
Apêndice XIX – Distâncias de acesso a instituições e serviços.....	clx
Apêndice XX – Avaliação de programas e medidas das políticas sociais de habitação na AML	clxii
Apêndice XXI – Esquema políticas sociais de habitação.....	clxv

Índice de Anexos

Anexo I – Planta da Quinta da Fonte	clxvii
Anexo II – Cópia da crónica “Limpeza Étnica”	clxix

Índice de Quadros

Quadro 1 – Número de peças transmitidas por dia (RTP, SIC; TVI).....	130
Quadro 2 – Análise de conteúdo à crónica “Limpeza Étnica”	135

Índice de Figuras

Figura 1 – Mobilidade territorial e habitacional de Jaime.....	101
Figura 2 – Mobilidade territorial e habitacional de Zita	102
Figura 3 – Mobilidade territorial e habitacional de Aida	102

INTRODUÇÃO

“O que se entende hoje por crise do alojamento, é o agravamento particular das más condições de habitação dos trabalhadores em consequência do brusco afluxo da população para as grandes cidades; é um enorme aumento dos alugueis; um amontoamento mais acrescido de locatários em cada casa e para alguns a impossibilidade de encontrar mesmo onde se alojarem. E se essa crise do alojamento faz falar tanto dela, é que ela não é limitada à classe operária, mas atinge igualmente a pequena burguesia” (Friedrich Engels, 1872).

É de 1872 a reflexão de Friedrich Engels que acima transcrevemos, integrada na obra do autor “A Questão do Alojamento”, mas, com algumas adaptações na terminologia utilizada, poderia integrar um qualquer artigo redigido nos dias de hoje sobre a temática.

Embora estejamos perante uma realidade tão próxima, mesmo que temporalmente distante das palavras proferidas, a grande diferença reside no facto de que actualmente uma habitação condigna é um direito universalmente consagrado, não se podendo, no entanto, ocultar o desmedido fosso existente entre a intencionalidade enunciada deste direito e a realidade observada em quase todo o mundo. Incontornável é o facto da habitação ser um direito fundamental, que influencia o acesso a outros direitos fundamentais, e também o facto de os indivíduos terem ou não uma vida digna, constituindo-se essencial para requerer documentos de identificação, para procurar um emprego e para o fluir de uma vida familiar normal¹.

Podemos identificar como uma das grandes problemáticas das periferias ou mesmo dos centros urbanos a forma como as famílias que foram realojadas edificam os seus projectos de vida nos bairros onde lhes foi proporcionada uma habitação que se quer condigna, mas que não escolheram.

E o que sucede quando finalmente as famílias têm acesso a uma habitação condigna através dos programas habitacionais existentes para esse efeito?

Desde que existem em Portugal, os bairros sociais têm-se constituído um problema, e de acordo com António Fonseca Ferreira (1994:8), “(...) a tendência foi para a constituição de “guetos” sociais e a rápida degradação física e vivencial dos novos bairros”. O mesmo autor, em 1994, justificava que os problemas habitacionais existentes

¹ São inúmeros os diplomas nacionais e internacionais que reconhecem o direito a uma habitação condigna. Exemplificamos: Declaração Universal dos Direitos do Homem (Artº25); Carta Social Europeia (Artº31); Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (Artº34); Constituição da República Portuguesa (Artº65); Programa do XVIII Governo Constitucional (Capítulo IV).

até então se deviam à ausência de uma política de habitação social de fundo. A grande expectativa na altura era o Programa Especial de Realojamento (PER), que no concelho de Loures, área geográfica da investigação, teve início em 1993, não obstante já se vaticinassem alguns dos problemas sociais que iriam emergir da construção de grandes bairros sociais.

Passados dezassete anos, para além de não ter sido ainda cumprido o objectivo primordial do PER, que é a erradicação de barracas das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto (caso do concelho de Loures, onde se situa a Quinta da Fonte, território alvo da investigação), confirmou-se o insucesso generalizado deste tipo de realojamentos ao qual já muitas causas foram atribuídas, tais como as condições sociais e económicas das populações; os modelos de habitat, que desvalorizam os aspectos arquitectónicos, os espaços públicos e equipamentos; e mesmo o tipo de gestão dos processos de realojamento e dos próprios bairros (Ferreira, 1994).

Desta forma, “Habitação não é só tijolos e cimento, mas diz igualmente respeito às áreas e às comunidades em que vivemos”², facto que conduz à necessidade de abordar algumas das dimensões que não se podem excluir desta problemática, associadas ou não à luta contra a exclusão social.

De acordo com parecer do Comité das Regiões (2007), quando reflectimos acerca de habitação, é indispensável falarmos igualmente de emprego, de transportes, de serviços, de um bom ambiente urbano, de energias renováveis, poluição sonora ou saúde, daí as políticas de habitação estarem directamente ligadas a outras políticas com as quais deveriam interagir de forma próxima.

A opinião de Hill (2003) aproxima-se desta ideia, já que considera que outras políticas, geralmente não identificadas como sociais, também contribuem para o estado providência, e que as políticas públicas devem ser vistas a partir de uma perspectiva que reconheça a interligação entre a política social e as restantes.

Quer se fale de habitação nas cidades ou zonas rurais, é sempre um factor que determina a existência ou não de harmonia no seio das comunidades e entre as comunidades, que contribui para a efectivação dos objectivos de desenvolvimento sustentável.

² Parecer do Comité das Regiões “Habitação e política regional (2007/C 146/02).

Há então que abordar em primeiro lugar a dimensão social, quando se reflecte acerca de habitação. O facto de existir carência habitacional pode limitar a possibilidade de inserção social dos indivíduos, bem como condicionar as opções no que concerne aos estudos, formação ou carreira profissional.

Outro aspecto a ter em consideração é o da segregação social, isto é, a permanência e aglomeração dos grupos mais desfavorecidos em zonas problemáticas, geralmente bairros estigmatizados, que originam frequentemente ondas de violência, como se tem vindo a observar em várias cidades de alguns dos Estados-Membros, incluindo Portugal.

Não podemos deixar de referir que o momento da investigação irá por certo ser influenciado pelos conflitos associados a episódios de tiroteio que sucederam no Bairro da Quinta da Fonte, em Julho de 2008, que, pela particularidade de terem sido filmados e pela dimensão atribuída pelos órgãos de comunicação social, produziram uma reflexão colectiva acerca da problemática dos bairros sociais e originaram por certo efeitos nas interpretações das próprias famílias que neles residem. Este episódio de tiroteios catapultou sentimentos de revolta em grande parte da opinião pública que se reflectiu não só na comunidade cigana e africana, mas também em todas as famílias que beneficiam de uma renda apoiada e que fazem da Quinta da Fonte a base para o desenvolvimento dos seus projectos de vida.

Para Isabel Guerra (1994), e na nossa opinião, esta ideia mantém-se actual, as famílias que residem nestes bairros sociais sentem fortemente o “peso” do estigma social, dado que geralmente é feita uma associação entre o bairro, os seus habitantes e a imagem de criminoso, delinquentes ou perigosos.

A possível transformação de bairros residenciais em guetos dificulta em muitos aspectos a implementação e o desenvolvimento de actividades económicas, o que é prejudicial quando se fala de competitividade e de mobilidade.

A mobilidade habitacional está interligada com as questões que dizem respeito à mobilidade dos trabalhadores. Muitas famílias acabam por constituir-se “reféns” da sua própria casa, devido às dificuldades de venda, condicionalismos dos próprios créditos à habitação, ou porque não se conseguem desvincular dos bairros sociais e este factor vai obstruir a fluidez dos mercados de emprego. Estes poderão estagnar se a oferta de habitação não corresponder às necessidades de empregadores e trabalhadores.

De acordo com o Parlamento Europeu (PE)³, a segurança urbana é outro dos factores que contribui para a “atractividade” das cidades europeias, razão por que importa elaborar políticas de luta contra a criminalidade, nomeadamente junto dos bairros desfavorecidos” (PE, 2006).

A conjugação de todos estes factores e de outros que não se enunciaram é então importante para uma correcta planificação urbana, no sentido de prevenir que certos bairros “se afundem na pauperização” (PE, 2006), assumindo-se que as estratégias de desenvolvimento da habitação não se podem limitar à construção e ordenamento do território.

Mesmo considerando a ascensão da dimensão social, ao nível das políticas nacionais e europeias, onde se incluem as preocupações com as questões habitacionais, verifica-se no terreno, reportando-nos aqui especificamente às famílias que já foram realojadas no concelho de Loures, que o acesso a uma habitação condigna não promove por si só a inclusão social, persistindo toda uma diversidade de problemas sociais, que poderão ou não resultar do diálogo estabelecido entre o território e as próprias famílias.

Em conversa exploratória com a Dra. Paula Regina (2009), assistente social na Câmara Municipal de Loures, que trabalha actualmente na gestão social das famílias já realojadas, constatou-se que os principais problemas sociais que transitam para o pós-realojamento são: dificuldades económicas; desemprego; problemas de saúde; toxicodependência; alcoolismo; elevada incidência de mães adolescentes; insucesso escolar; absentismo, todos estes factores que caracterizam a vulnerabilidade sócio familiar.

Mais se verifica que com a efectivação do realojamento, para além de persistirem todas as problemáticas já existentes anteriormente, surgem ainda novas manifestações, que se podem organizar em três dimensões:

- a) **Ao nível do bairro:** a segregação e estigmatização originados pelo ambiente social do bairro, a insegurança, a criminalidade e os choques culturais;
- b) **Ao nível do prédio:** a má utilização e vandalização dos espaços comuns, as más relações de vizinhança, os deficientes hábitos de exercício da cidadania (como é o caso da incapacidade para organizar a gestão dos lotes e dificuldades de organização da economia doméstica tendo em consideração a necessidade do pagamento de rendas e de serviços, que se constitui como um dever que não existia antes de realojamento);

³ Relatório do Parlamento Europeu sobre a habitação e política regional (A6-0090/2007). Comissão do desenvolvimento Regional. Relator: Alfonso Andria.

- c) **Ao nível da família:** dificuldades na gestão económica e doméstica, má utilização da casa, que origina a sua degradação, dificuldades na aplicação de regras para a poupança dos recursos energéticos e persistência dos problemas sócio-familiares acima enunciados.

Gostaríamos ainda de acentuar que de acordo com Dirce Koga, (2003:243) “ O risco de estigmatização dos territórios excluídos é maior quanto maior for o direccionamento de políticas pré-formuladas”. Esta ideia suscitou-nos uma inquietação: ‘fabricar-se-ão’ bairros onde se aglomera a população mais vulnerável, para depois melhor ser controlada e para que os projectos onde se gastam os dinheiros públicos adquiram visibilidade? Concordamos por isso com a mesma autora, quando a mesma assume que os territórios devem ser mais do que um critério para aplicação das políticas. É preciso fazer mais e ir mais longe: olhar para as relações construídas na comunidade e que são inerentes às condições de vida dos actores sociais, no nosso caso perceber os significados que a mudança de um bairro de habitações degradadas para um edifício pode implicar. As políticas têm de acompanhar estas mudanças, uma vez que no seu processo de implementação as relações sociais perdem ou ganham novas características.

O grande dilema reside nesta dicotomia: as populações residentes nos bairros sociais por um lado são alvo privilegiado das políticas sociais, no entanto ao adquirirem este estatuto transformam-se numa“(...) imensa massa uniforme de excluídos(...)” (2003:244).

E é aqui que se consubstancia a nossa primordial intenção: tomar esta massa homogénea como matéria-prima, e constituirmo-nos aprendizes da arte de dela extrair a singularidade dos sujeitos detentores de uma identidade e poder, não efectuando desta forma um mero estudo sobre uma “população alvo”.

Optámos por desenvolver uma dissertação de mestrado que versa a temática da habitação social, em primeiro lugar pelo interesse e motivação em produzir conhecimento na área em que se desenvolve a prática profissional, na Câmara Municipal de Loures, mais especificamente na Divisão Municipal de Habitação. Sublinha-se no entanto que até ao momento as competências profissionais não englobam a população alvo da presente investigação, que abrange as famílias já realojadas e não as famílias residentes em bairros degradados, com as quais interagimos diariamente⁴. Por este motivo, nunca existiu qualquer contacto profissional com os sujeitos que colaboraram na pesquisa.

⁴ A acção profissional processa-se na área social, num Gabinete de Intervenção Local (GIL). O objectivo principal deste gabinete é proporcionar à população um serviço de proximidade que permita por um lado acompanhamento social às famílias residentes nos núcleos degradados de barracas, e por outro às que já foram realojadas no âmbito dos programas existentes para este efeito.

Os processos de realojamento transformam o quotidiano e os modos de vida destas famílias, cujas trajectórias, na nossa opinião, não podem ser dissociadas do diálogo que é estabelecido com o território e da forma como é construído e vivido pelos próprios actores sociais. E é neste ponto que detectamos o interesse social da pesquisa a que nos propomos: investigar como se manifestam as 'conversas' entre o território e as vivências das famílias, assumindo desde já uma estratégia abductiva, dado que é nossa intenção compreender a realidade através das perspectivas e motivações dos sujeitos. Assim, a nossa investigação pretende constituir-se como uma abordagem da realidade vivida pelas famílias realojadas no Concelho de Loures, na Quinta da Fonte, que possibilite uma aproximação das políticas sociais, de programas e projectos de intervenção à população.

Quanto às motivações pessoais para nos aventurarmos nesta investigação, podemos afirmar que já foram alvo de todo um processo de maturação ao longo do primeiro ano do Mestrado, o que nos permite convicção ao assumir que, para nós, e em concordância com Maria Helena Nunes (2004), o basilar é contribuir para a construção de uma prática que nos permita olhar para as pessoas com curiosidade e interesse.

E acrescentamos: curiosidade em conhecê-las, investigando, e interesse em agir para transformar.

• Objectivos

O objectivo geral da presente pesquisa monográfica descritiva é compreender que contornos assume o diálogo que os sujeitos acção⁵ estabelecem com o micro território que se constitui como o palco principal dos seus projectos de vida e do qual ele próprios são parte integrante. Para este efeito, a análise será estruturada através de uma perspectiva das pessoas e não dos outros actores que também constituem os territórios, como o poder público ou os agentes de desenvolvimento local (e mesmo os media, como verificaremos).

Pretende-se de igual forma compreender quais as manifestações dos processos de inclusão/exclusão social nessas mesmas famílias que já foram realojadas, através de uma análise das suas trajectórias de vida, uma vez que se parte do princípio que cada pessoa tem um passado, um presente e um futuro únicos. A grande finalidade deste objectivo será então revelar as singularidades dos percursos de vida dos sujeitos acção, recorrendo às suas memórias e vivências quotidianas.

⁵ No contexto da investigação, a designação de sujeitos acção decorre do facto de assumirmos a sua dignidade de cidadãos, com direitos e deveres, que se encontram directamente implicados na construção do social e logo do micro território onde vivem.

Para compreender as actuais dinâmicas do território em questão, consideramos fundamental captar o contexto e de que forma a perspectiva do realojamento influenciou mudanças no quotidiano das famílias, evidenciando sentimentos e expectativas associadas à transição, bem como o papel do Serviço Social neste processo.

Outro dos objectivos específicos da investigação é perceber as representações e as formas de apropriação daquele território, abordando aspectos quotidianos do passado e do presente, revelando-se positivities e riscos perdidos ou adquiridos. Pretende-se assim desmontar as representações que o actor e 'os outros' interiorizam relativamente aquele micro território e de que forma estas representações afectam as suas trajectórias pessoais.

Percepcionar de que forma são construídos os processos relacionais na Quinta da Fonte é mais uma intencionalidade da presente pesquisa, através da interpretação dos significados das relações familiares, das relações de vizinhança, da descodificação da informação simbólica que circula sobre o bairro, das dinâmicas e evoluções relacionais e da intervenção dos serviços públicos.

O último dos objectivos da investigação é compreender a intensidade dos processos de participação e cidadania, elementos essenciais dos territórios relacionais, assim como aferir (recorrendo ao imaginário social), a existência ou não de 'energia' que catapulte a construção de futuros projectos individuais autónomos.

Começamos então por nos questionar: Transformarão os processos de realojamento os modos de vida destas famílias? Que papel exercerão nas suas trajectórias pessoais e familiares? Será que estas mesmas trajectórias, e os modos de vida que lhes estão associados, são influenciados e influenciam o território vivido e construído pelos diversos actores sociais? Até que ponto o estigma se reflecte no quotidiano das pessoas?

Não estarão também as famílias realojadas num bairro social sujeitas às transformações da pós-modernidade e aos riscos que a mesma transporta, e que pode significar uma mudança na forma de abordar este tipo de problemática para além do ângulo da pobreza e exclusão social?

Estas são apenas algumas das inquietações que nos impulsionaram a percorrer o caminho que esta investigação exigiu.

No entanto, reservamos para o fim a *prima donna* das inquietações, não pelo seu grau de importância, mas por ser a mais madura, assomada no decorrer do processo reflexivo:

- É possível analisar se o micro território alvo da investigação (Quinta da Fonte) tem vindo a ser homogeneizado através da acção das políticas públicas?

Considerando o conteúdo das questões que acima formulámos, assume-se como **objecto da presente pesquisa** as características que assume o diálogo entre um território relacional concreto, um bairro predominantemente de habitação social, com as pessoas que aí desenvolvem as suas trajectórias de vida, através das percepções, significados e singularidades dos próprios sujeitos acção.

• Referencial de análise

Assume-se desde o início que Serviço Social é também investigação, para que a realidade e a prática se relacionem cada vez mais, sendo este um dos nossos principais propósitos. Conhecer a realidade, com o objectivo de contribuir para a construção de projectos adequados, só pode ser feito, na nossa opinião, aliando a prática à investigação.

Com efeito, pretendemos deixar claro que toda a investigação foi conduzida por uma profissional da prática, consciente do papel da pesquisa em Serviço Social na produção de conhecimento, que sustente, reformule e reconstrua essa mesma prática⁶.

Corroboramos a óptica de Dominelli (2004), que nos elucida para a importância de os profissionais se manterem actualizados quanto à produção na área de investigação, compreenderem em que medida a prática pode contribuir para essa mesma investigação, bem como consciencializarem-se da importância do seu papel na construção de conhecimento, incluindo os utentes neste processo como forma de validação.

Incrementar a investigação é exactamente um dos desafios que Carlos Montaña (2010:17) considera fundamentais para o Serviço Social na actualidade. Mas o autor acrescenta ainda:

“(…)a capacitação profissional, o desenvolvimento de uma investigação substantiva, o aumento do status e poder político do profissional nas organizações que permitem não só executar senão desenhar as políticas sociais, a incorporação de demandas emergentes e a discussão do mercado de trabalho definindo novos cenários laborais, todos estes (não poucos) desafios, são urgentes e emergenciais ao Serviço Social. No adequado tratamento deles, acreditamos, está a possibilidade de ter uma substantiva participação real na definição de sua base de sustentação funcional-ocupacional.”

Em todo o processo de investigação esteve também sempre presente o alerta que nos é dado por Maria José Queirós (2005), de que muitas das vezes os profissionais que

⁶ Tendo presente a importância deste pressuposto, sublinhamos mais uma vez que não existiu, até à data, qualquer relação profissional com as famílias realojadas na Quinta da Fonte, nem esta dissertação deverá ser entendida como um instrumento de reconstrução da prática profissional.

operam no terreno baseiam-se em “ideias de senso comum” sobre as comunidades com que trabalham, que pode destacar ainda mais o estigma a que os indivíduos estão expostos. Desta forma, a prática que deveria ser “libertadora” ou “emancipatória” não é competente na tarefa de autonomizar e exercitar a cidadania, uma vez que prevalecem as orientações institucionais e não os interesses da classe dominada.

Por outro lado, uma das inquietações basilares que emerge da experiência profissional na área da habitação social é o facto de a prática proporcionar o contacto directo com os utentes, quer em gabinete quer no meio onde residem, o que gera todo um manancial de informação que acaba por ficar diluída nos processos sociais e que, se sistematizada, poderia constituir uma preciosa fonte de conhecimento.

Na nossa opinião é aqui que tem de existir mudança, pois ao assistente social compete também produzir saber, com o objectivo de impulsionar um diálogo entre a investigação e a prática profissional. A investigação reveste-se por um lado de vital importância para o fortalecimento da própria identidade do Serviço Social, ao produzir conhecimento, e por outro constitui-se como um meio essencial de analisar criticamente a prática profissional, permitindo o questionamento do conhecimento instituído e o avanço do mesmo.

Assim, consideramos importante reter que toda a produção de conhecimento resultado da investigação deve implicar efeitos na prática, fundamentando-a e reformulando-a, sempre numa perspectiva de interesse pelos sujeitos, pela sua singularidade e pelo território onde estão inseridos, que espelha a comunidade, cultura e relações sociais que envolvem as pessoas e as suas histórias de vida.

Nesta tarefa destaca-se a importância dos métodos qualitativos de pesquisa, que privilegiam o contacto directo e aprofundado com os sujeitos, captando as suas motivações, emoções e interpretação da própria realidade, particularidade que torna cada investigação única.

Concordamos com Fook (2002), quando afirma que uma construção isolada da teoria e da prática, dando predominância a uma ou a outra, contribui para o domínio da visão do investigador sobre as perspectivas dos profissionais da prática e dos próprios utentes.

Interiorizando este ponto de vista, torna-se relevante assumir que a acção dialéctica entre investigação e prática deve ser baseada numa construção colectiva, em que o profissional deverá sempre obter o feed-back dos sujeitos acerca das investigações de que se constituem alvo, atribuindo-lhes poder. Este é o factor que distingue a investigação em Serviço Social e ao qual pretendemos ser fiéis.

Pactuamos igualmente com a ideia de Alcina Martins (1999:56), que argumenta que “A investigação a partir da prática profissional deverá desenvolver-se, o que implica concebê-la como uma aproximação ao conhecimento da realidade social e como estratégia que possibilita repensar e renovar práticas”. É esta forma que aspiramos atribuir ao nosso contributo, atendendo ainda ao facto de que a prática deverá sofrer alterações que resultam das mudanças de condições a que os próprios actores sociais estão expostos, pelo que cabe aos profissionais compreender estas transformações, assumindo um papel dinâmico e inovador, que na nossa opinião deverá sempre visar a justiça social (Mc Donought, 1999).

Salientamos que foi interiorizado o pressuposto que as políticas sociais, neste caso concreto as de habitação, deverão, segundo Bruto da Costa (1999), partir da análise das pessoas, quer na sua individualidade, quer na sua dimensão relacional, expressa na família, nos grupos e na sociedade. Daqui advém a necessidade de analisar os fenómenos de uma forma multi-dimensional, pelo que ambicionamos, partindo de um problema social concreto, isto é, a obrigatoriedade e consequências de se viver num bairro social, contribuir para ajustar as linhas estratégicas da política municipal de habitação, face a uma realidade sempre em mutação.

Existe no entanto o risco, tal como nos adverte Koga (2003), de estas políticas sociais estigmatizarem o território, ao focalizarem os seus objectivos em famílias que passam a constituir uma “massa uniforme” de alegados excluídos, situação que nos propomos clarificar.

Concordamos com Castel, quando o autor afirma que “‘Les exclus’ sont des collections (et non des collectifs) d’individus qui n’ont rien d’autre en commun que de partager un même manque. Ils sont définis sur une base uniquement négative, comme s’il s’agissait d’électrons libres complètement désocialisés”(2003:47). O facto de as pessoas que residem num mesmo território onde predomina a habitação social serem de uma forma geral analisadas sob o mesmo paradigma de exclusão motivou-nos a aprofundar a diversidade das suas trajectórias de vida, pois tal como afirma Castel (Ibidem), os ‘excluídos’, não têm o mesmo passado, o mesmo presente e o mesmo futuro.

Consideramos que este processo é igualmente influenciado pelos riscos gerados pela modernidade e pelas especificidades inerentes à experiência da urbe, pelo que empreenderemos na captação das repercussões destes fenómenos nos percursos das famílias realojadas.

A dimensão que estrutura a pesquisa é o território, que assumimos desde já como “o palco para o exercício da cidadania” (Koga, 2003), onde se processam as relações

sociais, de vizinhança e de poder, onde se manifestam as desigualdades e diferenças das condições de vida dos indivíduos.

Uma das principais especificidades do modelo de análise⁷ que pretendemos adoptar é tentar compreender os percursos de vida das famílias, atendendo sempre à singularidade dos sujeitos, para que se destaquem os seus próprios significados e interpretações.

Ao empreendermos na compreensão do quotidiano das pessoas, é fundamental sublinhar o ‘carácter imputável’ da acção humana, isto é, as explicações que os indivíduos são capazes de transmitir acerca da sua própria conduta “mobiliza as mesmas reservas (stocks) de conhecimento que se encontram à sua disposição no próprio decorrer da produção e reprodução da acção”. (Giddens, 1979/2000:17).

Considerando que a uma sociedade caracterizada por relações interpessoais estandardizadas, construídas em espaços geográficos estáveis, sucedeu uma nova forma de organização social caracterizada pela necessidade dos indivíduos gerirem em permanência as suas redes de relações, é fundamental que seja reconhecido que os mesmos detêm capacidade de acção, que por sua vez pressupõe um esforço individual de tomada de decisão.

Há muito que foi concluído que a construção de bairros sociais não é uma boa medida das políticas sociais de habitação⁸, facto que justifica uma mudança de paradigma na abordagem destas questões. Apesar desta constatação, os “quartiers sensibles”⁹ são uma realidade e em Portugal será difícil a sua extinção, pelo que se defende a necessidade cada vez mais premente de compreender a evolução das suas dinâmicas e continuar a intervir de forma cada vez mais responsável, mesmo que para muitos estes territórios se constituam uma ‘batalha perdida’.

• Metodologia

Efectuar uma investigação sobre uma temática associada à prática profissional, neste caso os fenómenos relacionados com a habitação social, foi uma decisão já definida mesmo antes do início do curso de mestrado. Desta forma, a primeira estratégia utilizada foi

⁷ Conferir Apêndice I

⁸ Vários autores abordam esta questão sob diversas perspectivas, entre os quais (Guerra, 1994); (Ferreira, 1994); (Gonçalves & Pinto, 2001); (Clavel, 1998); (Castel, 2003); (Bauman, 2005/2006); (Wacquant, 2005), apenas a título de exemplo.

⁹ Designação de Castel (2003), que adoptamos com o objectivo de nos referirmos a um bairro social sem associar as habituais expressões de conotação negativa e estigmatizante como por exemplo bairros “problemáticos” ou “críticos”.

desde logo canalizar toda a pesquisa bibliográfica e documental para a temática central, no âmbito das disciplinas que foram administradas no primeiro ano¹⁰. Esta opção permitiu uma evolução progressiva do objecto de estudo, que foi alvo de múltiplas transformações ao longo de todo processo de investigação. Constatou-se desta forma que “(...) o objecto não está formado à partida – constrói-se progressivamente em contacto com o terreno a partir da interacção com a recolha dos dados e a análise, não estando previsto um quadro teórico e um quadro de hipóteses estabelecidos a priori”. Esta opção pressupõe o reconhecimento de que não existem regularidades no funcionamento da sociedade, pelo que não são formuladas hipóteses. (Guerra, 2006:37). O medo e a insegurança nas cidades, o estigma, a sociedade em rede e o poder da informação simbólica dos media, são exemplos de temáticas que foram exploradas ao nível bibliográfico e documental, tendo em consideração as dimensões detectadas na análise das entrevistas.

Tal como já foi referido anteriormente, assumiu-se uma estratégia abductiva na presente investigação. De acordo com Blackie (2000:100), “The abductive strategy begins by exploring through everyday language the knowledge that social actors use in the production, reproduction and interpretation of the phenomenon under investigation”. Desta forma, pretendeu-se descrever e compreender a realidade social, considerando sempre as perspectivas e motivações dos sujeitos acção, que assumiram a centralidade da estrutura do trabalho. Verificou-se por isso a intencionalidade explícita de dar voz aos “silenciosos da história” (Poirier, 1995/1983).

À estratégia abductiva foi aliada uma estratégia indutiva, no que concerne à construção e análise das questões da investigação, uma vez que se partiu do específico para o geral, da observação sobre a realidade e não de teorias já existentes (Almeida & Freire, 1997).

Durante todo o período em que decorreu o processo de investigação (de Abril 2008 a Dezembro de 2009), verificou-se também a participação em diversos seminários e conferências subordinados às temáticas tratadas, como se poderá observar pelas referências ao longo da dissertação, que foram fundamentais para as reflexões e orientações com que fomos conduzindo a pesquisa.

¹⁰ Cadeiras e temas dos trabalhos no percurso do primeiro ano do mestrado: **Metodologia na Investigação Social**: “O acesso a uma habitação condigna...E depois? (Impactos do realojamento na reestruturação da família); **Questões Epistemológicas do Serviço Social**: “O diálogo entre a Investigação e a prática profissional em Serviço Social (Reedificação da prática em territórios excluídos segundo o Serviço Social Construtivista); **Política Social da União Europeia**: “Estratégias Europeias para o Desenvolvimento de Políticas Regionais de Habitação”; **Planeamento e Avaliação de Políticas Sociais**: “A Epopeia da Avaliação. Desenvolvimento de uma Metodologia para Avaliar Programas de Habitação”; **Teorias de Intervenção e Mudança Social**: “Metamorfoses das Cidades, Metrôpoles e Territórios. Repercussões nos Modos de Vida dos Indivíduos”.

Os sujeitos acção têm em comum o facto de terem sido realojados num bairro social, através da implementação de medidas de políticas sociais, cujo objectivo essencial é garantir o acesso ao direito fundamental que é uma habitação condigna.

Na fase embrionária do projecto de investigação foi nossa intenção efectuar uma análise comparativa entre alguns dos principais bairros sociais do concelho de Loures, micro territórios estes repletos de especificidades. Depressa se concluiu tratar-se de uma tarefa demasiado abrangente para uma dissertação de mestrado, principalmente por motivos de tempo.

Deste modo, foi seleccionado apenas um micro território, a Quinta da Fonte, situado na freguesia de Apelação, que se encontrava aparentemente 'adormecido', que não tinha ainda sido alvo de muitas investigações e porque é um dos bairros considerados 'problemáticos' do concelho de Loures. Trata-se de um bairro já com 14 anos de vivências; engloba famílias de diferentes origens culturais; é um exemplo que representa o fracasso das experiências de realojamento em massa; a qualidade de vida das famílias residentes tem vindo a ser afectada pelo clima de violência e insegurança em sequência dos conflitos mediatizados de 2008. Basicamente foi intuída a necessidade emergente de conhecer as dinâmicas do bairro com o objectivo de orientar novas formas de intervenção, numa perspectiva dos sujeitos acção.

As primeiras abordagens ao micro território em questão decorreram no último trimestre de 2008 e Janeiro de 2009, tendo-se optado pela realização de diversas conversas exploratórias informais: com profissionais dos serviços do poder local (Divisão Municipal de Habitação e Gabinete de Assuntos Religiosos e Sociais Específicos); com um representante da Associação de Moradores Unidos da Apelação (AMUA); com uma família residente na Quinta da Fonte (à qual aplicámos um pré-teste da entrevista utilizada como instrumento de recolha de dados); e com o presidente do Agrupamento de Escolas da Apelação¹¹. Estas conversas iniciais foram efectuadas com o objectivo de perceber as dinâmicas associativas, bem como o papel da autarquia nos processos relacionais daquele micro território. Compreendeu-se desde logo que os serviços públicos são os promotores de grande maioria das dinâmicas, até porque são a principal fonte dos recursos financeiros e logísticos como por exemplo infra-estruturas e instalações.

Sucintamente, através destas conversas exploratórias, iniciámos uma tentativa de praticar o que Marc-Henry Soulet (2006) designa por 'observation indiciaire', e que consiste em observar nos factos manifestos outros factos desconhecidos que não são revelados pela

¹¹ Estas conversas encontram-se gravadas em formato digital, não tendo sido alvo de transcrição, podendo-se observar os tópicos que orientaram as conversas no apêndice nº II.

realidade aparente. Assumimos que se trata de uma técnica complexa e que exige prática, mas tentámos que a nossa análise fosse influenciada pelo “triangle magique de la découverte”, que é proposto por Soulet (ibidem)¹².

As conversas exploratórias permitiram, numa primeira análise, aferir alguns dados sobre a realidade do micro território:

- a) A existência de uma necessidade de afirmação de poder, de identificação, de alguns dos grupos do bairro, não necessariamente associados a questões étnicas;
- b) Os conflitos do Verão de 2008 constituem-se como um marco na história do bairro;
- c) A importância e necessidade de um trabalho comunitário de proximidade;
- d) O isolamento generalizado das famílias no interior das habitações, não existindo hábitos de ocupação do espaço público pela maioria da população;
- e) Principais riscos: estigmatização, insegurança, degradação do bairro, desordem pública, circulação limitada dentro do próprio bairro;
- f) Principais potencialidades: o surgimento da Associação de Moradores Unidos da Apelação - AMUA, a existência de várias associações de jovens, a permanência continuada no território da Pastoral dos Ciganos; a existência de um projecto educativo atento às dinâmicas das famílias, a consciencialização da comunidade acerca da necessidade de passar de um papel passivo para um papel activo quanto ao seu próprio futuro e o surgimento de pequenos círculos de opinião.

Paralelamente, foi efectuada uma entrevista exploratória¹³ (EE), que se concretizou em Fevereiro de 2009, com o objectivo de confirmar a pertinência do tema e indiciar possíveis caminhos a percorrer com base nos conhecimentos de uma especialista na área. A entrevista exploratória cumpriu a sua função de revelar novos aspectos sobre a problemática, bem como completar algumas pistas que já tinham surgido com as leituras (Quivy, 1988/1992).

¹² De acordo com Soulet a lógica da pesquisa implica três tipos de operações: “observation indiciaire; expérimentation logique et imagination realiste”. (Soulet, 2006:128)

¹³ Pode conferir-se a transcrição da entrevista na íntegra no apêndice III

Esta entrevista a Maria João Freitas¹⁴ permitiu essencialmente a produção de novas reflexões acerca das dinâmicas que produzem os territórios relacionais: o facto de o poder público, através da sua gestão e intervenção, constituir-se também como um actor do próprio micro território; sobre o ‘saber-fazer’ dos técnicos que intervêm em cenários urbanos com as especificidades dos bairros sociais; sobre as potencialidades e riscos individuais e a sua influência na comunidade; sobre o trabalho em parceria; a noção de ‘duplo empowerment’, apenas para exemplificar. Sublinha-se que as reflexões expressas nesta entrevista, alicerçam-se numa longa experiência de investigação e trabalho de campo na área da habitação social.

A observação participante e continuada, baseada em referências antropológicas, assumiu protagonismo no decorrer de quase toda a segunda fase de investigação, através do acompanhamento de atendimentos sociais nos serviços da câmara, deslocações frequentes ao bairro; observação das dinâmicas em vários períodos do dia; observação das actividades do bairro promovidas pelo poder ou pelos agentes locais, observação de reuniões de parceiros. Sublinha-se no entanto que a observação participante não deve no âmbito desta pesquisa ser confundida com trabalho de campo. No primeiro caso trata-se de um envolvimento do investigador com determinado grupo social, dentro das próprias normas do grupo. Já quando falamos de trabalho de campo, procura-se contextualizar as relações sociais observadas, no conjunto de informação disponível sobre o passado e o presente. “(...) a observação participante é pontual, o trabalho de campo é envolvente” (Raúl Iturra, 1986/2007:149).

Em sequência desta aproximação ao terreno, tomou forma o primeiro dos grandes obstáculos metodológicos: para além de analisar as dinâmicas territoriais através da

¹⁴ Maria João Lopes Freitas, nascida a 25 de Fevereiro de 1964. Doutoramento em Sociologia, ISCTE, 2001. Mestrado no ISCTE, 1993. Licenciatura em Sociologia UNL.

Socióloga, Investigadora Auxiliar do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, onde, desde 1986 exerceu actividade no actualmente denominado Núcleo de Ecologia Social nas áreas da habitação, questões urbanas e desenvolvimento de processo de intervenção sócio-territorial.

Doutorou-se no ISCTE em 2001 com a tese denominada “Habitação e Cidadania: no trilho da complexidade de processos relacionais generativos”, após ter concluído o Mestrado em Sociologia Rural e Urbana, também no ISCTE em 1993, com a dissertação “Acções de Realojamento e re-estruturação dos modos de vida – um estudo de caso”.

Liderou e participou em vários projectos de investigação interdisciplinares sobre sociabilidades em contextos de vizinhança, satisfação residencial e modelos de habitar; desenvolveu actividade de consultoria e avaliação no âmbito da implementação de projectos de realojamento e de combate à exclusão social; participou em vários estudos internacionais sobre “neighbourhoods”, “social exclusion” e “governance” e de apoio à construção e discussão de indicadores na área da habitação e saúde; exerce actividade de docência pontual em pós-graduações e mestrados e participa activamente em várias redes de reflexão nacionais e internacionais e seminários de discussão e divulgação científica, técnica e cívica.

Actualmente incorpora a direcção do Instituto Habitação e Reabilitação Urbana onde assume directamente a responsabilidade pela coordenação da “Iniciativa Bairros Críticos” e do projecto “Velhos Guetos, Novas Centralidades”, entre outros programas e instrumentos de política de habitação.

perspectiva dos sujeitos acção, não seria pertinente captar também o olhar dos restantes actores sociais? Concordamos que o seria, por certo, mas optámos por não o fazer no âmbito desta investigação, porque exigiria abranger o campo da acção colectiva e analisar as estratégias dos vários actores ao viverem aquele micro território, matéria suficiente para uma outra dissertação.

O segundo dos obstáculos ou desafio metodológicos prendeu-se com a representatividade do grupo a constituir para fazer parte da amostra, isto é, "...saber o que aqueles com quem falamos e que vemos nos dizem daqueles com quem não falamos e que não vemos" (Augé, 1992/2005:15).

Assim, um dos momentos que mais marcou a investigação foi a decisão sobre quem investigar. Tratando-se de entrevistas em profundidade que pretendem captar possíveis percepções da realidade, através das "experiências vividas" pelas pessoas, o processo de selecção da amostra assumiu uma relevância justificada.

Desta forma, optámos em primeiro lugar por definir que todos os entrevistados deveriam residir na Quinta da Fonte há pelo menos dez anos, para que pudessem ser percebidas experiências consolidadas no micro território em questão.

Em segundo lugar, procurou-se constituir uma amostra que reflectisse a diversidade cultural existente na Quinta da Fonte (famílias de origem africana, cigana e lusa). Sublinha-se no entanto que não foi efectuada qualquer análise comparativa entre as diferentes etnias, pois assume-se que se trata de um território multicultural vivido por famílias que nos seus percursos anteriores já tinham tido contacto com diferentes culturas, pelo que não considerámos que este factor influencie de forma decisiva os contornos que assume aquele território.

O terceiro factor de ponderação da amostra prendeu-se com o tipo de família, pelo que foram seleccionados agregados domésticos extensos, monoparentais ou unipessoais¹⁵.

Atendemos igualmente à necessidade de "...ter um bom interlocutor, isto é, alguém que seja capaz de verbalizar as suas condições de vida e, como diria Ferraroti (1983), constitua uma 'síntese activa' do universo social" (Guerra, 2006:48). Esta autora destaca também a importância da disponibilidade dos entrevistados e mesmo a sua capacidade de verbalização¹⁶, factores que também foram tidos em consideração. Tendo presentes estes critérios, utilizou-se então uma técnica de amostragem intencional, em que os sujeitos a

¹⁵ Conferir quadro de referência das entrevistas no apêndice IV.

¹⁶ Uma das entrevistas que se encontrava agendada foi anulada, dado que o interlocutor (que tinha aceitado falar connosco), se mostrou impaciente em sequência dos seus problemas de surdez e a entrevista não lhe estava a proporcionar um momento agradável, pelo que foi interrompida por respeito ao sujeito em questão.

observar são escolhidos previamente, e neste caso, podemos falar de um “método intencional de amostragem” (Almeida & Freire, 1997:105).

Como instrumento de recolha de dados, foram aplicadas nove entrevistas semi-estruturadas, que decorreram entre Março e Julho de 2009¹⁷, preferencialmente na residência dos sujeitos acção, ou em local indicado pelos mesmos, como no caso de Jaime, que optou por realizar a conversa na Igreja Kimbanguista de que é membro. A preocupação com a escolha do local prendeu-se com a necessidade de os entrevistados não se sentirem inibidos na produção dos seus discursos, bem como a possibilidade de os observar nos seus espaços quotidianos. O motivo que justifica a utilização de entrevistas semi-estruturadas na investigação, é a intencionalidade de melhor expressar os pontos de vista dos sujeitos, o que não aconteceria num questionário ou numa entrevista estruturada. (Flick, 2002/2005).

Assim, e atentos aos contributos de Poirier (1995/1983), no decorrer das entrevistas efectuou-se a observação do ‘não verbal’, que se traduz na interpretação de alguns gestos (linguísticos ou interactivos, como gestos de familiaridade ou proxemia). Foram também observadas particularidades do alojamento ou reacções do entrevistado perante determinada fase do seu próprio discurso. No início de cada transcrição pode encontrar-se uma referência dos principais registos do ‘não verbal’, bem como a caracterização sócio demográfica e sócio económica e profissional do agregado doméstico de cada entrevistado. Estes elementos foram sintetizados no início das conversas com o objectivo de não perturbar o fluir dos discursos e acabaram também por funcionar como ‘quebra gelo’.

O guião da entrevista foi construído tendo em consideração os objectivos definidos para a investigação, podendo observar-se no apêndice nº VI a grelha da entrevista, onde se descrevem os temas, as perguntas e a informação pretendida (Grelha adaptada de Isabel Guerra, 2006:57).

Salienta-se que foi proporcionada total liberdade aos entrevistados para a condução dos seus discursos¹⁸, no âmbito das temáticas pré-definidas, sendo que apenas se evitou a referência às problemáticas geradas pela degradação do edificado do bairro¹⁹. Opusemo-nos desta forma a um quadro categorial rígido e pré-definido na sua totalidade.

A fase de transcrição obedeceu a algumas regras: conservaram-se incorrecções de estilo, foram anotadas as pausas mais significativas identificadas com um, dois ou três P’s,

¹⁷ O guião de entrevista pode observar-se no apêndice V.

¹⁸ Observar apêndices de VII a XV.

¹⁹ Pese embora a prática profissional não englobe, no momento, as famílias residentes na Quinta da Fonte, os sujeitos acção identificam-nos com o Gabinete de Intervenção Local e com a autarquia. Este facto desencadeia a tendência para que os discursos sejam direccionados para as problemáticas relacionadas com as anomalias dos fogos camarários, numa tentativa de os solucionar.

consoante a sua duração, respectivamente curta, média e longa. Cada entrevista foi alvo de duas audições: uma para a transcrição, a segunda para acertar pontuação, perceber mais aprofundadamente entoações que espelham as emoções e anotar palavras ou expressões imperceptíveis na primeira audição.

Uma vez transcrita a entrevista, procedeu-se à clarificação do corpus, e, tendo em consideração a singularidade dos sujeitos, optámos em primeiro lugar por sistematizar verticalmente as suas histórias biográficas, como se poderá observar no capítulo III.

Procedeu-se igualmente numa segunda fase à categorização dos dados revelados no corpus das entrevistas, desta feita através de uma análise horizontal, com o objectivo de “(...) estabelecer soma e relação entre as diferentes histórias (...)” (Poirier, 1995/1983). Este procedimento permitiu identificar a saturação das temáticas abordadas nos diferentes discursos e a construção do sistema categorial, cujas grelhas se podem conferir no apêndice nº XVI. Nesta fase foi efectuado um levantamento do conteúdo mais significativo de cada entrevista, que ‘ventilasse’ algumas das conclusões a que chegámos (Ibidem).

Como técnica de tratamento da informação foi utilizada a análise de conteúdo, pelo que se tentou, partindo do discurso dos entrevistados que foi inventariado e sistematizado, produzir inferências, isto é, passar da descrição à interpretação das mensagens (Vala, 1986/2007). Ressalva-se que, como em qualquer investigação, os valores simbólicos do investigador estão presentes na análise das respostas dos sujeitos acção (Ibidem).

E sucintamente de que forma foram interpretadas as entrevistas?

Na sua análise atendemos a alguns pressupostos, nomeadamente a presença dos paradigmas interpretativos que privilegiam os significados atribuídos pelos sujeitos às suas acções. Isto significa que foi interiorizado que os sujeitos têm racionalidades próprias e “comportamentos estratégicos que dão sentido às suas acções num contexto sempre em mudança provocada pela sua própria acção”. (concepção weberiana do sujeito). (Guerra, 2006:17).

Considerou-se igualmente, ao encontro do pensamento de Poirier (1983/1995), que cada sujeito tem a sua forma de representação sobre os acontecimentos que podem influenciar determinado grupo de população, como foi o caso dos episódios de violência mediatizados pelos media na Quinta da Fonte, a título de exemplo.

Tendo em atenção os objectivos traçados para a investigação, foram estabelecidas categorias a priori em cada uma das dimensões assinaladas. Da análise de conteúdo das entrevistas, resultaram categorias e sub-categorias a posteriori, que emergiram do discurso dos sujeitos acção.

Neste processo foi tida em consideração a experiência metodológica partilhada por José Machado Pais (2001/2005), pelo que foi atribuída especial atenção à subjectividade das histórias de vida, delimitando unidades de registo²⁰ nos corpus das entrevistas, e principalmente partimos do pressuposto que “os relatos de vida são mais do que simples crónicas de acontecimentos, dão forma ao curso do tempo, sugerem motivos que nos permitem perceber como e porquê ocorrem as coisas e suas consequências” (Ibidem:101).

Ressalva-se ainda que as conclusões produzidas no âmbito da presente investigação não pretendem estabelecer leis, generalizações, nem provar hipóteses acerca dos fenómenos abordados, pelo que se valorizou a hermenêutica e não as explicações científicas. Assim, regulámo-nos pela preocupação em compreender os discursos e não em processar explanações acerca dos mesmos.

A clarificação dos corpus das entrevistas para identificação das unidades de registo²¹, foi efectuada anotando-se nas margens de cada uma, as referências biográficas e as reflexões subjectivas sobre as temáticas, o que permitiu revelar a singularidade de cada história (Poirier, 1983/1985).

Alguns aspectos metodológicos específicos, como por exemplo a análise de conteúdo de uma crónica em doze sequências, serão clarificados no capítulo em que se encontram englobados.

Deverá ser tido em consideração que concluímos o processo metodológico “com a certeza que qualquer análise de conteúdo tem os seus limites, justamente porque nunca está acabada, e os seus enviesamentos, porque é sempre um trabalho subjectivo sobre um material humano”. (Ibidem:112). De facto, muitas ‘idas e vindas’ aos corpus das entrevistas seriam ainda possíveis.

No que concerne à estrutura da dissertação, o primeiro capítulo pretende demonstrar que as sociedades modernas produzem uma série de mutações cada vez mais céleres, que influenciam o quotidiano de todos os indivíduos, residam ou não em micro territórios onde predominam famílias realojadas no âmbito das medidas das políticas sociais de habitação. Desta forma, os riscos associados à modernização, a experiência da urbe, a globalização e a sociedade em rede constituem-se como fenómenos que devem ser analisados quando são pensadas as intervenções nestes micro territórios, como é o caso da Quinta da Fonte. É assim evidente a importância de os próprios sujeitos acção tomarem

²⁰ Tendo em consideração que se apresentam em apêndices as transcrições das entrevistas na sua íntegra, não foram elaboradas grelhas com a delimitação das unidades de registo.

²¹ Machado Pais (2001/2005).

consciência dos mesmos (e não só dos aspectos relacionados com a pobreza e exclusão social), no sentido de melhor poderem agir e planear os seus projectos de vida.

O principal objectivo da segunda secção da dissertação é abordar as questões relacionadas com os micro territórios relacionais, pretendendo-se demonstrar a evolução dos seus significados temporais e de que forma as políticas sociais têm vindo a acompanhar esta evolução, atentos aos seus riscos, potencialidades e formas de inclusão/exclusão territorial. Pretende-se de igual forma compreender alguns dos contornos que assumem os jogos que se processam nos “territórios relacionais generativos”.

O capítulo III, explora as nove trajectórias de vida dos sujeitos acção da investigação, todos residentes no mesmo “quartier sensible”, a Quinta da Fonte. Pretende-se compreender a diversidade de experiências anteriores ao realojamento, assumindo-se uma perspectiva do que as “pessoas são” e não daquilo que “não são”, extraíndo-se dos discursos as singularidades, significados e interpretações de cada sujeito.

Finalmente, na quarta e última parte, são exploradas as singularidades da Quinta da Fonte, assumido como um micro território relacional, através das percepções dos sujeitos acção sobre: o processo de transição para a Quinta da Fonte; as representações e apropriação do micro território; os processos relacionais; a participação, cidadania e imaginário social. Terminamos com uma análise sobre o poder dos media quanto ao controle da informação simbólica, que pode determinar as representações da opinião pública sobre determinado território e que em última instância influencia o quotidiano dos indivíduos.

Uma última nota para clarificar que os nomes fictícios seleccionados para protecção da identidade dos entrevistados são os de mulheres e homens²² que durante o Estado Novo lutaram para que hoje tenhamos a liberdade de dizer, de investigar, de ser. Consideramos que o Serviço Social tem um papel fundamental na preservação destes valores. Fica a homenagem.

²² Os nove nomes seleccionados pretendem representar todos os que contribuíram para esta luta: Aida de Freitas Loureiro Magro; António Dias Lourenço; Casimira da Conceição Silva; Georgette de Oliveira Ferreira; Jaime Serra; Maria Lamas; Miguel Wagner Russel; Virgínia de Faria Moura; Zita Seabra.

CAPÍTULO I

Cidades, Subúrbios e Habitação Social: metamorfoses numa “era global”

“É desta onda que reflui das recordações que a cidade se embebe como uma esponja e se dilata. Uma descrição de Zaira tal como é hoje deveria conter todo o passado de Zaira. Mas a cidade não conta com o seu passado, contém-no como as linhas das mãos, escrito nas esquinas das ruas, nas grades das janelas, nos corrimões das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos postes das bandeiras, cada segmento marcado por sua vez de arranhões, riscos, cortes e entalhes” (Calvino, 1990/2002:14).

Calvino descreve-nos Zaira como uma cidade que se dilata ao absorver as recordações do passado, que se impregnam em cada recanto, fazendo por isso parte do presente. Constitui-se um desafio compreender de que forma os arranhões, riscos, cortes e entalhes deixados pelo passado podem marcar e influenciar reflexivamente o futuro.

A Quinta da Fonte, território alvo da investigação, é um bairro predominantemente de habitação social, encontra-se geograficamente situado no concelho de Loures, inserido na Área Metropolitana de Lisboa (AML), e por isso influenciado por todas as questões e problemáticas que envolvem as cidades e os subúrbios nos dias de hoje. Também este micro território manifesta no presente os “arranhões, riscos, cortes e entalhes”, que se vão ‘entranhando’ ao longo dos tempos.

Desta forma, convirá não esquecer que para compreender as questões relacionadas com as vivências das famílias que residem num bairro de habitação social, não podemos deixar de nos questionar acerca das “cidades globais” do mundo actual, cujas especificidades, como tentaremos explicar, influenciam claramente os modos de vida de todos os indivíduos, independentemente dos contornos que assumem os diversos micro-territórios em que se movimentam, analisados a uma escala local.

O grande objectivo que nos propomos alcançar neste capítulo será então reflectir acerca da forma como alguns dos factores inerentes à vida nas cidades e nos subúrbios e mesmo como a própria experiência da urbe podem influenciar o quotidiano das pessoas, uma vez que as problemáticas que envolvem muitas das famílias que residem nos “quartiers sensibles”, não se podem restringir à pobreza e exclusão social, dimensão esta protagonista de muitos dos estudos que se têm vindo a desenvolver sobre esta temática.

Ambicionamos desta forma demonstrar algumas das “metamorfoses” que se têm vindo a processar através das “modernidades”²³, e a importância de uma consciencialização colectiva destas mesmas mudanças (papel essencial do Serviço Social), para que possam ser compreendidas e enfrentadas pelas pessoas. Assume-se então desde já que o quotidiano das famílias que residem em bairros sociais é também influenciado pelas metamorfoses das sociedades actuais, e não apenas pelas problemáticas mais visíveis, que acabam por transformar todos numa ‘massa homogénea’, em sequência do planeamento (ao agrupar num mesmo território todos os que necessitam de apoio para aceder a uma habitação condigna) e mais tarde da focalização das medidas das políticas sociais nesses mesmos territórios.

Assim, e numa lógica que parte de uma visão macro para uma visão micro, tentar-se-á na primeira parte deste capítulo compreender as transformações e os riscos associados à modernidade, bem como analisar de que forma a globalização influencia a emergência de uma sociedade em rede, que transporta consigo a necessidade de um debate sobre as questões da identidade. Na segunda parte, abordam-se algumas questões relacionadas com a experiência da urbe, sublinhando-se os conceitos de medo e insegurança identificados pelos sujeitos acção nos discursos. Por último, reflectimos sobre as intencionalidades actuais das políticas sociais de habitação, que apontam para uma crescente descentralização de competências para as autarquias.

1. As transformações geradas através das “modernidades” e a produção global de riscos

1.1 Os riscos associados à modernização

Parece-nos profícuo iniciar a abordagem a que nos propomos, situando-nos na questão do que designámos por “modernidades”, uma vez que só desta forma poderão ser compreendidas as transformações nos modos de vida dos indivíduos, qualquer que seja o seu contexto.

De acordo com Guibentif (2005), podemos então encontrar várias designações: “pós-modernidade”, “segunda modernidade”, ou ainda “modernidade líquida”. Giddens (1990) recorda também outros termos utilizados por diversos autores: “pós-modernismo”,

²³ Utilizamos a expressão “modernidades” porque o processo de transição que se tem verificado, e que nos leva à época actual, é alvo de múltiplas designações pelos diversos autores que se dedicam a esta temática.

“sociedade pós-industrial” ou “pós-capitalismo”. Todos eles de qualquer forma anunciam que algo estará a chegar ao fim e pressupõem uma transição.

Ainda seguindo o raciocínio deste último autor, e numa abordagem elementar, o termo modernidade reporta-se “a modos de vida e de organização social que emergiram na Europa cerca do século XVII e que adquiriram, subseqüentemente, uma influência mais ou menos universal”. (1990:1). De acordo com muitos autores, o final do século XX marcou o início de uma “nova era”, que estará a transportar a humanidade para além da modernidade, cabendo às ciências sociais um questionamento acerca desta mudança.

Guibentif (2005) sugere que estas transformações mais recentes se têm apoiado na comparação com uma outra época de transição, isto é, a entrada na modernidade, na passagem do século XVIII para o século XIX. Desta forma, o autor recorda duas propostas acerca deste assunto: a de Zygmund Bauman e a de Ulrich Beck. O primeiro aponta que se viveu uma transição de uma ordem, o Antigo Regime, para uma outra ordem que designa por “sociedade moderna”, passando-se ainda desta para uma outra sociedade que apelida de “líquida”, que deixa de ser composta por estruturas sólidas, e passa a dispor de dispositivos caracterizados pela sua fluidez.

O segundo sugere que de sociedades onde predominava a tradição se transitou para uma época em que as acções devem questionar os seus próprios objectivos e efeitos, fenómeno que designa por “segunda modernidade” ou “modernidade reflexiva”.

O que consideramos importante reter é que a transição para a modernidade permitiu uma nova visão que utiliza as experiências do passado, por forma a que no presente possa ser projectado o futuro, constituindo-se como marcos deste facto a Independência dos Estados Unidos da América e a Revolução Francesa. Estes acontecimentos constituíram da mesma forma o reconhecimento de um futuro em aberto, que poderia ser determinado no presente e não apenas pela tradição do passado.

Fundamental também é distinguir a “primeira modernidade” da “segunda modernidade”, evocando neste caso a teoria de Ulrich Beck (1999). Assim, de acordo com este pensador, por “primeira modernidade” podemos entender uma época baseada nas sociedades constituídas por Estados-Nação, em que as redes sociais e as comunidades se desenvolviam numa perspectiva territorial. A “segunda modernidade”, e dando continuidade ao raciocínio do autor, é caracterizada por cinco processos, que de acordo com o mesmo estão interrelacionados: a globalização, a individualização, a revolução dos géneros, o sub-emprego e os riscos globais, como por exemplo a crise ecológica e o colapso dos mercados financeiros globais.

Acontece que Beck (1986) também alerta para o facto de que, numa “modernidade avançada”, a produção social de riqueza é acompanhada pela produção social de riscos. Isto faz com que o próprio processo de modernização se tenha de basear em si mesmo, tornando-se reflexivo, ou seja, assume-se ele mesmo como problema. E por isso Scott Lash (1994:107) questiona: “O que é que acontece quando a modernização, percebendo os seus próprios excessos e a sua espiral viciosa de subjugação destrutiva (de natureza interna, externa e social), começa a tomar-se a si mesma como objecto de reflexão?”. Giddens (1990) adianta que a construção das formas de vida social é em grande parte processada através do conhecimento que os indivíduos têm das mesmas. É esta reflexividade da vida social, e o facto de as práticas sociais serem contempladas, que permitem ao Homem saber “como prosseguir”.

E para o Homem poder prosseguir, identificamo-nos com a ideia de Marc Augé (1992/2005) de que não é essencial que o mundo tenha sentido, mas antes que seja intensamente experimentada a necessidade quotidiana de atribuir um sentido ao mundo. Para o autor, esta ideia decorre do que designa de uma “superabundância de acontecimentos”, que nos conduzem a uma situação de “sobremodernidade”, caracterizada por uma dimensão central: o excesso. A busca de um sentido é reforçada pela ideia que “...este tempo sobrecarregado de acontecimentos que congestionam tanto o presente como o passado próximo, é o que cada um de nós emprega ou julga empregar” (Augé, 1992/2005:29).

O tempo é então a primeira das três figuras do “excesso” que caracterizam a sobremodernidade e que, segundo Augé, se traduz em transformações aceleradas. A segunda é o excesso de espaço. Aqui, o excesso de espaço é relacionado de uma forma paradoxal à redução do próprio planeta, tendo em consideração as conquistas espaciais. Simultaneamente, verifica-se uma abertura do mundo aos próprios cidadãos, tendo em consideração que cada vez mais os transportes rápidos, satélites e meios de comunicação nos conduzem em muito pouco tempo para qualquer cidade e nos permitem viver acontecimentos de outra parte de mundo praticamente em simultâneo²⁴, daí que este autor sugira a necessidade de se reaprender a olhar o espaço. Por último, a terceira figura do excesso que caracteriza a sobremodernidade tal como Augé a define é a figura do ego, do indivíduo, defendendo mesmo que “...nunca as histórias individuais foram tão explicitamente

²⁴ Esta reflexão será retomada adiante, uma vez que o poder dos media, ao seleccionarem imagens que poderão distorcer determinados acontecimentos, como por exemplo os conflitos que se verificaram na Quinta da Fonte em 2008, influencia o próprio quotidiano das famílias que residem naquele território, como também tentaremos demonstrar.

implicadas pela história colectiva, mas nunca também os pontos de referência da identificação colectiva foram tão flutuantes. A produção individual de sentido é portanto mais necessária do que nunca” (Augé, 1992/2005:35). Assumimos a importância desta reflexão ao orientarmos a pesquisa para uma visão da realidade através dos sentimentos e significados assumidos pelos sujeitos acção.

Por outro lado, os processos de modernização fazem com que a sociedade, em vez de redistribuir riqueza, passe a redistribuir riscos, como já foi referido anteriormente. E então Beck argumenta: existem riscos gerados pelas forças produtivas, tais como a radioactividade ou as substâncias tóxicas e nocivas do ar, que causam danos irreversíveis e que se manifestam de forma invisível. O incremento dos riscos faz também com que surjam situações sociais de perigo, independentemente das classes sociais dos indivíduos, que podem surgir inclusivamente sob a forma do que Beck designa por “efeito *bumerang*”.

Para Beck (1986), os riscos inerentes à modernização constituem igualmente um negócio que não pode ser desvinculado dos interesses capitalistas, geradores de necessidades infinitas e insaciáveis.

Este facto está associado, na nossa opinião, ao que Giddens (2007) designa por “democratização quotidiana”, isto é, os indivíduos tendem hoje a gerir as suas próprias necessidades, sendo que a satisfação das mesmas está cada vez mais ao alcance de todos. Este facto faz com que os estilos de vida possam ser escolhidos independentemente da classe social, o que torna esta divisão muito mais ténue. As variações dos estilos de vida estão associadas mais ao hábito e aos gostos pessoais do que propriamente a factores financeiros. Esta “democratização quotidiana” pode oscilar ao longo da vida, consoante a vontade dos indivíduos em experimentarem novos estilos de vida.

Para o mesmo analista, a escolha de um estilo de vida é de vital importância para a constituição da “auto-identidade” e da própria actividade quotidiana. As vidas deverão ser então organizadas de forma reflexiva, o que implica uma avaliação dos riscos. Isto significa que o autor considera que a modernidade pode produzir diferença, exclusão e marginalização, dado que “ Oferecendo a possibilidade de emancipação, as instituições modernas criam ao mesmo tempo mecanismos de supressão, mais do que de realização, do *self*.”

Beck (1986) argumenta também que a extensão dos riscos sociais da modernidade, que colocam em perigo a natureza, a saúde e a própria alimentação, relativizam as diferenças e os limites sociais, provocando um “efeito *igualizador*”. Daqui se depreende que as sociedades de risco não são sociedades de classe, pois as situações de perigo não se podem analisar como situações de classe, nem tão pouco os conflitos podem ser

considerados conflitos de classe. Isto implica uma universalização dos perigos, independentemente dos locais onde são produzidos.

Mas o facto de o risco atingir todos não significa que exista uma “igualdade global do risco”, pois de acordo com Beck (1999) a produção do risco aumenta cada vez mais o fosso entre ricos e pobres, aumentando o número de pessoas que vivem em situação de pobreza. Por exemplo: ao serem impostas certas políticas de mercado livre a países endividados, é desencadeado um processo de desenvolvimento de indústrias especializadas para abastecimento dos países ricos, sem contudo proteger e educar os indivíduos que se encontram vulneráveis. Isto, tal como afirma Beck, contribui para aumentar cada vez mais a miséria humana.

No entanto, e como nos transmite Giddens (1991), não podemos separar as circunstâncias sociais das vidas pessoais. Mais acrescenta que estas circunstâncias sociais não podem ser consideradas somente como “um ambiente exterior” das vidas pessoais. Isto porque os indivíduos são afectados pelo ambiente social que lhes é externo, mas apesar disso têm de continuar a viver as suas vidas pessoais, gerindo o melhor que podem as transformações que se vão processando ao seu redor. Apesar disto, e sublinhamos a importância desta afirmação, em todo o processo de luta com os problemas individuais as pessoas acabam por contribuir activamente “...para a reconstrução do universo de actividade social que os rodeia” (1991:11).

Esta reflexão remete-nos para o que Beck (1994) designa por “individualização”, não numa perspectiva de isolamento ou ausência de relacionamento, mas sim tendo em consideração todo um processo em que os indivíduos se deverão “descontextualizar” dos modos de vida que acompanharam a sociedade industrial, para se “recontextualizarem” em outros novos nos quais “...têm que produzir, encenar e montar eles próprios as suas biografias”. (Ibidem:11). A teoria da individualização defende que certos conceitos relacionados com o modo de vida colectivo de uma sociedade industrial clássica, como por exemplo a noção de classe que pressupõe a família nuclear, com papéis sexuais bem definidos nomeadamente quanto à divisão do trabalho, estão a ser substituídos por novas formas de organização da vida, que se baseiam nas próprias regulações do Estado de bem-estar. Estas regulações centram no indivíduo a responsabilidade de construir a sua biografia e identidade, com base em decisões que não são livres de todo um contexto de ligação a redes ou modelos gerais, tais como o mercado de trabalho ou o sistema educativo.

Estas são apenas algumas das muitas transformações que se têm vindo a processar na sociedade e que considerámos relevantes para interpretação das próximas reflexões, que se relacionam com os efeitos da globalização na vida de todos nós.

1.2 Os efeitos da globalização: territorialização ou desterritorialização?

Para Dominelli (2005:40), a globalização pode ser definida como:

“...a system of social organization that promotes the penetration of capitalist social relations in all aspects of everyday existence in differentiated ways in diverse countries throughout the world. It is a system of domination that uses ‘economics as ideology’ and involves political choices that support capital accumulation in areas of life traditionally considered exempt from its grasp, including the provision of personal social services.”

Para esta autora é fundamental que o Serviço Social acompanhe as transformações que a globalização acarreta, pois cada vez mais se assiste a uma “internationalisation of social problems”, que se compreendem pelos intensos fluxos migratórios. E então questionamo-nos: como poderá a prática do Serviço Social enfrentar os desafios que nos são trazidos pela globalização e que se fazem sentir também num micro território como a Quinta da Fonte, que se constitui como alvo da acção dos assistentes sociais? Um dos caminhos será por certo a consciencialização dos profissionais acerca das dinâmicas que a própria globalização transporta consigo. Destacamos a título de exemplo algumas das linhas de acção propostas por Dominelli (2005), neste contexto: compreender e responder aos efeitos que a opressão e a exclusão social têm nas pessoas; atender ao aumento das tendências de mobilidade em sequência das especificidades do mercado de trabalho; desenvolver estratégias de ‘empowerment’ dos sujeitos, que privilegiem as suas próprias escolhas; pensar em modelos que alicercem uma prática consciente da diversidade de contextos em que vivem os ‘clientes’, adequados às suas reais necessidades. Por tudo isto, concordamos que nos dias de hoje é impreterível que os profissionais de Serviço Social estruturem o seu ‘saber-fazer’ em conhecimentos que abranjam temáticas tão diversas como a globalização, economia, prática anti-opressiva, ou mesmo o relacionamento com os media.

Mas como se pode pensar em unidade num mundo globalizado, mas onde predomina a diferença? Há quem pense a unidade com base na diversidade, sendo que Stoer e Magalhães & Rodrigues (2004:127) arriscam mesmo uma metáfora de território com um bazar. E explicam:

“ O bazar não é um mero lugar de troca de mercadorias ainda que seja obviamente importante sob esta perspectiva. Esta troca é só um dos motivos para a existência do bazar; ele é também um lugar de encontro para as diferenças e para a negociação entre elas. Neste processo de negociação, não existe nenhum actor nem diferença privilegiados. Todos os actores constituem diferenças, inclusive nós próprios.

Poderá esta diversidade ser já um efeito da globalização?

E quais serão as consequências da mesma numa perspectiva de território? Tentaremos fornecer algumas pistas...

O fenómeno da globalização, as suas causas e consequências podem ser alvo de inúmeras reflexões, interessando-nos neste âmbito abordar a sua relação estreita com a territorialização, ou como iremos também verificar com a desterritorialização.

Interessou-nos desenvolver esta relação no âmbito da presente reflexão, uma vez que nos pareceu fundamental compreender uma dinâmica que influencia e determina os modos de vida dos indivíduos que se movimentam em determinado território e que muitas das vezes não percebem estas transformações que portanto não controlam e que lhes poderão por isso ser adversas.

De acordo com Boaventura Sousa Santos (2001), a globalização neoliberal é uma das globalizações que afecta o território, quer territorializando, quer desterritorializando. E o autor dá como exemplo para o último cenário o facto de a Economia tender a trabalhar cada vez mais não só com produtos, mas também com as áreas de informação e comunicação, que não são materiais e como tal não podem ser inseridos ou identificados a um território concreto.

Já na modernidade, o espaço global era concebido como Estado-Nação, e todo o território se encontra definido, não existindo, como nos dizem Stoer, Magalhães e Rodrigues (2004), lugar para as “terras de ninguém”, com excepção das zonas fronteiriças entre os diversos Estados. Observe-se, tal como nos chamam a atenção estes autores, que até a Lua quando pisada pela primeira vez em 1969 foi automaticamente identificada com o símbolo dos Estados Unidos da América. Isto não implica que os mesmos pensadores considerem que a globalização neoliberal arraste consigo um processo de desterritorialização, principalmente no que concerne às relações sociais.

Concordamos com Stoer, Magalhães e Rodrigues (2004), quando afirmam que existe toda uma realidade electrónica que absorve o tempo e o espaço, e que ultrapassa o território físico. Neste ponto de vista o território será então um espaço virtual em que o dinheiro circula a uma velocidade estonteante sob a forma de “bytes de informação”, o que significa que deixa de ser palpável. Formam-se desta forma os “não-territórios”, os “não-lugares”, como é o caso dos paraísos *off-shore*.

A criação de territórios desterritorializados, designados por “espaços virtuais”, implica também uma reorganização do tempo, que regula a abertura e o encerramento dos mercados bolsistas em todo o mundo. Ora isto faz com que surjam novas formas de regulação do Estado-Nação, sendo que quanto mais está em articulação com a

globalização, mais domínio e influência exerce sobre os seus vizinhos ou sobre a esfera da política mundial.

É importante referir que esta evolução do conceito de território do Estado-Nação faz emergir novas identidades, pois o “(...) que era um território nacional, republicano e homogéneo, transforma-se numa *bricolage* de locais diversos, competitivos e potencialmente separados, não necessariamente organizados na base de um território físico, mas de, por exemplo, identidades e estilos de vida partilhados (Stoer, Magalhães e Rodrigues, 2004:127). Os autores dão como exemplo deste território de “identidades e estilos de vida partilhados” a comunidade *gay*. Estas crenças partilhadas não nos fazem porém regressar ao antigo território nacional, uma vez que resultam antes numa reinvenção de um lugar sem território.

Nestes territórios heterogéneos, estar incluído significa fazer parte de uma rede, ainda de acordo com os autores cujas ideias temos vindo a descortinar. O que dá forma ao território é então o próprio acesso à informação e comunicação, resultando no facto de que o território nacional acaba por confundir-se com “territórios fragmentados e virtuais”.

Uma outra teoria útil para compreender esta questão é a perspectiva, avançada por Beck (2004), que afirma que a própria humanidade se está a tornar cosmopolita, isto é, constituída por cidadãos do mundo, que se representam a si mesmos e que transcendem a identificação com um Estado e por isso com um território em particular. Para ilustrar esta convicção, Beck relembra as ameaças produzidas pelo terrorismo, que não têm fronteiras, ou a guerra no Iraque, que pela primeira vez permitiu um acompanhamento simultâneo em todo o Mundo através dos meios de comunicação social.

Abreviando, a perspectiva cosmopolita significa que, num mundo global de crises e perigos produzidos pela civilização, as antigas diferenciações entre o externo e o interno, o nacional e o internacional, o *nós* e o *eles*, perdeu a validade com o surgimento de uma nova realidade que, de acordo com o autor, é essencial para a sobrevivência. Será interessante analisarmos mais à frente se de facto, e no âmbito de uma vivência de proximidade em determinado território concreto, a diferenciação entre o ‘nós’ e o ‘eles’ se está de facto a tornar mais ténue.

No entanto, e para terminar, gostaríamos de nos questionar: como será um futuro em que a ausência de fronteiras entrecruzarão e interligarão as culturas locais, nacionais, étnicas e religiosas? Isto porque cada vez mais é necessário “repensar a ligação entre lugar e Mundo”.

Então, concordamos com Faleiros (2001) quando este afirma: “ O mundo, nos dias de hoje, vive de grande perplexidade gerada na crise das certezas e das instabilidades face a mudanças económicas e sociais velozes. Vive-se um momento de incertezas...”.

1.3 Globalização e identidade: a emergência da sociedade em rede

Através da globalização são formadas nas sociedades actuais várias redes que surgem com finalidades diversas. Assim, e de acordo com Barney (2004, citado por Simões & Carmo, 2009), “(...) uma rede é constituída por nódulos, laços e fluxos (...). Um laço liga um nódulo, pelo menos, a outro. Um fluxo é aquilo que circula entre os nódulos através do laço. É a junção específica das qualidades destes três elementos que constitui uma rede. Cada nódulo, laço e fluxo apresenta determinadas características que, combinadas, produzem as especificidades de determinada rede. Também podemos reflectir que, como surgimento da globalização e a compressão do espaço-tempo, muitos pensadores vaticinaram a ‘erosão dos lugares’ (Carmo, 2009). Desta forma, os laços sociais seriam fragmentados e as pessoas perderiam qualquer vínculo aos lugares (identitários ou relacionais).

O mesmo autor defende, porém, que a ‘instantaneidade das relações sociais’ não resultou no desaparecimento dos lugares (enquanto espaços de proximidade social). Mesmo os lugares de passagem, ‘os não lugares’, não substituem a forma espacial e o conteúdo social dos ‘lugares-lugares’. Isto porque mesmo nos ‘não lugares’ vivem actores reais que marcam com as suas vivências aquele território e nele interagem.

Então, podemos afirmar que alguns autores posicionam-se contra o anúncio, segundo eles prematuro, da ‘morte dos lugares’, defendendo que reconhecem as mudanças globais, mas que os lugares, porque ultrapassam neste contexto a sua própria materialidade, constituem também a própria globalização.

Para além disto, se é ‘sedutora’ a ideia que existe uma rede global que se constitui pela conexão de diversos nódulos espalhados por todo o mundo, e são cada vez mais enfatizados os fluxos em detrimento dos lugares, convém não esquecer que qualquer fluxo tem origem ou é desencadeado em algum lugar. É particularmente importante sublinhar que uma das grandes limitações dos dias de hoje é o facto de uma elevada percentagem da população não participar, pelos mais diversos motivos, nos designados ‘fluxos globais dominantes’.

Os media têm exactamente o poder de controlar os fluxos de que temos vindo a falar. Vejamos um exemplo que se verificou no território alvo da investigação:

No decorrer das primeiras das primeiras conversas informais com interlocutores privilegiados relativamente à Quinta da Fonte, constatou-se que os conflitos que ocorreram neste território em 2008 representam um marco na vida de todos os que lá residem²⁵. Neste episódio concreto, o facto de terem sido filmados os tiroteios fez com que as imagens tivessem sido intensamente passadas nos diversos canais de televisão, fazendo emergir na opinião pública uma determinada imagem sobre as identidades daquela comunidade na sua globalidade.

João Carlos Correia (2008) reflecte com detalhe acerca das transformações identitárias que acompanham a modernidade tardia sobre a forma como este fenómeno se articula com os media e logo com os discursos que os mesmos produzem acerca da realidade. Este autor esclarece então que a visão associada ao impacto dos processos de comunicação é consonante com a diversas concepções da sociedade e da cultura. Desta forma, uma concepção determinista da sociedade originará uma visão também ela determinista sobre o papel dos media, assim como uma visão pluralista da sociedade originará visões na mesma corrente sobre esse mesmo papel. Correia (2008:132) defende ainda que nas sociedades pós-modernas: “O estudo dos efeitos dos media, nomeadamente estes considerados enquanto formas culturais que interferem activamente na configuração da cultura e da sociedade, não pode viver na ignorância das identidades.”

Numa acepção geral, Castells (1997,2007) define identidade como a “fonte de significado e experiência de um povo”. Quando relacionada com os actores sociais, a identidade expressa-se através dos processos de construção de determinado significado alicerçado em atributos culturais isolados ou inter-relacionados, que dominam sobre outros significados existentes. De acordo com este autor, as relações de poder determinam a construção social da identidade, processo este que se pode desenvolver de três formas: a) identidade legitimadora; b) identidade de resistência; c) identidade de projecto. A primeira é geralmente utilizada pelas instituições, com o intuito de dominar os restantes actores sociais. A segunda, é uma resposta dos dominados ou estigmatizados, como forma de resistência e mesmo de sobrevivência. A terceira é construída quando os actores sociais, utilizando “qualquer tipo de material cultural” de que disponham, reposicionam-se na sociedade e conseguem transformar a própria estrutura social. Sublinha-se que uma identidade de resistência pode eventualmente dar origem a uma identidade de projecto,

²⁵ Este assunto será de novo abordado no capítulo IV.

interessando no entanto reter que cada tipo de construção da identidade originará constituições distintas da sociedade.

Consideramos no entanto que as identidades podem ser deturpadas pela acção dos media, e são exactamente as populações vulneráveis que mais atraem a atenção jornalística, e é por este motivo que a temática “malaise des banlieues” se transforma em objecto de discussão pública, principalmente em situações de violência, que rapidamente se transformam em manchetes. (Champagne, 1991). E por este motivo o autor alerta:

“Les dominés sont les moins aptes à pouvoir contrôler leur représentation d’eux-mêmes. Le spectacle de leur vie quotidienne ne peut être, pour les journalistes, que plat et sans intérêt, d’autant que, étant culturellement démunis, ils sont incapables de s’exprimer dans les formes requises par les grands médias” (Ibidem:68).

Assim, o que acaba por acontecer é que as coberturas mediáticas, em vez de se constituírem como fonte de informação que explica determinado acontecimento, acabam por gerar estereótipos sobre determinado território, que se perpetuam no tempo.

Então, as reflexões que ensaiámos sobre este assunto fazem emergir uma questão: Até que ponto contribuem os media para estigmatizar determinado território, bem como os indivíduos que nele se movimentam quotidianamente? No Capítulo IV retomaremos este assunto com mais intensidade, recorrendo ao caso concreto da Quinta da Fonte.

2. Viver nas cidades: a experiência da urbe

No âmbito da presente investigação, considerámos fundamental compreender os contornos que assumem os modos de vida das pessoas no cenário urbano, porque é aí que se situa a grande maioria dos bairros, habitualmente designados de “habitação social”.

É por isso pertinente olhar para as cidades enquanto estruturas dinâmicas, onde os fenómenos sociais adquirem diversas modalidades e onde coexistem quer os interesses particulares, quer os interesses colectivos. Pretendemos aqui fazer emergir e compreender uma série de factores inerentes ao que designamos de “experiência da urbe”, demonstrando o quanto o actual problema urbano pode influenciar a vida quotidiana de todos os urbanitas.

Por outro lado, e de acordo com as conclusões de Carlos Vieira de Faria (2009:270)²⁶, a cidade é também um artefacto, “...um artefacto que combina saber, técnica e

²⁶ Carlos Vieira de Faria analisou os movimentos sociais urbanos em Setúbal, no período de 1966 a 1995. A investigação debruçou-se essencialmente sobre aspectos de articulação da cidade e as práticas sociais dos actores sociais urbanos, incidindo concretamente nos indivíduos organizados em movimentos sociais urbanos.

experiência enriquecidos pelo tempo e pela memória.” Este pressuposto de valorização da cidade como um artefacto catapulta os sujeitos para o papel de actores que produzem um sentido na construção do “campo urbanístico”. Neste sentido, a cidade pode ser assumida como um produto social, resultado da própria experiência humana.

2.1 Os modos de vida nas cidades: especificidades

A cidade sofreu muitas modificações nos últimos cinco mil anos e muitas outras virão como é óbvio ainda a ocorrer, e, na opinião de Mumford, deveriam ser restituídas às mesmas as suas “funções maternais”, geradoras de vida, que há algum tempo estão esquecidas: “...a melhor economia das cidades é o cuidado e a cultura dos homens” (Mumford, 2004:621).

Partilhamos da ideia de que a missão final de uma cidade deverá ser a participação consciente dos homens no seu próprio processo histórico.

Mas não podemos esquecer que as cidades actuais são mobilizadas para estes processos históricos, que as transformam, segundo a opinião de Baptista (2001), em cidades circunstanciais. E isto porquê? Porque a maleabilidade quer da sua estrutura física, quer das metamorfoses das próprias relações sociais, fazem com que as mesmas se assemelhem cada vez mais a “cidades do momento”.

Às grandes e mais importantes “cidades do momento” damos o nome de metrópoles. De acordo com Ascher (1995), etimologicamente, metrópole significa antiga cidade grega, “mãe” das colónias e de onde são originários os guerreiros comerciantes e deuses. Esta definição aplica-se na perfeição às cidades modernas, que se caracterizam cada vez mais pela internacionalização das suas empresas, dos capitais ou universidades do que pelas “funções regionais tradicionais”.

A definição formal de metrópole teve origem nos Estados Unidos da América,²⁷ devido à sua acentuada dinâmica metropolitana, que compreende “o perímetro das actividades urbanas quotidianas nas grandes cidades e nas suas vizinhanças.” (1995:3).

No caso de Portugal, podemos referenciar a Área Metropolitana de Lisboa, que reflecte a mais elevada concentração populacional e económica do país. É constituída por dezoito concelhos onde residem na totalidade cerca de três milhões de habitantes. No sentido de compreender a dimensão desta área metropolitana, é interessante assinalar que a mesma concentra cerca de 25% da população activa do país, 30% das empresas nacionais e 33% do

²⁷ Os Estados Unidos, desde o fim do século XIX, constituem-se como uma referência central para todas as reflexões sobre a modernidade, sendo que os debates americanos sobre o futuro das metrópoles acabam por influenciar as próprias reflexões europeias. (Ascher, 1995).

emprego, contribuindo com cerca de 36% do PIB nacional²⁸. Como é óbvio, o objectivo deste tipo de associação metropolitana é defender os interesses dos concelhos que a constituem, nomeadamente intervindo ao nível do saneamento básico, saúde, ambiente, segurança e protecção civil, acessibilidades e transportes, equipamentos colectivos, turismo, cultura e desporto, isto sempre numa perspectiva de inovação e desenvolvimento tecnológico, incremento dos transportes e das grandes iniciativas internacionais, de acordo com o que se espera das grandes metrópoles.

Para além deste cenário de um futuro repleto de desenvolvimento, há que referir também alguns dos aspectos da questão social que se manifestam nas metrópoles, e que como é óbvio influenciam os modos de vida das pessoas que nelas habitam. Reportando-se ao Brasil, Luíz César Queiroz Ribeiro (2006)²⁹, recorda-nos o caso da criminalidade e da violência. “Metrópoles da morte” é uma expressão já utilizada naquele país para designar as elevadas taxas de homicídios nas regiões metropolitanas. Este fenómeno poderá estar associado a uma crise dos laços sociais e também ao que o autor designa por “processos de segmentação e segregação residencial” (Ibidem:224).

Tem vindo a ser concluído na literatura internacional que a segregação residencial contribui para a explicação das desigualdades de oportunidades, que resultam da combinação de alguns efeitos, nomeadamente: “...da segmentação do mercado de trabalho; da reestruturação do sistema de bem-estar social, por sua vez resultante da combinação das tendências à mercantilização da reprodução social e da retração e segmentação social do sistema público de consumo; da fragilização e precarização das estruturas sociais no plano da família e da comunidade (bairro) em suas capacidades de gerar acções solidárias de mobilização de recursos para a auto-reprodução e utilização das oportunidades geradas pelas macroestruturas sociais; e finalmente, a adopção pelos segmentos vulnerabilizados por essas tendências de atitudes e comportamentos que aprofundam o isolamento sociocultural, com particular incidência sobre as crianças e os jovens” (Ribeiro, 2006:225).

É igualmente um facto que o isolamento sócio-territorial e cultural dos bairros que concentram indivíduos com laços frágeis com o mercado de trabalho, e a consequente fragilização social, fazem com que as classes “superiores”, e isto de acordo com a realidade brasileira, se auto-isolem em “cidadelas fortificadas”. Em contraste com esta realidade formam-se territórios que concentram uma população vulnerável, onde se reproduz a pobreza

²⁸ <http://www.aml.pt>, acedido em 21/10/2009

²⁹ Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e coordenador do Observatório das Metrópoles.

e a desigualdade. Este não deixa de ser também um dos cenários das metrópoles por esse mundo fora (Ribeiro, 2006).

Isto é o que Boaventura Sousa Santos (2001) designa por apartheid social. O autor vai mais longe e acrescenta que o Estado age de formas diferentes perante o apartheid social, isto é, considerando que cidades como São Paulo e Bogotá são constituídas por “zonas civilizadas” e “zonas selvagens”, as primeiras são alvo de uma actuação democrática e as segundas de actuação fascista.

De acordo com Ribeiro (2006), é extremamente importante referir que os processos de marginalização que se desencadeiam e concentram em determinados espaços, que produzem um isolamento sócio-territorial, acabam por destruir ou desvalorizar recursos que as famílias eventualmente até pudessem possuir e que poderiam ser utilizados para promover o seu bem estar. Outra consequência deste isolamento sócio-territorial é o bloqueio relativamente a eventuais oportunidades que poderiam conduzir a família a adoptar certos comportamentos individuais, geradores de trajectórias diferentes e de uma mobilidade social diferente da reprodução da pobreza.

Para Simmel (citado por Ascher, 1995), o funcionamento de uma comunidade é assegurado por “elementos primários das relações humanas”, tais como a lealdade, o amor, a dependência, a gratidão e a confiança, sendo que nas metrópoles existe a possibilidade de coexistirem dois mundos. Então, em primeiro lugar existirá um mundo visível, e em segundo lugar um mundo secreto, ...”ligado à individualização do modo de vida urbano” (1995:78). A intensidade destes dois mundos pode oscilar e quando um esmorece podem aumentar as possibilidades do outro.

Ascher foca também outro ponto que consideramos bastante importante, ao afirmar que a sociedade metropolitana se encontra delimitada por alguns dispositivos de reprodução tais como a família, a escola, o exército, a igreja ou as instituições desportivas e culturais. As mudanças sociais vão por sua vez provocando enfraquecimentos destes dispositivos, eles próprios também geradores de mudança. Exemplo disto são as transformações intergeracionais, em que cada geração vai reinventando os seus modos de vida.

As metrópoles acabam por se desenvolver e evoluir praticamente da mesma forma em todo o mundo, e a sua composição social exprime também os mesmos processos de concentração de riqueza e de poderes económicos.

Há que referir também que a “mancha urbana” das metrópoles se vai estendendo progressivamente até às periferias, incluindo novas urbanizações ou aglomerados de aldeias periféricas, resultando isto num aumento da descontinuidade dos espaços metropolitanos.

Esta descontinuidade é originada por todo um conjunto de transformações das grandes cidades e dos seus subúrbios, que geram novos tipos de espaços, produzidos pelas dinâmicas urbanas e que pela sua especificidade carecem de nova definição.

Importa porém referir que todas estas dinâmicas urbanas estão de certa forma relacionadas com vários progressos, desde as técnicas de comunicação, passando pelas técnicas de conservação de víveres, ou pela evolução dos próprios transportes. No entanto as transformações são progressivas, sendo que as novas dinâmicas que vão surgindo, para Ascher (1995), apoiam-se nas antigas estruturas e redes.

Por tudo o que foi dito, concluímos que estas e outras especificidades das urbes que se vão transformando com o tempo acabam por influenciar também os contornos que assumem os micro territórios, independentemente do rumo das trajectórias pessoais dos sujeitos. Como veremos a seguir, o medo e a insegurança são dois dos sentimentos revelados nas cidades de hoje, pese embora não lhes sejam exclusivos, e que foram identificados nos discursos dos sujeitos acção da investigação.

2.2 O medo e a insegurança nas sociedades modernas

Como se poderá analisar no Capítulo IV, o medo e a insegurança são duas das categorias referidas com mais frequência pelos sujeitos acção que participaram na investigação, pelo que consideramos que se justifica aprofundar estes fenómenos, alertando simultaneamente que não são exclusivos dos indivíduos que habitam em bairros sociais, mas sim uma consequência da pós-modernidade que afecta toda a humanidade.

Castel (2003) defende que nos países desenvolvidos encontramos as sociedades mais seguras de sempre, mas que apesar desta constatação, e contraditoriamente, os indivíduos sentem-se cada vez mais ameaçados e inseguros. Este fenómeno é explicado de diferentes formas: de acordo com a perspectiva de Zigmunt Bauman (2005/2006), as sociedades dos dias de hoje encontram-se alicerçadas na incerteza, factor que origina um crescente sentimento de insegurança, que resulta em parte da subtração de uma protecção³⁰ que era garantida aos indivíduos e que os tem vindo progressivamente a tornar mais frágeis e vulneráveis. É por isso que Castel (2003) justifica o medo e a insegurança

³⁰ Robert Castel (2003) distingue dois grandes tipos de protecção: a) “les protections civiles”, que asseguram as liberdades fundamentais e a segurança de pessoas e bens no âmbito de um Estado de Direito; b) “les protections sociales”, que garantem aos indivíduos cobertura relativamente a determinados riscos tais como a doença, desemprego ou acidentes, apenas a título de exemplo.

com o individualismo contemporâneo, isto é, ao indivíduo é cada vez mais imposto que se ocupe de si próprio, o que acaba por gerar um aumento de incerteza.

Se tivermos em consideração a convicção de Bauman (2005/2006), actualmente o sentimento de insegurança é caracterizado pelo medo “do crime e dos malfeitores”, sentimento este que se aproxima de forma fiel ao que nos foi transmitido pelos entrevistados que residem na Quinta da Fonte, território alvo da investigação.

Podemos entretanto questionar: qual é a origem deste sentimento de medo e insegurança generalizado?

É um facto que, independentemente da forma ou estrutura que assumam as cidades em que vivemos, existe uma característica comum: a estreita proximidade em que convivem pessoas desconhecidas num mesmo lugar. O estranho acaba por se constituir como uma personificação do risco. E Bauman (2003:33) analisa:

“Essa presença, impossível de evitar excepto por brevíssimos instantes, constitui uma fonte inextinguível de angústia e de agressividade latente, dando lugar a ocasionais explosões. O medo do desconhecido, tangível na atmosfera, ainda quando só sublinaramente, reclama uma válvula de escape convincente. A ansiedade acumulada tende a descarregar-se sobre determinados estrangeiros, escolhidos para encarnarem o estranho, o inquietante, a nota de impenetrável de outros costumes, a imprecisão de certos perigos e ameaças.”

Outra possível explicação pode ser atribuída a esta questão, se nos focarmos na relação entre os sistemas e os actores. Isabel Guerra (1993) defende que a incerteza (que pode portanto gerar o medo) instala-se uma vez que a acção social existe tendo em consideração decisões dos diferentes actores sociais, com interesses e necessidades também elas distintas. Desta forma, as vontades dos actores podem muitas vezes não coincidir com os resultados da acção colectiva, existindo sempre uma “indeterminação da dinâmica dos sistemas”.

No entanto, e como veremos mais à frente, as explosões de que nos fala Bauman podem originar posteriores processos positivos, como em parte sucedeu na Quinta da Fonte com a dinamização dos agentes locais.

Poderão ser várias as explicações para este tipo de fenómenos que se verificam num território onde se desenvolvem relações de proximidade, sejam elas voluntárias ou involuntárias, e que pode despoletar tensões de diversos tipos. Bauman (2005/2006) fala-nos do conceito de ‘mixofobia’, que se caracteriza pelas possíveis reacções de estranheza perante a coexistência de “tipos humanos” e de costumes diversos. O mesmo autor explica-nos que a intensificação da diversidade cultural no meio urbano transporta consigo um tendencial crescimento de tensões que resultam da já referida estranheza (que perturba) e que pode culminar em impulsos segregacionistas. Um dos possíveis caminhos a que podem

levar as tentativas de descompressão destas tensões é a procura de “ilhas de semelhança e de igualdade no meio do mar da diversidade e da diferença”, com o objectivo de evitar a influência e o confronto com o ‘outro’ (Ibidem:40).

Mas apesar destas reflexões é interessante constatar que a vida nas cidades pode originar simultaneamente sentimentos contraditórios: da mesma forma que repele, pode também exercer um efeito de atracção, sendo possível uma oscilação entre estes dois tipos de sentimentos. Deste modo, a cidade, segundo Bauman (Ibidem), pode também provocar ‘mixofilia’, através do poder de atracção que pode exercer nas pessoas, pelas suas novidades, surpresas ou oportunidades. É possível a coexistência da “mixofilia” e da ‘mixofobia’, quer nas cidades quer no íntimo de todos os seus habitantes. Estes sentimentos desencontrados são característicos da ‘modernidade líquida’, por isso é importante compreender o seguinte ponto de vista:

“Uma vez que os estranhos estão predestinados a continuarem a viver na companhia uns dos outros – sejam quais forem as vicissitudes da história urbana - a arte de vivermos em paz e harmonia com a diferença e de beneficiarmos, serenamente, da variedade de estímulos e oportunidades que comporta é uma das capacidades primordiais que o habitante de uma cidade deve adquirir e pôr em prática” (Ibidem:45).

Atentos a este raciocínio de Bauman, introduzido devido à frequência com que estas temáticas foram abordadas pelos sujeitos acção da investigação, como já referimos, é uma realidade que as questões de segurança são de facto muito pensadas nos dias de hoje. Davis, por exemplo, alerta-nos: “In cities like Los Angeles, on the bad edge of postmodernity, one observes an unprecedented tendency to merge urban design, architecture and the police apparatus into a single, comprehensive security effort” (1990/2006:224).

Para concluir este ponto, o que consideramos que deve ser alvo de preocupação é o facto de, num bairro social como a Quinta da Fonte, estes sentimentos de medo e insegurança, que são característicos como vimos da era em que vivemos, assumirem proporções que invadem o quotidiano das pessoas e afectarem de alguma forma as próprias relações sociais. Mas concretizaremos com mais profundidade este assunto, atendendo aos sentimentos e perspectivas dos entrevistados.

Antes, tentaremos reflectir acerca da importância que as políticas sociais de habitação podem assumir no desenvolvimento das cidades, bem como tecer algumas considerações acerca das suas tendências actuais.

3. A importância das políticas sociais de habitação no desenvolvimento urbano

3.1 Habitação condigna: eterno direito fundamental

As políticas sociais de habitação são por certo uma peça importante no processo de construção das cidades. Expressam o reconhecimento de um direito fundamental, mas que ainda não é para todos.

Durante um longo período de tempo, as questões relacionadas com a habitação focaram-se nas necessidades e motivações do objecto habitacional em si. Na nossa opinião, o PER e a sua implementação na grande maioria dos municípios das Área Metropolitanas de Lisboa e do Porto é um exemplo desta constatação. Senão vejamos: as necessidades habitacionais foram detectadas através de levantamentos que determinaram aqueles que não tinham (na data do recenseamento) acesso a uma habitação condigna e motivaram a construção de empreendimentos para colmatar as necessidades diagnosticadas.

Esta questão tem vindo a ser alvo de algumas críticas que identificam a ausência de uma dimensão social no PER, uma vez que todos os que foram recenseados neste programa não perdem o direito ao realojamento (excepto por ausência ou alternativa habitacional), mesmo que as suas condições sócio económicas lhes permitam hoje o acesso a uma habitação condigna pelos próprios meios.

Apesar disto, é frequente considerar-se que a pobreza é uma “questão endémica da habitação”, uma vez que na generalidade são os idosos, as famílias numerosas e com menos recursos que revelam de uma forma mais vincada as carências habitacionais. A par desta realidade, não nos podemos no entanto esquecer que actualmente existem muitas famílias em Portugal que se encontram sobre endividadas pelo facto de terem adquirido habitação própria. De facto, de acordo com dados obtidos no Eurostat (2007), em Portugal 75% das habitações são adquiridas, 18% são arrendadas e 3% são abrangidas pelo parque de arrendamento social.

Por este motivo, nos dias de hoje já não são apenas os ‘sem abrigo’ ou aqueles que (ainda) residem em núcleos degradados de barracas que necessitam de apoio do Estado para acederem a um alojamento, pelo que a tendência será por certo que em territórios onde predomina a habitação social se verifiquem diferenças cada vez mais acentuadas entre o “eu”, o “nós” e os “outros”.

O reconhecimento do direito ao acesso à habitação como um objectivo comum da UE, e como factor de promoção da inclusão social, oferece a oportunidade de catapultar o

problema das pessoas sem habitação para o centro das agendas políticas, e passa a permitir a mobilização de recursos, no sentido de assegurar que se impulsionem soluções.

Bilhim (2008) clarifica a ideia que para um interesse integrar uma agenda política é imprescindível a sua transformação num 'facto controverso'. É na existência de um conflito de interesses que se alicerça e justifica a intervenção do poder político. Desta forma, pode considerar-se que a definição das agendas políticas é um processo dinâmico cujo cenário é uma espécie de 'arena política', onde são disputados diversos interesses.

É por isso, na nossa opinião, muito pertinente uma questão lançada por Bilhim (Ibidem), em que o autor reflecte se nos dias de hoje é o poder público que 'modela' os interesses dos cidadãos, 'vendendo-lhes' produtos políticos, ou se são os cidadãos (individual ou colectivamente) que desenham as agendas políticas através da pressão que exercem.

Com um lugar mais ou menos assíduo na agenda política, fortalece-se a ideia de que é reconhecido o direito a uma habitação condigna no nosso país, na União Europeia e a nível internacional, não obstante saber-se que um longo percurso tem ainda que ser percorrido para que esta intencionalidade reconhecida se concretize plenamente.

Sublinha-se que actualmente em Portugal, segundo dados apontados no Plano Estratégico de Habitação (PEH)³¹, baseados em informações facultadas pelas autarquias, é reconhecida uma forte dificuldade no que concerne ao acesso a uma habitação condigna. Os números apontados são os seguintes: 40 000 famílias necessitam com carácter de urgência de uma habitação; 150 000 famílias vivem em situação de sobrelotação, que se entende pela falta de duas ou mais divisões no alojamento; 180 000 proprietários ou inquilinos residem em casas consideradas muito degradadas.

Importa da mesma forma clarificar que aspectos devem ser considerados na definição deste direito, de modo a que as políticas sejam direccionadas de uma forma efectiva.

Assim, a Organização das Nações Unidas (ONU)³², identificou alguns factores que devem ser tidos em consideração, no sentido de determinar o que é uma habitação

³¹ O Plano Estratégico de Habitação, de âmbito nacional, é da responsabilidade do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana e tem como principal objectivo repensar as Políticas de Habitação em Portugal.

³² Observação Geral nº4 do Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, adoptada em 12 de Dezembro de 1991. Sublinha-se que uma das fontes jurídicas do direito a uma habitação condigna no direito internacional relativo aos direitos humanos é o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais. Foi adoptado e aberto à assinatura, ratificação e adesão pela resolução 2200 (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 16 de Dezembro de 1966. Entrou em vigor na ordem internacional a 3 de Janeiro de 1976. Portugal assinou este Pacto a 7 de Outubro de 1976.

condigna, dado que este conceito engloba também aspectos sociais, económicos, climáticos, ecológicos e outros:

- a) As pessoas e agregados familiares devem ocupar casas com segurança legal, ou seja, todos devem estar protegidos do risco de expulsão, agressão ou outras ameaças;
- b) Uma habitação condigna implica o acesso contínuo aos recursos naturais, como a “água potável, energia para cozinhar, aquecimento e iluminação, instalações sanitárias e de limpeza, meios de conservação dos alimentos, sistemas de recolha e tratamento de lixo, esgotos e serviços de emergência”;
- c) Os custos que cada família suporta para aceder a uma habitação deverão ser adequados aos rendimentos auferidos e não poderão impedir o acesso a outros bens de primeira necessidade. Isto implica que sejam tomadas medidas no sentido de não permitir rendas abusivas, ou de desenvolver sistemas de subsídios para todos os que não dispõem de capacidade financeira para tal;
- d) A habitabilidade é outra das características que deverá ter uma habitação condigna, pois deve proporcionar aos seus ocupantes protecção do frio, calor, chuva e dos perigos para a saúde;
- e) O acesso a uma habitação condigna deve ser especialmente acautelado quando se trata de “pessoas idosas, crianças, portadores de deficiências, doentes terminais, seropositivos, doentes crónicos, doentes mentais, vítimas de catástrofes naturais, pessoas que vivem em zonas sujeitas a catástrofes naturais e outros grupos”;
- f) As habitações devem estar localizadas em zonas que permitam o acesso ao emprego, a escolas e restantes estruturas sociais. Não devem também ser construídas em locais poluídos e que ameacem a saúde das populações;
- g) A arquitectura e materiais de construção dos edificadados deverão respeitar a diversidade cultural e as identidades.

Acabámos de descortinar intencionalidades que não se concretizam na prática como seria desejável. No caso da Quinta da Fonte, a degradação do edificado, por exemplo, faz com que relativamente a alguns dos alojamentos não possamos afirmar que reúnem as condições de habitabilidade na acepção que acabámos de mencionar. Desta forma, no próximo ponto será pertinente conhecer quais as tendências das políticas sociais de habitação em Portugal, pois, como verificaremos mais à frente, estas constituem-se igualmente como um dos actores que intervêm e desenham os territórios relacionais.

Perante este cenário qual o papel e intervenção do Estado para que seja garantido o acesso a uma habitação condigna, que mesmo com estatuto de direito fundamental ainda não é para todos?

3.2 Tendências actuais das Políticas Sociais de Habitação

Trata-se de um problema actual o facto de os elevados preços que são praticados no mercado imobiliário da cidade ‘empurrarem’ os mais vulneráveis para territórios de habitação social, geralmente construídos em zonas desvalorizadas comercialmente.

Tal como alertou Raquel Rolnik³³, a crise e os problemas que se vivem nos bairros sociais excluem e segregam. E então podemos questionarmo-nos acerca de possíveis soluções. Uma destas soluções (apontada por Rolnik) é a obrigatoriedade de serem cedidas quotas para habitação a custos controlados em todos os edifícios que forem construídos ou reabilitados. A reabilitação constitui-se por isso como uma das possíveis soluções para os problemas habitacionais. É importante repovoar e reocupar, pois segundo indicações da ONU, já não é necessário construir mais.

Isto numa época, de acordo com a perspectiva apresentada por Le Corbusier (2008:10), em que se fomentam as “cidades jardins”, ou seja, cada um ou cada família ambiciona para si a sua “casinha”, com o seu jardim e liberdade assegurados, onde predominem os três materiais de “uma das tábuas da lei do urbanismo contemporâneo”: o ar puro, o sol e a verdura.

Em Portugal encontra-se a ser delineado o PEH, que ressalva desde logo o carácter complexo das dinâmicas habitacionais, motivo pelo qual não é possível pensar numa estratégia para todas as circunstâncias.

“A orientação central e transversal que preside ao conjunto das estratégias e do modelo proposto, assenta na criação de condições de acesso ou de facilitação da entrada no mercado de habitação de grupos sociais que, pelas suas condições socioeconómicas, ou pela dinâmica do mercado privado de habitação, não conseguem aceder a uma habitação condigna. Por um lado, esse objectivo central inclui alguns estratos da população de solvência “instável” em face de flutuações sociais e dos mercados financeiros e do trabalho, por outro destaca a necessidade de orientar acções para uma ainda importante fracção de procura com graves dificuldades de subsistência e portanto excluída do mercado, mesmo dos segmentos a custos controlados” (PEH, relatório 3:8).

Esta orientação primordial do PEH é dirigida como se pode observar para a população que pelos próprios meios não consegue aceder a uma habitação condigna e não apenas aqueles que residem em barracas, factor que não foi previsto no PER. De facto, tendo em consideração a experiência da prática profissional, constata-se que muitas das

³³ Raquel Rolnik é professora na Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e relatora da ONU para o Direito a uma Habitação Condigna. Proferiu uma conferência em Lisboa, a 9 de Julho de 2009, subordinada ao tema “Impacto da Crise Financeira Mundial no Direito a uma Habitação Condigna”.

famílias já realojadas através do PER (que em algumas autarquias ainda é o único programa em vigor) mesmo tendo permanecido durante anos num núcleo degradado de barracas, por vezes em alojamentos melhorados ao longo do tempo, onde não pagavam qualquer renda, apresentam rendimentos que lhes permitiriam aceder a uma solução no mercado imobiliário livre. Não obstante, permanecem em casas de renda apoiada (uma vez que os rendimentos da família não se constituem como critério de exclusão do programa), o que não proporciona a sua ocupação por outros em situação de real vulnerabilidade económica. Daqui se conclui a importância de o PEH abranger outras famílias que se encontram excluídas do mercado habitacional, incluindo o segmento de custos controlados.

A estratégia e o modelo de intervenção previstos no PEH reconhecem as alterações que se têm vindo a verificar no papel do Estado, menos executor e que vê reforçadas as suas funções de “planeamento, regulação, fiscalização, monitorização e avaliação...” (PEH, Relatório 3:9). Desta forma, as autarquias assumem protagonismo em conjunto com as associações locais, cooperativas ou privados, na execução das medidas das políticas de habitação. Por este motivo é possível afirmar que os jogos relacionais entre os vários actores de um micro território assumirão uma crescente importância.

Será útil conhecer de forma sucinta quais os eixos e medidas que o PEH propõe para a dinamização das políticas de habitação. Em primeiro lugar aponta para a dinamização do mercado de arrendamento, activando a oferta de arrendamento privado, e desenvolvendo modalidades de apoio ao mesmo através da aquisição pública de imóveis.

O segundo eixo pretende promover a habitação a custos controlados, aumentando a sua oferta, recorrendo a soluções mistas (arrendamento e aquisição) e desenvolvendo modalidades de apoio à aquisição e auto-construção.

Outro dos eixos considerados prioritário diz respeito à reabilitação do parque habitacional público e privado, através das seguintes medidas: “Intervenção habitacional em áreas críticas no âmbito da Política de Cidades; intervenção habitacional em imóveis degradados; reabilitação do parque público; gestão eficaz e participada do parque público”. (PEH, Relatório 3:29).

Através do PEH, pretende-se igualmente adequar e inovar na habitação, tendo em consideração os modos de vida das pessoas, o cada vez maior número de pessoas sós e o envelhecimento da população, a título de exemplo. Estas transformações exigem que sejam adaptadas e que surjam novas estratégias desde os projectos, aos materiais, ou mesmo à reabilitação. Em qualquer dos dois casos o PEH prevê uma construção sustentável, tendo como meta a eficiência energética, a diminuição do consumo de água e a reciclagem de resíduos.

O último eixo diz respeito à implementação e monitorização das políticas de habitação, através da criação de um Observatório de Habitação Reabilitação Urbana e de Programas Locais de Habitação. Estes PLH revelam uma clara tendência para uma responsabilização das autarquias na implementação das medidas previstas, senão vejamos:

“A implementação do Plano Estratégico será possível se for aprofundada a responsabilidade do poder local, não só na sua contribuição para a realização de algumas medidas, mas sobretudo na participação responsável do planeamento nas suas áreas de jurisdição, desde a hierarquização das necessidades à localização e identificação dos tipos de intervenção” (PEH, Relatório 3:63).

Se analisarmos o Programa do XVIII Governo Constitucional, pode observar-se que a grande aposta para a área da habitação é exactamente o Plano Estratégico 2009-2015, cujas medidas foram sumariadas nas linhas precedentes. O Programa destaca mais uma vez a cooperação com os municípios no sentido de ser concluído o PER, erradicando as barracas das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e incentivando o reforço da implementação de um novo conjunto de medidas entre as quais se destaca o PROHABITA³⁴. Também o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)³⁵ identifica como medida prioritária a implementação do PEH, tendo em consideração o eixo que identifica a necessidade de desenvolver programas e incentivar acções que melhorem as condições habitacionais, essencialmente dos grupos sociais mais vulneráveis. E quais poderão ser as consequências desta descentralização pretendida pela política central? Quais os riscos deste tipo de estratégia? Maria João Freitas adiantou-nos a seguinte reflexão:

“Porque a consequência...quando se fala da passagem para as autarquias...o governo central não consegue resolver, “chuta” para as autarquias, as autarquias não conseguem resolver, “chutam” para as famílias ao alienar as casas. Quer dizer, anda tudo a “chutar” o problema e o desgraçado que não tem mesmo competências para resolver nada é que fica com a “batata quente na mão”...agora não tem que ser assim...” (EE, 2009:xiii).

Não tem de facto que ser assim, mas o que acontece depois na prática nos territórios concretos? Que contornos assumem os processos relacionais? De que forma encaram os sujeitos acção as dinâmicas deste processo? É o que tentaremos abordar nos próximos capítulos, partindo do pressuposto que os bairros sociais, por estarem delimitados territorialmente constituem-se como alvo privilegiado das políticas sociais, e que tal como se pôde observar quando abordámos as estratégias do Estado português para as políticas de

³⁴ O PROHABITA tem como objectivo central a resolução de situações de grave carência habitacional e disponibiliza apoios para construção ou reabilitação de habitação. Este Programa permite ainda a resolução de situações de necessidade de habitação urgente, participando em rendas ou em estadias em estabelecimentos hoteleiros ou similares.

³⁵ O PNPOT foi aprovado pela Lei 58/2007, de 4 de Setembro, rectificado pela declaração nº 80-A, de 7 de Setembro de 2007.

habitação³⁶, existe uma tendência explícita de descentralização para as autarquias locais, por se encontrarem mais próximas das populações.

Não sendo nova a tendência de descentralização das competências no que respeita ao direito a uma habitação condigna, mantém-se a expectativa quanto às novas estratégias das políticas habitacionais acima enunciadas, pois por enquanto a realidade é ainda um PEH na ‘gaveta’³⁷, desconhecendo-se como irá ser implementado.

Hill apresenta-nos uma definição simples de implementação das políticas: “...it is about what happens between policy expectations and policy results” (Hill, 1982/2009:76). Este autor apresenta-nos uma das principais razões pelas quais esta questão se torna fundamental: as directrizes para a acção que se encontram plasmadas na lei podem não corresponder ao que ocorre depois de facto no terreno e na prática.

Entretanto uma importante questão se levanta: tomando como exemplo o Programa Local de Habitação de Lisboa³⁸, os cidadãos são cada vez mais chamados a participar e a dar a sua opinião em todo o processo de construção das políticas de habitação. Reconhecida a importância da participação dos cidadãos organizados ou individualmente e não sendo este um hábito enraizado, como prepará-los para que possam de facto intervir activamente nestes processos?

³⁶ Como por exemplo a implementação de Programas Locais de Habitação

³⁷ Isabel Guerra, Seminário Repensar as Políticas Sociais de Habitação Social do Programa de Doutoramento em Sociologia Económica e das Organizações – Seminários de formação avançada 2009/2010 – ISEG, 5 de Fevereiro de 2010.

³⁸ Apresentação do PLH de Lisboa, a 23 de Fevereiro de 2010, proferida pela Dra. Teresa Craveiro, Directora do Departamento de Planeamento Estratégico da Câmara Municipal de Lisboa.

CAPÍTULO II – Compreendendo os territórios vividos

“...os meus filhos vão à escola, a mãe vai trabalhar, os filhos chegam, a mãe tá em casa. Para eles é gratificante também, chegar, encontrar a sua mãe em casa...” (Georgette, E5:lxxxii).

“Não, não tenho vergonha de morar aqui. Onde moram pessoas também há problemas, e os problemas somos nós” (Jaime, E6:c).

“...as pessoas também chegam a um ponto que se começam a faltar disto, não é? A desbandalhar: “Ah! Quero lá saber! Se eles não se importam a gente também não se importa...se eles não estão preocupados a gente também não podemos estar preocupados com o vizinho de cima ou com o vizinho de baixo ou com o outro, não é?” (Casimira, E7:cxvi).

“...já tenho oitenta anos...Isto são oitenta anos trabalhados, porque não são oitenta anos cantados e bailados...” (Zita, E8:cxxix).

As palavras com que iniciamos este capítulo são de alguns dos actores que dialogam diariamente com o seu território de vida (que integram), diálogo este permanente e de intensidades diversas. Permanente, porque esta ‘conversa’, mesmo por vezes intermitente, permite que a informação trocada entre os diferentes actores dê forma a determinado território relacional, como verificaremos mais à frente.

Consideramos fundamental esclarecer que, no próprio título deste capítulo, a utilização do verbo compreender no gerúndio se justifica pela complexidade do conceito de território e pela convicção de que qualquer tentativa de o apreender prolongar-se-á por certo no tempo, indefinidamente.

Conscientes deste facto, pretende-se em primeiro lugar abordar como os significados de território evoluíram ao longo dos tempos, uma vez que consideramos que só reconstruindo este percurso se compreenderão as dinâmicas actuais. Debruçar-nos-emos também na forma como as políticas sociais têm vindo a acompanhar esta evolução e a focalizar progressivamente a sua intervenção nos micro territórios³⁹ onde predomina habitação de cariz social.

Ainda na primeira parte, tentaremos clarificar que contornos podem assumir as relações entre os territórios e os indivíduos que nele vivem, partindo-se do princípio que só através da descoberta deste diálogo se perceberão os modos de vida das pessoas e desta forma o seu quotidiano.

³⁹ A designação de micro territórios foi inspirada em Maria do Carmo Brant de Carvalho e é utilizada no âmbito da presente pesquisa quando nos referimos ao bairro, considerando a sua vertente relacional.

No segundo ponto desta secção iremos analisar a dialógica dos conceitos de inclusão e exclusão social, também para uma melhor compreensão do nosso objecto de estudo, e considerando que as perspectivas actuais indiciam outros olhares sobre a exclusão que não só através da pobreza. Interessa-nos desta forma direccionar a nossa análise nas formas de inclusão/exclusão territorial.

Por último, ao ponderarmos acerca das questões que envolvem a problemática e dada a necessidade de compreender as potencialidades e riscos associados a um território concreto, a Quinta da Fonte, no concelho de Loures, optámos por nos debruçar sobre uma das propostas de leitura acerca da configuração que pode assumir um território, de acordo com a visão de Maria João Freitas (2001): o pressuposto da existência de uma processualidade generativa de relações que dependem da produção de autonomias e poderes. Autonomias que se geram através da gestão das proximidades e poderes que se expressam pela capacidade de efectivação dessas mesmas autonomias. Iremos concretizar uma leitura que destaca o exercício e produção de cidadania na construção destes territórios relacionais, numa vertente por isso política.

1. Ao encontro de uma noção de território

Ao consultarmos um Dicionário da Língua Portuguesa, podemos observar que território é definido como “grande extensão de terra; área de uma jurisdição”. Podemos iniciar afirmando que não é esta a concepção de território que iremos de seguida tentar clarificar, para uma melhor compreensão do objecto de estudo.

Importa-nos neste âmbito investigar a realidade social através da sua dimensão territorial, enquanto elemento dinâmico e transformável, que se revela através das relações que estabelece com os sujeitos que dele se apropriam, e que se constitui por isso alvo preferencial da produção de políticas públicas.

Também as ciências sociais se têm vindo a debruçar há várias décadas nas dinâmicas que se processam nos territórios, facto que se pode explicar, de acordo com Daniel Francisco⁴⁰ (2007:165), “...pelas circunstâncias que enfraqueceram, desde pelo menos os anos sessenta do século XX, o predomínio das autoridades e das funções “centrais” sobre a “periferia”. Estas circunstâncias foram facilitadoras de leituras territoriais

⁴⁰ Sociólogo, docente na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, especialista em Governância Territorial, Integração Europeia, Poderes Locais na Europa e Sociologia Política.

que privilegiam o “vivido”, o experimentado, os jogos relacionais, as trajetórias, as circunstâncias em que se processam as vidas de um determinado conjunto de população.

Será que estes pressupostos ainda recentes de interpretação dos territórios são de facto aplicados ao nível do desenvolvimento local, ou pelo contrário não passam ainda de meros “castelos no ar” sem qualquer reflexo no domínio das intervenções no terreno? Tentaremos em seguida facultar algumas pistas orientadoras de uma reflexão sobre este assunto.

1.1 A evolução dos significados de território

Não podemos afirmar que o conceito de território seja universal e que todos os indivíduos o interpretem da mesma forma, pelo que uma das hipóteses é encará-lo como uma construção social. Exemplificando: os gregos delimitavam o seu território através do espaço ocupado pela polis, sendo que do seu ponto mais elevado deveria ser percebida a sua dimensão e habitantes. Já nas sociedades ocidentais da Idade Média, o território era identificado tendo como referência o cristianismo. Em qualquer dos casos, é a comunidade que determina o território, o que o torna desta forma político. (Stoer, Magalhães e Rodrigues, 2004).

Fragoso (2004), explica que as questões territoriais não constituíram objecto de estudo para os investigadores sensivelmente até à Segunda Guerra Mundial, tendo sido no pós-guerra que se desenvolveu uma crescente preocupação com as problemáticas associadas ao espaço e que se revelaram os primeiros conceitos e acções em desenvolvimento planificado. Não obstante, o surgimento do interesse nestas questões encontra-se associado a um problema, que se traduzia na “...forma como o próprio crescimento económico se manifestava de forma desigual no espaço, o que conduzia a desigualdades regionais claramente perceptíveis” (Ibidem:10). Em sequência destas ideias, as regiões constituíram-se assim como uma unidade de intervenção de políticas com objectivos basicamente reparadores.

A década de 70 de novecentos marcou uma transformação importante ao nível dos modelos de desenvolvimento, através do surgimento de uma concepção de território não apenas como objecto de planeamento, mas assumidamente como sujeito (Lopes, 1984, citado por Fragoso, 2004).

Foi também nesta altura que Friedmann e Weaver (1979)⁴¹ propuseram o paradigma territorialista auto-centrado, surgido da necessidade de enfrentar os movimentos

⁴¹ Citados por Fragoso (2004).

capitalistas e a afirmação crescente das grandes corporações. A essência desta proposta aponta para a necessidade de as populações serem implicadas no processo de promoção do desenvolvimento de determinado território, através de uma aprendizagem social em torno dos problemas sentidos, cujo objectivo seria uma progressiva emancipação.

Maria João Freitas (EE, 2009) não nos fala apenas de uma mera implicação das populações no processo de desenvolvimento de um território, mas vai mais longe ao referir a necessidade de uma lógica de partilha de poderes, que ainda não estará sedimentada em Portugal. De acordo com esta investigadora, mesmo quando o “bottom up” (a base, população, imprime uma decisão para o poder político) se assume como uma alternativa ao “top down” (decisão do topo para a base), não nos encontramos perante uma lógica de partilha de poderes. E acrescenta:

“Existe um lógica de realocização do exercício do poder: em vez de estar num sítio passa para outro (...) Mas não é uma lógica de partilha (...) Em vez de o poder estar aqui passa a estar ali. Mas não partilha, não comunica. Portanto não há tradição nisso. Há tendência para cada um fazer sempre sobrepor a sua vantagem (...) há um percurso enorme para que as pessoas respeitem e imponham a sua questão, mas respeitem e percebam que pode haver outras pessoas com outras questões, e é neste conjunto de questões que se tem de encontrar a melhor solução. Isto é um processo... que demora (...). Precisa de persistência. É preciso competência para gerir este processo” (EE, 2009:xi).

Note-se porém que para chegarmos a estas noções actuais de desenvolvimento do território, foram necessárias décadas para a transformação dos princípios que alicerçam a análise social. Francisco (2007:166) reporta-nos que “Neste campo, as versões da “estruturação” (Giddens), do individualismo metodológico e, no campo da ciência política, do neo-institucionalismo sociológico (Hall e Taylor, 1997), presentes nas abordagens em termos de “redes”, “capital social” ou “jogos de actores”, relativizaram as anteriores leituras funcionalistas e holísticas dos fenómenos”. Estes contributos fizeram com que as metodologias se aproximassem cada vez mais dos indivíduos, das suas crenças, valores e representações, proporcionando uma leitura pragmática da realidade e revelando os territórios como “mundos vividos”, onde se desenvolvem as trajectórias biográficas, onde é construída a memória colectiva e se estruturam as redes sociais.

De facto, Giddens (2000,1979), ao esboçar o seu teorema da dualidade da estrutura, pretende demonstrar que, no âmbito da teoria social, acção e estrutura pressupõem-se mutuamente. Para ilustrar a sua convicção, recorre a Marx⁴² e afirma:

⁴² Marx, Grundrisse, Harmondsworth, Pelican, 1973, p.712. (Citado por Giddens, 2000, 1979).

“(…) todo e qualquer produto social ‘que possua uma forma estabelecida’ surge-nos meramente como ‘um momento evanescente’ no movimento da sociedade. ‘As condições e objectivações do processo’, continua ele, ‘são elas próprias igualmente momentos do mesmo e os seus únicos sujeitos são os indivíduos, mas indivíduos inseridos em relações mútuas, que eles igualmente reproduzem e produzem de novo’ (Ibidem:10).

Assumindo então a importância dos indivíduos para a compreensão dos processos sociais, fará sentido falarmos hoje do significado de território numa perspectiva local, na medida em que é visível a ascensão dos conceitos de desenvolvimento local e comunitário. De acordo com Fragoso (2004), é importante referir que o surgimento destes conceitos implica sempre determinada contextualização histórica, social e política, que não pode ser descurada. “Caso contrário, perderemos de vista os significados que verdadeiramente lhes foram sendo atribuídos e estaremos, com mais ou menos fervor, a mentir retrospectivamente ou a reinventar passados que nunca aconteceram” (Fragoso, 2004:14).

No caso de Portugal, só analisando a história recente se conseguirá apreender a evolução do próprio desenvolvimento territorial. Desta forma, é preciso notar-se que num contexto colonial, seria difícil o desenvolvimento dos princípios comunitários, tal como hoje os conhecemos, que valorizam a participação e a “emancipação dos sujeitos”. A administração colonial poderá ter dado início a um certo tipo de desenvolvimento comunitário, sempre focalizado na administração dos territórios sob a sua jurisdição e muito utilizado como instrumento de controlo social ou como forma de integrar os vários grupos sociais, que num cenário de transição para a independência poderiam fomentar contendas.

Por outro lado é também interessante a característica homogénea que Stoer, Magalhães e Rodrigues (2004) atribuem ao território, quando enquadrado na modernidade. De acordo com estes autores, o aparelho do Estado, através da sua acção, “homogeneíza” o território nacional através de todo o tipo de normas instituídas, sejam elas judiciais, educacionais, de saúde ou habitação. O estado apropria-se desta forma do território, e tudo o que é local torna-se desta forma nacional, o que faz com que os vários locais de determinado território nacional sejam semelhantes.

O território nacional constitui igualmente uma fronteira com tudo o que lhe é externo e também interno. O controlo do Estado despoleta a criação de territórios internos, que acaba por marginalizar. Estamos a falar de prisões, alojamentos sociais, hospitais psiquiátricos e outras instituições, cujo objectivo é o de reabilitar todos aqueles que não cumprem a ordem das relações sociais. Daqui resulta o facto, e continuando a seguir a linha de pensamento de Stoer, Magalhães e Rodrigues (2004), de que a diferença e diversidade constituem uma ameaça para os territórios considerados homogéneos. Muitas das vezes considera-se que esta diferença e diversidade devem ser disciplinadas, o que pode

acontecer com recurso às necessidades do mercado de trabalho e aos interesses económicos.

Nos anos 90, e reflectindo sobre os impactos de uma globalização acelerada (como aprofundámos no capítulo I), surgem cada vez mais investigações acerca dos significados do território, que são alvo de múltiplas análises científicas. Fragoso (2004) questiona inclusivamente: “(...) que novas concepções de território temos depois desta ‘passagem’ mais ou menos intempestiva da globalização?”. Numa primeira análise pode-se referir que a noção de território como fronteira é alvo de profundo questionamento, devido aos fluxos e redes sociais que ultrapassam os lugares. Depois, a globalização fez com que o território evoluísse no que concerne à sua importância enquanto matriz para a organização de actividades económicas. Hoje os territórios já não são olhados apenas como referência de estimativa da melhor localização para as unidades de produção, mas como sujeitos de planeamento com potencialidades próprias. Mesmo a autonomia dos territórios pode também ser questionada na ‘era global’, sendo que alguns autores defendem uma visão do “território como resistência”:

“(…) uma resistência consciente e culturalmente situada que tenta combater o global em dois sentidos complementares: como uma espécie de combate contra os impactos globais que minam o território; e tentando pensar num outro global composto por uma adição de multiplicidade de pequenos locais resistentes, quase tentando reinventar o global através de múltiplos inputs no sistema” (Fragoso, 2004:13).

Pactuamos com a ideia de que, independentemente dos significados e contornos que pode assumir a definição de território nos dias de hoje, é ao nível local que acontecem e se transformam os problemas dos indivíduos, e onde simultaneamente podem surgir as forças e estratégias conducentes a uma reacção das populações envolvidas. (Fragoso, 2004).

Para melhor se compreender a relevância conquistada pelas lógicas territoriais é fulcral referenciar também as transformações da própria acção pública nos últimos anos, bem como a evolução do papel do Estado no que concerne às questões sociais. Desta forma, no próximo ponto iremos elucidar acerca de algumas das principais questões relacionadas com a territorialização das políticas sociais, onde se inclui a habitação.

1.2 O debate sobre a territorialização das políticas públicas

Os instrumentos utilizados pelo Estado com o objectivo de proporcionar um “padrão mínimo de bem-estar” são exactamente as políticas sociais. Estas podem incluir acções tanto de prevenção como de resolução dos problemas sociais em variadas áreas, que já se

encontram devidamente diagnosticadas. O facto de existir uma concentração de pobreza nos grandes bairros das periferias das cidades, e mesmo a escassez de recursos, fez com que as políticas se orientassem cada vez mais para zonas concretas em que os profissionais desenvolvem a sua acção para um maior número de pessoas com um custo mais reduzido. Desta forma, a intervenção pública actualmente não é apenas pautada por uma selectividade social, mas também por uma selectividade geográfica. (Hespanha, Grilo, Rodrigues & Sousa, 2007).

Em Portugal, de acordo com os mesmos autores, não podemos afirmar que existam direitos ou mínimos sociais, no que concerne a variados domínios, tais como a habitação, o emprego, ou transportes, isto apenas a título de exemplo. É também importante sublinhar como se caracteriza, segundo a perspectiva que temos vindo a acompanhar, o sector da assistência social:

“As políticas sociais que se orientam especificamente para a população mais pobre são levadas a cabo pelo sector da assistência social (ou da acção social, de acordo com a designação da nossa legislação⁴³) que se caracteriza pelo carácter eventual das ajudas, pelo facto de estas não configurarem direitos por parte dos assistidos e pela reduzida proporção que ela representa no conjunto da despesa social pública.” (Hespanha et. al., 2007: 85-86).

Pode-se afirmar que, à medida que os sistemas de bem-estar vão entrando em crise, são traçadas novas estratégias de reacção à mesma, pelo que se torna uma tarefa difícil caracterizar um “corpo identitário” das políticas sociais. Por este motivo, Fernanda Rodrigues (2008) ensaiou a identificação de alguns dos eixos comuns que caracterizam o que designa por “novas políticas sociais novas”⁴⁴, todos eles envoltos em “belas” e “senãos”. Destacamos alguns destes eixos: em primeiro lugar a equidade, isto é, de entre todos os destinatários escolhem-se os que não podem dispensar os apoios (cidadãos/as, problemas, instituições ou territórios). A grande questão que aqui se coloca é a definição de uma linha de suficiência, ou seja: determinar como se priorizam aqueles que de facto necessitam dos apoios. Outra das características das “novas” políticas sociais é a sua territorialização, o que significa, de acordo com a mesma autora (Ibidem: 91), que “(...) as políticas (a sua concepção, as orientações de implementação e a sua avaliação e monitorização, quando existe) mudaram de lugar, tendo ficado tensionadas entre “novos” locais: do subnacional ao supranacional.”

⁴³ Refira-se que a expressão ‘acção social’ é a nomenclatura que substitui a designação de assistência social, encontrando-se plasmada na Lei da Segurança Social de 1984 (Lei nº 28/84, de 14 de Abril).

⁴⁴ Esta designação resulta de um dilema: as políticas sociais afirmam-se novas, mas depois conseguirão ser realmente novas nos seus resultados finais? (Rodrigues, 2008).

O modelo social europeu constitui-se como um dos exemplos relativamente à origem das influências das questões sociais. Ora uma das solicitações da União Europeia é exactamente a proximidade, que se rodeia de princípios como a subsidiariedade e a participação, e em que as questões são formuladas tendo em conta as diversas realidades por actores de proximidade. No entanto, tem-se vindo a verificar que as diferenças institucionais e relacionais de país para país revelam funcionamentos distintos, que fazem com que alguns autores considerem tratar-se de uma “eurocompatibilidade de fachada”. (Francisco: 2007).

Diz-nos Le Galés (1998, citado por Francisco, 2007) que “no jogo das recomposições entre Estado, mercado e sociedade civil, que se traduz, nomeadamente, na indefinição das fronteiras, a extensão da lógica do mercado, incluindo na esfera pública, conduz a uma procura de organização política e social noutros planos que não o nacional, nomeadamente em certos territórios.”

Para Hespanha (et al., 2007), existem algumas vantagens que podem ser aproveitadas pelas políticas sociais, tendo em consideração estas tendências de organização em torno dos territórios, ou de descentralização: as necessidades e oportunidades podem ser melhor avaliadas e conduzirem a adaptações nas próprias políticas; podem maximizar-se sinergias, através da gestão das políticas nacionais, regionais e locais que estão afectas a determinado território; os objectivos da política podem ser apoiados pelos diversos agentes locais, empresas ou grupos que se desenvolvam no seio das comunidades.

Não obstante, uma outra questão se levanta, se pensarmos nas tendências de análise dos problemas cada vez mais focados no “espaço local” e portanto numa lógica de proximidade da população. Assim, e atentos às reflexões de Fernanda Rodrigues (2008:91), poderá existir o reverso da medalha ao reflectirmos na focalização das políticas sociais nos micro territórios: esta proximidade pode também constituir-se como uma forma (mesmo que subtil) de controle social, que desencadeia a necessidade de nos questionarmos acerca da forma “como se conjugam os verbos participar e reconhecer (designadamente as diferenças) a nível local”.

Com efeito, alguns problemas podem ser enunciados no que concerne a uma intervenção descentralizada (Hespanha et al., 2007:97), nomeadamente quanto a:

- a) Eficácia: a intervenção local não resolve problemas estruturais como por exemplo o desemprego, e tem de ser acompanhada por outras medidas de carácter nacional;
- b) Equidade: a protecção social pode ser distribuída de forma desigual pelos diferentes territórios;

- c) Accountability: traduz-se numa “maior dificuldade em controlar a aplicação de recursos públicos;
- d) Localismo: pode existir um desfasamento na execução das medidas das políticas, mais concretamente quanto ao que foi concretizado a nível local e o que são os objectivos nacionais;
- e) Efeito de proximidade/familiaridade: as necessidades diagnosticadas nem sempre correspondem à realidade, devido à falta de distanciamento daquilo que é familiar;
- f) Escala: algumas funções devem ser analisadas a uma escala regional e não local, como por exemplo a projecção de determinado equipamento colectivo.

Mesmo com todos os problemas inerentes e que acima elencámos, não deixa de ser uma realidade que a opção pelo “local” constitui-se como um princípio da acção pública, e “(...)os poderes locais como veículos da reintegração do particular no geral, ou do indivíduo no colectivo(...)”, com o objectivo de legitimar os poderes e modernizar a acção pública. (Francisco, 2007:175).

Na sua filosofia, a proximidade das políticas sociais consideradas a um nível local deveriam desencadear uma maior transparência e responsabilidade aos decisores políticos, e consequentemente uma pronta reacção aos problemas da população, uma “democracia mais participada” e uma maior abertura à sociedade civil. Como surgiu esta abertura? E como se transformou o papel do Estado neste processo?

Sónia Fleury (2004) considera que o final dos anos oitenta marcou a introdução de uma nova questão e de novos modos de intervenção social. Este facto terá resultado em sequência do declínio da concepção de solidariedade, da integração das forças sociais e da própria definição do papel do Estado. Desta forma, a intervenção social focaliza-se cada vez mais nos indivíduos que se encontram excluídos do sistema socioeconómico, muito em parte devido às relações de trabalho progressivamente mais precárias. É com base nesta contextualização que Fleury (Ibidem:1-2) afirma:

“As políticas actuais de inserção buscam reafirmar a natureza contratual do elo social em novas bases, com a revalorização do local e do comunitário e a transformação do Estado em um animador e mobilizador de recursos societários. Reduzido a mantenedor da estabilidade de uma ordem económica que produz a fragmentação e a exclusão social, o Estado busca actuar de maneira compensatória e focalizada, atendendo aos grupos mais vulneráveis e/ou potencialmente ameaçadores da ordem social, por meio da convocatória da solidariedade lançada aos diferentes sectores inseridos na ordem económica.”

Para esta autora, as políticas de activação revelam os seus limites, uma vez que persiste uma incapacidade em modificar as condições estruturais da produção da exclusão. Fleury refere-se mesmo a uma dupla institucionalidade: por um lado verifica-se a regulação dos direitos e deveres dos cidadãos que se encontram incluídos na esfera pública, por outro

são geridas as “normas de exclusão”. Este cenário “...impede a constituição das dimensões nacional, republicana e democrática, retirando legitimidade do poder e restringindo a esfera pública” (Ibidem, 2002)⁴⁵.

Ainda acompanhando o pensamento desta autora, pode-se afirmar que é a partir da territorialidade que as políticas de activação actuam, procurando a inclusão dos conjuntos populacionais reunidos nesse território. É nesta perspectiva que a dimensão espacial é relacionada com a exclusão social. Na Quinta da Fonte, pode verificar-se que esta ideia de facto se materializa, pois ali também o poder público actua em busca da inclusão através da territorialidade. Atentos à observação de que foi alvo o território em questão, constatou-se a existência de medidas ou projectos exclusivamente dirigidas à população da Quinta da Fonte, não obstante serem abertas ao exterior. Deste modo, encontramos-nos perante formas de actuação ainda fortemente impulsionadas pela intervenção pública (a câmara municipal, a escola, a junta de freguesia, etc.), mas que no momento já conseguiram gerar uma dinamização da sociedade civil, que se organizou através de grupos ou associações de jovens, e mesmo através da recente criação da Associação de Moradores Unidos da Apelação (AMUA). Inúmeras iniciativas, essencialmente de carácter religioso e cultural, que pretendem estimular as relações de proximidade e o sentimento de pertença, têm vindo a acontecer de forma regular na Quinta da Fonte desde os conflitos mediatizados de 2008, quase todas elas dinamizadas ou apoiadas pelo poder público⁴⁶.

É de facto nos bairros sociais que se centra a acção das medidas das políticas sociais, podendo esta realidade ser alvo de uma análise de dupla perspectiva: por um lado esta intervenção focalizada por parte do Estado pode ser uma forma de mais facilmente se tornar visível o investimento na área social e de exercer um controle sobre os grupos vulneráveis; por outro pode constituir-se como um recurso gerador de potencialidades, se desencadear dinâmicas e relações locais que reforcem a autonomia dos indivíduos.

E com o surgimento de grupos cada vez mais heterogéneos de população que necessita da intervenção de políticas públicas (como por exemplo as de habitação), de que forma deverá ser planeada a intervenção no futuro? Este planeamento não vai por certo dispensar a ponderação sobre uma reflexão de Dirce Koga (2003:243), em que a autora afirma que “ O risco de estigmatização dos territórios excluídos é maior quanto maior for o direccionamento de políticas pré-formuladas”.

⁴⁵ Fleury, Sónia (2002). “Legitimidade Política, Estado e Cultura”, IDH/PNUD, Bolívia (citado por Fleury, 2004).

⁴⁶ Pese embora, no âmbito da presente investigação, tenhamos optado por não nos debruçar nas questões que suscitam todos os actores sociais de um território para além dos sujeitos, tecemos algumas considerações sobre este aspecto no capítulo IV.

Analisadas algumas virtudes e desvantagens da territorialização e focalização das políticas públicas nos micro territórios, assumindo por isso uma estratégia local, interessamos também explorar os contornos que assume a relação entre esses territórios e os sujeitos que neles e com eles actuam. O próximo ponto desenvolve algumas reflexões sobre esta questão.

1.3 Uma proposta de análise: a relação entre sujeitos e território

Uma das interpretações actuais do conceito de território é-nos apresentada por Koga (2003:33), que o coloca “(...) como o chão concreto das políticas, a raiz dos números e a realidade da vida colectiva”. A autora considera igualmente que o território é o palco para o exercício da cidadania, onde se processam as diversas relações sociais, relações de vizinhança e também de poder. É da mesma forma no território que se revelam as desigualdades sociais e que se manifestam as diferenças das condições de vida dos cidadãos. Reflectindo sobre esta definição, com a qual compactuamos, pode-se observar desde já a importância que assumem os sujeitos quando se analisa a realidade através de uma perspectiva territorial.

De acordo com Milton Santos (citado por Koga, 2003:35), o território não constitui um conceito, pois só pode ser considerado como tal a partir do momento em que é pensado no contexto do seu uso e considerando os indivíduos que nele se movimentam. Isto significa que só é possível construir uma noção de território se consideradas as relações existentes entre o mesmo e as pessoas que nele vivem. Este é um dos motivos pelos quais nos interessou abordar nas entrevistas aos sujeitos acção a forma como se apropriaram do bairro e como nele estabeleceram e estabelecem as suas relações, sejam elas familiares ou de vizinhança.

Para aprofundar esta relação entre território e sujeitos, importa compreender os conceitos de “espaço de vida” e “espaço vivido”, desenvolvidos por Guy Di Méo (1996) na área da geografia social. Segundo este autor, o primeiro diz respeito às práticas quotidianas e às rotinas dos indivíduos em determinado local. Este conceito de “espaço de vida” engloba também outros locais onde as pessoas desenrolam a sua vida, mesmo que de uma forma mais esporádica, como por exemplo o local de trabalho, locais de lazer ou de férias. No que concerne ao “espaço vivido” é aquele que não tem limites, do domínio do imaginário e que é reconstruído mentalmente. É também abordado como “espaço global” que implica três dimensões: o conjunto dos espaços de vida em que o indivíduo se movimenta, as relações

sociais que são desenvolvidas e os valores psicológicos que se projectam e que se absorvem.

Na perspectiva de Koga (2003), o território assume diferentes “interfaces” que demonstram a sua complexidade, e que devem ser representados nas políticas públicas, uma vez que permitem uma visão global da questão social. A “dimensão territorial” pode então introduzir renovação para a concepção de políticas sociais, na medida em que não se restringe às necessidades dos indivíduos, focando-se nas relações que os sujeitos estabelecem com o seu quotidiano. É importante os indivíduos serem assumidos como sujeitos e não apenas como necessitados, sendo que uma abordagem através da análise do território vai permitir o desvendar “das manifestações de sofrimentos, desejos, expectativas, etc.” (Koga 2003:39) e a descoberta da dimensão subjectiva da realidade.

Outro factor relacionado com território, que é fundamental ser mencionado, é o de protecção social. Para Castel (citado por Koga, 2003:56), a inscrição dos indivíduos em determinado território identifica-os e garante a sua sobrevivência e protecção e inclui-os em “redes de relações primárias”. Este autor considera que a “desaffiliation” (quando são quebrados os vínculos sociais que conferem protecção e identidade aos indivíduos) é uma ruptura com essas mesmas “redes de relações primárias”.

Acontece que existe uma conexão entre comunidade e protecção, em que a dimensão territorial circunscreve ou delimita o espaço ao qual pertencem os indivíduos, verificando-se que os que são considerados “estrangeiros”, ou que estão de passagem, não usufruem da já referida protecção social (isto na sociedade francesa). Sublinha-se que esta realidade foi analisada por Castel (citado por Koga, 1993:56), que também é de opinião que esta “...forte tendência...de “contrato social” baseado na comunidade se fará sentir em outros períodos da história socioassistencial do Ocidente...atingindo até as tendências políticas contemporâneas”.

Como teremos oportunidade de referir mais à frente, na generalidade, a imagem que é construída relativamente aos “quartiers sensibles” é efectuada pela referência a episódios de violência ou criminalidade, e todas as pessoas que aí vivem ficam incluídas neste ‘pacote’ de representações. Por este motivo concordamos com Dirce Koga (2003:191), quando a mesma refere que:

“A homogeneização desses territórios impede que se descubram valores, símbolos, mecanismos que regem o quotidiano das pessoas que ali vivem e, surpreendentemente, sobrevivem, constroem, desconstroem, reconstroem. A trama do quotidiano desses moradores abre um novo olhar que permite ir além do que o senso comum tem insistido em mostrar”.

Defendemos um olhar sobre o território focalizado nas condições de vida das pessoas e nas distintas “dinâmicas relacionais” que nele se jogam, tendo sempre em atenção “(...)as diversas redes informais e formais que interagem no espaço de vida que constitui o território (Queirós, 2005). Considera-se porém que são ainda necessários alguns esforços com o objectivo de identificar e capitalizar as redes informais existentes, que podem inclusivamente ser mais imaginativas e mais céleres na resolução de determinada problemática exactamente por não apresentarem fluxos complexos. Esta questão faz-nos lembrar uma das conversas exploratórias que solicitámos no início da abordagem empírica a um dos representantes da AMUA. Relatou-nos o nosso interlocutor que tem vindo a verificar-se na Quinta da Fonte a existência de pequenos ciclos de opinião, que variam de acordo com os interesses dos envolvidos e que acabam por funcionar como momentos de exercício de cidadania. A própria AMUA, antes de se formalizar, surgiu através de conversas de rua ou tertúlias em casa de alguns dos seus actuais dinamizadores. Hoje, esta associação encontra-se legalizada, com estatutos próprios, que acabou por ser impulsionada como resposta ou reacção a um momento de crise: os conflitos mediatizados de Julho de 2008.

Este é um dos exemplos das potencialidades que os sujeitos podem trazer aos territórios e que na nossa opinião deveriam ser descobertos de uma forma sistematizada, para que se constituam também (para além dos riscos e necessidades) como infraestrutura do planeamento das políticas sociais.

E como é que as potencialidades individuais podem emergir em micro territórios que já se encontram estigmatizados pelas suas vulnerabilidades?

Maria João Freitas adiantou algumas reflexões sobre este assunto (EE:viii-ix):

(...) o que é que são problemas e o que é que são estratégias positivas, potencialidades ao nível individual, e o que é que disto se traduz e consegue ganhar outra expressão ao nível colectivo. Porque podemos ter, e temo-lo muitas vezes... Num bairro com 100 famílias, por exemplo, normalmente temos, 10% ou 20% de famílias muito problemáticas, daquelas que nem provavelmente uma intervenção de trinta anos vai resolver o problema. Agora, essas 20 ou 30 famílias são suficientes para inviabilizar a vida dos outros, para criar uma imagem ultra-negativa...São situações muito do foro individual, porque cada família...pode existir um indivíduo que é toxicodependente, com a mãe que é alcoólica, e que depois está no desemprego, e que tem uma série de filhos....portanto é o acúmulo dessas situações que faz de cada história destas uma história individual e familiar de muito impacto. Mas essas histórias, sendo poucas e sendo de raiz individual, ganham uma dimensão colectiva. Ganham uma dimensão colectiva porque põem os outros todos a dizer que não os querem, que não gostam. Põem todos os outros a desculpar-se de qualquer tipo de intervenção. Porque é assim: o problema é aquele, portanto não é o meu problema, e, enquanto aquele problema não sair daqui eu não vou poder... Ao atribuírem a culpa dos males da sua vida àqueles, também não vão fazer alguma coisa por eles próprios (...) Às vezes aqui os serviços públicos intervêm erradamente, isto é, tentam propor acções colectivas para aqueles que se calhar uma acção ou um acompanhamento mais individual era melhor, e

para estes que precisavam de chamar essa energia, de capitalizar para começar a inverter, e para começar a ter uma maior força para fora, para alimentar as próprias estratégias individuais de mobilidade, normalmente as respostas que existem para estes é individualizá-las.(...)

Desta forma, pode compreender-se que a acção de todos os indivíduos que vivem em determinado micro território contribui para a sua construção colectiva e que a intervenção pública deverá estar mais atenta aos instrumentos que são utilizados, quer nas abordagens individuais, quer colectivas. Importa no entanto reter uma ideia que consideramos fundamental: os instrumentos utilizados deverão permitir uma capitalização das potencialidades, que geralmente se diluem nas vulnerabilidades, por forma a que possam também influenciar o colectivo e não sejam utilizadas pelos que as produzem apenas nos seus outros “espaços de vida”, como escape a um território ‘contaminado’ de situações de pobreza e exclusão social.

Na nossa opinião, as políticas públicas poderão ser planeadas tendo como objectivo efeitos de prevenção e não apenas para sanar os escândalos sociais anunciados pelas estatísticas em determinado momento, como a pobreza, o desemprego ou as fragilidades do acesso a uma habitação condigna, só a título de exemplo. Para que isto aconteça é fundamental a organização e o poder das comunidades, nos dias de hoje tão fragilizados.

Com o objectivo de demonstrar que as problemáticas geralmente associadas aos bairros sociais ultrapassam a exclusão que resulta da pobreza, aprofunda-se no próximo ponto a dialógica dos conceitos de inclusão/exclusão, concretizando mais a fundo a sua dimensão territorial.

2. Territórios de inclusão ou de exclusão?

(...)o subúrbio corresponde normalmente a uma representação social estigmatizada. O subúrbio é o lugar da exclusão, da marginalidade e da segregação social, da anomia, da ausência de uma noção de pertença a um lugar, do déficite de cidadania, etc.” (Álvaro Domingues, 1994/95:7)

Tal como todas as políticas sociais, as que se centram especificamente nas questões de habitação têm também como objectivo central a inclusão social, pelo que se constitui fundamental abordar algumas das dimensões relacionadas com a dialógica dos conceitos de inclusão/exclusão e em seguida compreender que contornos assumem na sua dimensão territorial.

2.1 A relação dialógica dos conceitos de inclusão e exclusão social

A exclusão e a inclusão social são fenómenos multidimensionais e qualquer tentativa de os abordar terá que ser objectiva e enquadrada de forma clara.

Por todo o mundo, tendo em conta os milhões de pessoas que estão submetidas à exclusão social, aumentam as análises e os estudos realizados sobre esta temática, embora seja reconhecido que se trata de um conceito difícil de analisar. Esta dificuldade, segundo Estivill (2003), prende-se com diversas questões: a exclusão social aproxima-se do conceito de pobreza?; quais são as suas principais manifestações?; que rumo deve tomar a luta contra a sua erradicação?; que estratégias devem ser adoptadas para abordá-la?

A origem do conceito de exclusão social remonta a 1974, com a publicação da obra de René Lenoir “Les exclus”. As referências e o debate público referentes à exclusão social são por isso muito recentes, surgindo nos finais da década de 80 no âmbito do II Programa de Luta Contra a Pobreza, uma vez que até então a comunidade científica se debruçava mais na noção de pobreza, sendo as políticas sociais direccionadas para as fragilidades e vulnerabilidades resultantes do mercado de trabalho. (Rodrigues & Figueira, 2003). É quando se incorporam novos referenciais teóricos, tais como o dos direitos fundamentais, que se conceptualiza a expressão exclusão social. De acordo com alguns autores, esta denominação surge devido ao facto de em alguns países não se reconhecer a existência de pobres e também devido à convicção quase cega de que a sociedade capitalista iria conduzir a uma melhoria das condições de vida, reduzindo-se desta forma a pobreza.

Deixa-se então de utilizar a distinção simples entre pobres e não pobres, para se assumirem novas configurações que incluem a emergência dos “novos pobres”, como é o caso dos trabalhadores das zonas urbanas, que ao não conseguirem manter o emprego nem encontrar outro por falta de qualificação profissional, acabam por enfrentar sozinhos os seus problemas, percorrendo muitas das vezes trilhos de auto-destruição. (Ibidem, 2003).

É pertinente, no entanto, clarificar que o conceito de exclusão social não pode ser única e exclusivamente associado a uma mera falta de dinheiro, é mais do que isso, podendo por exemplo ser também encarado como uma “perda de autonomia do indivíduo ou dos grupos, induzindo-lhes a incapacidade de prover às suas necessidades normais, à segregação social e à necessidade de cuidados apropriados(…)” (Clavel, 1998, 2004:32).

Na década de 90 é fundamental o reconhecimento de que os direitos sociais, como os civis, os políticos e os sociais, são indivisíveis, começando a não se dissociar exclusão social e a noção de cidadania.

Para compreender as questões relacionadas com a exclusão social é também essencial compreender as diferentes abordagens conceptuais que as envolvem, pelo que podemos encontrar na Europa duas correntes dominantes: a inglesa e a francesa. A primeira centra as questões de pobreza e exclusão social nos aspectos distributivos e a segunda nos aspectos relacionais (Rodrigues & Figueira, 2003). Desta forma, "(...) enquanto os ingleses colocam a tónica na cidadania social (universalidade de acesso a bens e serviços) para a saída da exclusão social, os franceses encaram a inclusão social através da implementação de processos de socialização e integração social que promovam a recriação de sociabilidades" (Rodrigues & Figueira, 2003:39).

Tal como Aldaíza Sposati (1996) refere no estudo O Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo, olhar para estas questões só tem sentido se as mesmas alimentarem uma vontade inerente de transformação, através da percepção das condições de vida da população. Desta forma ambicionamos que a nossa investigação se aproxime de uma leitura da exclusão social sempre próxima do quotidiano do lugar onde se movimentam os indivíduos, em que os próprios são dotados de competências para transformar.

Deste modo, Stoer, Magalhães e Rodrigues, (2004) propõem-nos cinco "lugares" para uma análise do impacto da exclusão/inclusão social: o corpo, o trabalho, a cidadania, a identidade e o território.

No âmbito desta dissertação interessa-nos enveredar de forma mais aprofundada pelo "lugar do território", ainda em consonância com os mesmos autores, encarado como uma construção social, com o objectivo de ser compreendida a forma como o mesmo se relaciona com a comunidade, com o tempo e o espaço e ainda como a mudança de um território para outro poderá promover a auto-exclusão.

A questão da exclusão social no seu domínio territorial, de acordo com Bruto da Costa (1998:16), é o reconhecimento de que a mesma "(...) diz respeito não apenas às pessoas e famílias, mas a todo um território".

Nesta perspectiva, pode dar-se o exemplo de um bairro cujo território se encontra excluído da cidade. "Por analogia, este critério de exclusão pode aplicar-se a nível mundial, em que países inteiros podem ver-se excluídos das condições de vida e de progresso existente no resto do mundo" (Bruto da Costa, 1998:16).

Concorda-se de igual forma com Koga (2003), no que diz respeito ao reconhecimento da importância do estudo do território, no sentido de alimentar as políticas sociais, uma vez que não descure a importância dos aspectos culturais, dos sujeitos e das suas condições de vida, o que permite uma visão aproximada dos processos de exclusão social, e facilita formas de os combater mais eficazmente.

Gramsci (referenciado por Fleury, 2004;4) rejeita a cultura como um saber enciclopédico, identificando-a antes à noção de 'civilitá', isto é, "...como conjunto de modos de vida, de comportamentos e valores ideológicos originários da organização do trabalho e das relações de produção e do papel adaptativo-educativo do Estado na busca da adequação entre o aparelho produtivo e a moralidade das massas populares."

É também nosso entendimento e seguindo aqui a linha de pensamento de Bruto da Costa (2007, 1998), que pode existir exclusão independentemente da pobreza, pois para além de uma marginalização do mercado de trabalho a exclusão pode manifestar-se ao nível familiar, afectivo ou de amizade.

A complexidade inerente ao termo justifica que o mesmo autor nos transmita a ideia de "exclusões sociais", no plural, podendo nesta perspectiva falar-se em diferentes tipos de exclusão, tais como a de tipo económico, de tipo social, de tipo cultural, de origem patológica e por comportamentos auto-destrutivos.

De acordo com Bruto da Costa (1998), a exclusão de tipo económico é a que está relacionada com a pobreza e logo com a privação de recursos. A de tipo social encontra-se no domínio dos laços sociais, sendo que a sua privação pode redundar em isolamento. Já a exclusão do tipo cultural pode originar as minorias étnico-culturais e os fenómenos de racismo ou xenofobia, para exemplificar. Quanto à exclusão de origem patológica, prende-se essencialmente com factores psicológicos ou mentais, que podem originar rupturas familiares e eventuais casos de sem-abrigo, a título de exemplo. Por fim, a exclusão por comportamentos auto-destrutivos aparece associada a problemáticas como a toxicod dependência, o alcoolismo ou a prostituição, entre outros. Os cinco tipos de exclusão social enunciados podem eventualmente sobrepor-se, de acordo com a perspectiva do autor.

De acordo com Koga (2003), os conceitos de inclusão e exclusão social não podem ser dissociados, uma vez que só através da referência da inclusão social se pode entender a própria exclusão social. Para esta autora,

"O fenómeno da exclusão social parece gerar o máximo da enfermidade humana. O desemprego, a ausência de direitos mínimos de sobrevivência, segurança, protecção social, a discriminação pela cor, pelo sexo, pela condição física/psicológica, partidária. Enfim, o grau de fragilidade a que a situação de exclusão social expõe o sujeito é tão grande que fere sua própria condição humana, sua condição de ser no mundo" (Koga, 2003:73).

Aldaíza Sposati (1996) é igualmente convicta que o entendimento da exclusão social está inerente ao entendimento da inclusão social, pois o objectivo não é apenas capacitar as pessoas para sobreviver e oferecer compensações, mas acima de tudo promover "reparações". "O conhecimento da correlação entre incluídos e excluídos

possibilita uma nova visão do território urbano e propicia as bases para a formulação de propostas de alteração da situação (...)” (Ibidem:12).

Sublinhamos que nos posicionamos ao lado das tendências que defendem que para enunciarmos a exclusão social teremos de enunciar igualmente a inclusão social, pois “a exclusão[...] é permanentemente comparada com um cenário de algo que está incluído” (Popkewitz e Lindblad, 2000, citados por Stoer, Magalhães e Rodrigues, 2004:27).

Da mesma opinião é detentor Bruto da Costa (2008:64), que afirma que a noção de exclusão “(...) implica a existência de um referencial de que se é ou está incluído. Esta ideia pode ser inspiradora da seguinte questão: “excluído de quê?”. Para o mesmo autor a resposta a esta interrogação terá de englobar as diferentes esferas sociais a que os indivíduos pertencem. E refere como exemplos a família, a comunidade local e a sociedade em geral.

Muitas outras considerações sobre a exclusão social ou sobre o ‘continuum’ exclusão/inclusão se poderiam aqui tecer, interessando-nos no entanto reter que nos dias de hoje se constituiu simultaneamente como uma ‘nova questão social’ e como uma questão teórica central, que produz inclusivamente um certo ‘entusiasmo científico-mediático’ (Soulet, 2000:11). Não obstante, parece-nos que uma positividade decorre deste empenho da comunidade científica: a constatação de que é urgente reflectir e pensar sobre estas problemáticas, para que se possa agir e gerar acção.

No próximo ponto tentaremos produzir alguns contributos para a abordagem sobre este assunto na sua dimensão territorial, tendo em consideração o objecto de estudo.

2.2 Formas de inclusão/exclusão territorial

A acção das políticas sociais de habitação, ao aglomerar as famílias em bairros sociais onde lhes é proporcionada uma renda apoiada, pode gerar trajectórias individuais de vulnerabilidade. Esta é uma das ideias centrais de Walgrave (2000), ao delinear a sua teoria sobre os ciclos de vulnerabilidade social. Muito sucintamente, jovens com pais em situação precária vivem em bairros sociais, num meio que não os estimula e onde os seus pares vivem as mesmas experiências. Estes jovens correm o risco de não serem bem sucedidos na escola, não se qualificam e tornam-se vulneráveis, inclusive perante o mercado de trabalho. Compensam a estigmatização de que são alvo em experiências junto dos seus pares que podem gerar situações de delinquência ‘persistente’. Mesmo incluídos no mercado de trabalho, as remunerações são baixas, têm pouco prestígio e, ao tornarem-se eles próprios pais, podem os filhos recomeçar a mesma trajectória. Na nossa opinião, um dos principais objectivos da acção social é exactamente interromper estes ciclos, factor que

ainda não pode ser observado nas trajetórias dos sujeitos ação desta pesquisa, dado que a permanência não Quinta da Fonte não é em nenhum caso superior a 13 anos. Apesar disto observou-se que existe uma tendência para a interrupção dos ciclos de pobreza, possivelmente nos casos dos entrevistados com filhos a estudar no ensino superior (como no caso de Jaime), outros que conseguiram conquistar um lugar estável no mercado de trabalho (como os filhos de Zita e Aida), ou ainda através da preocupação manifestada com o percurso escolar das crianças (Georgette, Casimira, António, Maria ou Virgínia).

A realidade não pode porém ser apenas observada à luz daqueles que se congregam (sem escolher) por ação das políticas sociais de habitação, no que Bauman (2006, 2005) designa por 'guetos forçados'. De facto, nas cidades de hoje podemos assistir a várias formas de isolamento para além da que já falámos, e que levam à constituição de 'guetos voluntários'. Também estas pessoas, que se afastam intencionalmente em busca da segurança que hoje se constitui como um bem precioso, acabam por gerar uma separação entre as pessoas e logo um acentuar de situações de desigualdade.

Segundo Fleury (2004:6), "Esta fragmentação urbana manifesta-se na tendência recente de guetos para ricos, que Borja qualifica como sendo equipamentos 'autistas'(...), facto que desencadeia desigualdades entre os vários grupos e classes no que respeita à disputa dos recursos urbanos.

De facto é nos 'quartiers sensibles' que, de acordo com Castel (2003:53), se concentram "(...) les principaux facteurs d'insécurité: fort taux de chômage, d'emplois précaires et d'activités marginales, habitat dégradé, urbanisme sans ame, promiscuité entre groupes d'origine ethnique différente, présence permanente des jeunes désœuvrés qui paraissent exhiber leur inutilité sociale, visibilité de pratiques délinquantes liées au trafic de drogues et aux recels, fréquence des 'incivilités', des moments de tension et d'agitation et des conflits avec 'les forces de l'ordre', etc".

Diz-nos Clavel (1998) que é no espaço urbano que surgem de uma forma mais visível os sinais de exclusão, apontando-nos duas perspectivas quanto a este facto. Se por um lado a própria configuração do espaço urbano, associada ao alojamento, revela as divisões entre as diferentes camadas sociais, por outro "a sociedade urbana suscita uma actividade de simbolização intensa que induz fenómenos de diferenciações socioculturais a partir de objectos que são sinais disso mesmo, tais como o bairro, o tipo de alojamento, a presença de serviços, as necessidades de consumo, etc." (Ibidem:53).

Consideramos que uma das formas de exclusão a que um território como a Quinta da Fonte pode estar sujeito é o estigma que se incorpora nos indivíduos que lá residem, tal

como pudemos observar em alguns dos depoimentos dos entrevistados no âmbito da presente pesquisa.

Recorremos a Goffman (1963/1988:7) para definir o conceito de estigma. Assim, para este autor estigma é a "...situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena." Mergulhando nas origens deste conceito, Goffman demonstra-nos que os gregos criaram a designação de estigma quando se queriam referir a determinados sinais corporais que evidenciavam algo de extraordinariamente mau sobre o 'status moral' de quem os evidenciava. Estes sinais significavam que a pessoa portadora "...era um escravo, um criminoso ou traidor – uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que devia ser evitada, especialmente em lugares públicos" (Ibidem:11). Nesta abordagem, o estigma é portanto utilizado relativamente a um atributo que não abona o indivíduo ao qual está associado.

Quando, através das entrevistas que aplicámos aos sujeitos acção, intentámos perceber até que ponto o facto de residirem naquele micro território os marcava de alguma forma, os sentimentos foram distintos. Se alguns nos revelaram que o facto de residirem naquele território não tem qualquer influência na sua vida, demonstrando até algum 'orgulho' pelo facto de terem coragem para viver num bairro que por vezes está 'nas bocas do mundo' (por motivos não abonatórios); outros evitam referenciá-lo principalmente em situações relacionadas com a vida profissional.

Não obstante, Goffman considera que determinado indivíduo, embora estigmatizado, uma vez que aos olhos dos outros não cumpre e não vive de acordo com o que dele é esperado, pode encontrar-se protegido pelas suas identidades e sentir-se um ser humano perfeitamente 'normal'. Isto significa que existe uma possibilidade de se 'carregar' um estigma, mas de a vida quotidiana não ser afectada por este facto. Jaime, um dos sujeitos acção da pesquisa, demonstrou-nos que este fenómeno é possível, uma vez que a religião se constitui como a infraestrutura da sua identidade, não permitindo que o estigma resultante do micro território onde reside influencie a sua vida, tal como observaremos mais à frente.

Isto não significa, porém, que autores como Wacquant (2007/2007) não sejam de opinião que uma das lógicas estruturais que alimenta a "nouvelle pauvreté" é exactamente a concentração e estigmatização decorrentes das dinâmicas espaciais. E este autor especifica:

"Durant la période d'expansion industrielle des décennies de l'après-guerre, la pauvreté dans les villes était largement disseminée au travers des quartiers ouvriers et affectait l'éventail complet des salariés sans qualification. Par contraste, la marginalité avancée se distingue par sa tendance à s'agglomérer et à se concentrer autour de «noyaux durs» ou de «quartiers interdits» qui sont clairement identifiées – tant par leurs habitants que par les gents de l'extérieur – comme des purgatoires urbains où sévissent le dénuement,

l'imoralité, l'illegalité et la violence, et où seuls les parias de la société tolèrent de vivre.” (Ibidem:278).

Para o mesmo autor, a estigmatização territorial faz-se acompanhar por uma diminuição do sentimento de identificação, e logo por um enfraquecimento das relações sociais, que acabam por ‘minar’ as solidariedades locais e acabam por reforçar as percepções depreciativas sobre determinado território. Estas percepções negativas não surgem apenas do exterior, mas também entre os indivíduos da comunidade: “Je ne suis pas l'un deux” (Ibidem: 279). Esta ideia foi recorrente no discurso dos sujeitos acção entrevistados que utilizaram com bastante frequência a expressão ‘eles’, para se referirem aos outros moradores do seu ‘espaço de vida’.

De qualquer modo, Wacquant (2005/2007) considera que mesmo que as dinâmicas de concentração dos excluídos nos mesmos “quartiers de perdition urbaine” se venham a revelar um fenómeno cíclico ou transitório, esses mesmos territórios não verão desaparecer o estigma que lhes está associado, e sobreviverão a uma hipotética disseminação das populações mais pobres. E isto porquê? O mesmo autor adianta: porque este tipo de territórios “(...) sont avant tous les créatures dês politiques d'État en matière de logement, d'aménagement urbain et de développement régional. Au bout du compte, leur possible dispersion ou réfection, comme celle de leur emergence et leur consolidation, est une question éminemment politique” (Ibidem:279).

No que concerne ao território alvo da investigação, a Quinta da Fonte, tal como se pode constatar no anexo I, encontra-se geograficamente isolado da restante freguesia da Apelação, podendo este facto ser interpretado como um factor de exclusão. Reflectimos sobre este assunto e questionámo-nos se a população residente, apesar deste isolamento, se encontra ligada ao Mundo e incluída no que designamos de redes sociais globais. Apenas a título ilustrativo, consultámos a Portugal Telecom (PT) com o objectivo de ser apurado o número de utilizadores de redes fixas de telecomunicações⁴⁷: dos 633 agregados familiares arrendatários da Câmara Municipal de Loures, 91 contratualizaram os serviços de telefone e 39 possuem serviço de acesso por satélite. Isto significa que 130 famílias (21% do número total de arrendatários) encontram-se ligados à sociedade global, podendo deduzir-se que será mais elevada a percentagem de utilizadores das redes móveis e outros serviços que comercializam o acesso ao ‘World Wide Web’, dado que a grande maioria das famílias fornece números de telemóvel para constarem dos seus processos sociais.

⁴⁷ Para a obtenção destes dados (disponibilizados em 08/01/2010, pela Direcção de Comunicação e Imagem Corporativa da PT), forneceu-se à PT a toponímia relativa aos lotes de habitação social da Quinta da Fonte.

Não obstante, o que de facto pode constituir-se como preocupação quando se analisam as questões relacionadas com a exclusão territorial é o que Castel (2003) designa de 'déqualification de masse', que gera o que o mesmo autor refere como 'le retour des classes dangereuses'. Estas novas classes perigosas⁴⁸ são as que não estão aptas para integração e são mesmo de acordo com Bauman (2005,2006), consideradas como 'inassimiláveis', já que não é reconhecida qualquer função que possam vir a desempenhar, mesmo depois de reabilitadas. Este facto conduz eventualmente à 'irreversibilidade da exclusão', directamente relacionada com a condição de desempregado e que cada vez mais transforma os indivíduos em 'classes perigosas'. Veremos no Capítulo IV como de facto o trabalho é uma dimensão central e consciente nas trajetórias de vida dos indivíduos entrevistados.

Por tudo o que foi dito, e constatada a relevância dos sujeitos nas dinâmicas territoriais, também outros actores contribuem para a sua construção. Desta forma, no próximo ponto aprofunda-se de que forma os jogos relacionais podem determinar as características de determinado micro território.

3. Territórios relacionais generativos: como 'jogam' os actores?

Em 1972, Manuel Castells explorou a seguinte questão⁴⁹: "Hay producción de lo social por parte de un medio ambiente espacial específico?". Segundo o autor, esta interrogação pode suscitar posicionamentos diferentes. Por um lado, os que defendem que determinado meio espacial explica um ambiente social específico, que tanto pode resultar na formação de comunidades 'tradicionais', como as que se podem encontrar nos antigos núcleos urbanos, ou de modos de vida específicos como os que se verificam nos bairros da periferia. Por outro lado, perspectivas existem que corroboram a ideia que as características sociais ou mesmo a idade podem estabelecer delimitações internas em determinado território, que influenciam a produção de determinado estilo de vida.

Para Castells (Ibidem), esta diferença de perspectivas não se constitui como um problema, pois o que interessa reter é que em ambos os casos existem processos sociais em acção, cujas combinações são generativas de formas de comportamento distintas.

⁴⁸ De acordo com Zigmunt Bauman (2006,2005:18), "As classes perigosas originárias eram formadas por uma população excedentária, temporariamente excluída e ainda por integrar, que se vira despojada de qualquer função útil pelo ritmo do progresso económico e acabara por ficar privada de toda a protecção através do processo que desintegrava aceleradamente todas as anteriores redes e laços sociais."

⁴⁹ Tradução para espanhol (1983) da sua obra "La question urbaine".

Não obstante, durante um longo período de tempo, as questões relacionadas com a habitação focaram-se nas necessidades e motivações do objecto habitacional em si. Na nossa opinião, o PER e a sua implementação na grande maioria dos municípios das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto é um exemplo desta constatação. Senão vejamos: as necessidades habitacionais foram detectadas através de levantamentos que determinaram aqueles que não tinham (na data do recenseamento) acesso a uma habitação condigna e motivaram a construção de empreendimentos para colmatar as necessidades diagnosticadas.

Nos dias de hoje já não são apenas os ‘sem abrigo’ ou aqueles que (ainda) residem em núcleos degradados de barracas, que necessitam de apoio do Estado para acederem a um alojamento, pelo que a tendência será por certo que em territórios onde predomina a habitação social se verifiquem diferenças cada vez mais acentuadas entre o “eu”, o “nós” e os “outros”. Para além do distanciamento ou aproximação entre os actores em determinado ‘espaço vivido’, há que ter também em consideração o distanciamento ou proximidade no que concerne aos actores públicos que identificam determinado território relacional para o desenvolvimento da sua acção. Este distanciamento ou proximidade “podem vir a determinar atitudes e comportamentos igualmente distantes ou próximos dos restantes actores, ou vice-versa, e por isso a própria configuração dos territórios relacionais (Freitas, 2001:437).

A mesma autora defende igualmente que as dimensões espaciais (como por exemplo os modelos de habitar ou a forma como o espaço proporciona afinidades ou afastamentos dos protagonistas) participam activamente nas relações comunicacionais, interferindo inclusivamente nas mesmas. Com efeito, o espaço é portador de uma força que pode induzir micro territórios relacionais “mais ou menos exclusionários, mais ou menos permeáveis à manifestação e produção de autonomias e poderes”. (Ibidem:438).

Para além da dimensão espacial, também a dimensão temporal contribui para o desenvolvimento de estratégias identitárias e comunicacionais nos territórios. O tempo determina o ritmo dos processos relacionais, mas estes não são um mero somatório dos tempos que orientam os vários participantes nas acções. E é exactamente na gestão destas diferenças ou proximidades que se encontra a força interventiva dos territórios relacionais, ou seja, quando se confrontam tempos políticos, técnicos e sociais, com as exigências e ritmos das suas dinâmicas.

Maria João Freitas (2001)⁵⁰ apresenta-nos então um novo olhar sobre as “questões da habitação, do habitat e do habitar”, que se baseia no pressuposto da existência de “um quadro relacional processualmente generativo de exercício e produção de poderes”, contrariando de certa forma algumas das armadilhas de que a modernidade necessitou para a sua afirmação, como leituras que analisam a oposição dos elementos que constituem os processos (indivíduo e sistema, local e global, a título de exemplo).

Identificada a pertinência de uma ruptura na forma como são abordadas as questões relacionadas com a habitação, a autora propõe uma leitura em que se destacam dois eixos transversais e interdependentes:

- a) A dimensão relacional que resulta da produção de autonomias e condução da acção, através da gestão de proximidades entre o igual e/ou o diferente;
- b) A gestão comunicacional que é originada entre iguais e diferentes, conducente à produção de poderes nos territórios relacionais.

Esta proposta de leitura implica assim a convicção que as questões de habitação desenvolvem-se através de processos generativos de relações que por sua vez são dependentes da produção de autonomias e poderes. É importante referir que, neste quadro relacional, por autonomias entende-se a capacidade de gerir as proximidades, através de estratégias (que podem ser individuais ou colectivas, públicas ou privadas) que garantam o desenvolvimento e a sustentabilidade de posicionamentos confortáveis nos jogos identitários.

Por outro lado, os poderes surgem quando nos territórios relacionais é efectivada a produção das autonomias. Esta capacidade de gerar poderes depende em grande parte do tipo e da forma como são agilizados os mecanismos de comunicação no decorrer do ‘jogo’. Giddens (2000, 1979), por exemplo, defende que acção encontra-se vinculada ao poder, sendo este entendido como uma capacidade transformadora.

Concordamos com Daniel Francisco (2007:184), quando afirma que “o território, tornado ‘território projecto’ pela cooperação dos actores que nele decidem fazer algo em cooperação, restabelecerá assim a essência do político: construir algo em comum”.

Desta convicção pode-se depreender a importância da comunicação e da interacção entre os vários actores do campo político, que produz territórios como campos legítimos da acção pública.

Mas num ‘território projecto’, a capacidade de uma acção conjunta manifesta-se através da coesão do seu sistema de actores, da solidificação de formas de concertação e

⁵⁰ *Habitação e Cidadania. No trilho da complexidade de processos relacionais generativos.* Tese de Doutoramento em Sociologia. (Conclusões fundamentadas em sete estudos empíricos).

entendimento, de relações de confiança que não se limitem a interesses partidários, mas que se alicercem fortemente na sociedade civil.

Esta perspectiva remete-nos para a noção de ‘duplo empowerment’ nos processos relacionais de determinado território, avançada por Maria João Freitas (2001): duplo, porque em primeiro lugar pressupõe uma alteração de posicionamentos tanto dos actores individuais como colectivos, reconhecendo a sua participação nos processos. Para além disto, parte-se também do pressuposto que os actores institucionais deverão reformular as suas estratégias de posicionamento, capacitando as suas próprias estruturas orgânicas e organizativas (‘poder-poder’ e ‘poder-fazer’) e as suas práticas (‘saber-fazer’). No âmbito da entrevista exploratória para esta investigação, a mesma autora especificou ainda:

(...) não é uma questão só de empowerment dos outros, é uma questão de empowerment de cada actor na sua especificidade...pode ser um serviço público central, um serviço público local, pode ser uma associação de moradores, pode ser um morador por si, pode ser a associação de pais, pode ser a escola...quer dizer que cada actor tem também que ganhar a autonomia, confiança e esclarecer para si próprio qual é o seu limite de intervenção e aquilo que quer com aquela intervenção e até onde é que está disposto a ir...é naquilo que coloca na mesa, e quando se começa a dizer: “tu trazes o paté, aquele trás os queijos, o pão, ...para não termos uma mesa só com pão...” A partir disso ou dos recursos que estão disponíveis...e depois o que é que está disponível a fazer com a partilha daqueles recursos todos, até onde é que quer ir...E isso às vezes não se consegue à partida...Podemos dizer: “Agora de repente vamos fazer um piquenique”, ou: “agora de repente vamos todos fazer pratinhos individuais para cada um”...e isso joga-se. Isso também é importante para os serviços, e para a população (...) (EE, 2009:xi-xii).

O reconhecimento da necessidade de um ‘duplo empowerment’ torna-se então fundamental, na nossa opinião, para que os jogos relacionais resultem em projectos que aglutinem os interesses dos seus diversos intervenientes, tendo em vista alcançar um propósito comum. É com base nesta ideia que Daniel Francisco (2007) sublinha a noção de “bem comum como construção territorial”⁵¹, que implica o pressuposto que a existência de ‘fóruns deliberativos’ nos territórios poderá fazer emergir a criação de hábitos de trabalho em conjunto entre os vários interventores, que farão fluir acordos de desenvolvimento e em última instância a resolução de problemas específicos de determinado micro território.

Fazer referência ao ‘bem comum’ como construção territorial será reconhecer que mesmo as oposições entre os actores que constroem um território podem resultar numa aprendizagem mútua por meio de interacções, que poderão conduzir a ajustamentos de identidades.

⁵¹ Lascoumes e le Bourhis, 1998, citados por Daniel Francisco, 2007.

Estas dinâmicas colocam um problema, no nosso entender, que se prende com os hábitos de participação cívica e a sua ligação com os contextos urbanos⁵², pois é na cidade que se jogam ‘lutas políticas locais’, considerando-se também que ‘a proximidade espacial constitui um facilitador do contacto entre cidadãos e instituições’ (Silva, Aboim & Saraiva, 2008:247).

Tendo presente esta ideia da importância da proximidade espacial entre cidadãos e instituições, como facilitador do exercício de participação cívica, e reportando-nos à Quinta da Fonte, micro território alvo da investigação, sistematizámos numa grelha, que se pode observar no apêndice XIX, o cruzamento entre algumas das instituições ou serviços a que a população pode aceder, e o tempo estimado para esse mesmo acesso em três cenários distintos: percurso a pé, percurso em transporte público e em transporte particular. Assim, e mesmo considerando que em termos espaciais se trata de um território isolado, foi interessante concluir que os actores reúnem todas as condições para um exercício pleno de cidadania, pelo menos no que concerne à proximidade das instituições que o facilitam. A título de exemplo, têm a hipótese de aceder a pé em tempos que variam entre o 2 e os 10 minutos, ao Centro de Saúde, ao Centro Comunitário, onde se encontram disponíveis vários atendimentos de proximidade (habitação, apoio social, acesso a projectos específicos, AMUA), às escolas ou às mesas de voto. Mesmo às instituições mais distantes, como a Câmara Municipal, a Segurança Social ou o Serviço de Finanças, o tempo de acesso não é superior a 20 minutos, seja utilizando os transportes públicos ou viatura própria. Esta é sem dúvida uma das potencialidades identificadas naquele micro território, podendo apesar de tudo discutir-se a forma como estes recursos são rentabilizados pela própria população para que o exercício da cidadania seja assumido como uma potencialidade.

Também podemos concluir que a Quinta da Fonte, embora apresente um perfil essencialmente residencial, revela a ausência de alguns indicadores urbanísticos não abonatórios que normalmente estão presentes nas periferias: a ausência ou défice de espaço público⁵³ ou a ausência ou insuficiência de serviços ou equipamentos públicos/privados. A existência de um polidesportivo no bairro, que foi recentemente reabilitado e que se encontra a ser gerido por algumas das associações locais, pode ser considerada na nossa opinião, como uma tentativa de prática de governância. Estas

⁵² Veja-se a título de exemplo o estudo “Participação cívica e vida urbana em Portugal” (2008), de Filipe Carreira da Silva, Sofia Aboim e Tiago Saraiva.

⁵³ Como se pode observar no apêndice XXX, no micro território em questão, para além de um amplo parque verde, que inclui um anfiteatro e algum equipamento urbano como por exemplo espaços para jogos sociais., dispõe ainda de um polidesportivo, que foi recentemente reabilitado e que se encontra a ser gerido por algumas das associações locais.

experiências suscitam-nos no entanto uma questão: poder-se-á falar de governância quando os agentes locais responsabilizados por determinado projecto, ou neste caso, pela gestão de um equipamento colectivo, não dispõem depois de autonomia que lhes permita uma intervenção ao nível decisório?

De facto, concordamos que territórios construídos através da acção colectiva, que não dependam da tutela estatal e dinamizados por projectos e parcerias agendados e geridos pelos próprios cidadãos, é ainda uma realidade observada pelo ‘prisma do desejo’ (Francisco, 2007).

Permitimo-nos aqui afirmar a necessidade de transportar a essência da ‘governância urbana’⁵⁴ para o que designamos de ‘governância micro territorial’, ou seja, a convicção de que a construção de um território como actor implica, como já abordámos, a inventariação dos recursos e potencialidades existentes conducentes a uma acção estratégica, que gere de forma consciente as distâncias e proximidades entre os actores.

Mas para que exista de facto uma governância, e para concluir, é importante recordar que a dimensão relacional que Maria João Freitas (2001:443) atribui às questões de habitação aponta para que a sua discussão deixe de se centrar “(...) no que se tem (objectos), ou no que ‘se é (in)capaz de ter’ (recursos individuais e colectivos), para sobretudo se orientar para as capacidades que os próprios sistemas relacionais apresentam ao desenvolvimento das potencialidades que a existência ou posse de objectos ou capitais de uso e a produção de poderes possam comportar.”

Mesmo tendo em consideração os contornos que podem assumir as dinâmicas relacionais em determinado espaço, e que podem fazer a diferença na forma como são abordadas as questões habitacionais, atentos à globalização e à inerente mobilidade dos indivíduos, somos de opinião que todos necessitam de sentir que pertencem a algum lugar, quer para agir, quer para serem reconhecidos (Tizan,1996). Por este motivo, os territórios, para além dos seus limites espaciais, englobam também “une aire émotive” que não pode ser esquecida, porque acima de tudo ‘Homo semper tiro’: o homem é sempre um principiante⁵⁵ e nenhum princípio é igual. Este é sem dúvida um grande desafio para todos os que constroem, jogando, os territórios vividos.

No próximo capítulo abordaremos as especificidades das trajectórias de vida dos ‘principiantes’ que aceitaram colaborar na investigação.

⁵⁴ Carlos Vieira de Faria (2009), no seu estudo “As Cidades na Cidade – Movimentos sociais urbanos em Setúbal 1966/1995”, perspectiva o futuro da cidade como ‘um sujeito de acção estratégica’, ideia que engloba o conceito de ‘governância urbana’.

⁵⁵ Afirmação de Ernest Bloch (1970), citado por Giddens (2000/1979).

CAPÍTULO III – Nove trajectórias de vida: o mesmo “quartier sensible”.

“Eu trouxe... trouxe mantas, trouxe um jogo de talheres, trouxe uns pratos, trouxe lençóis, trouxe toalhas, trouxe copos, ainda trouxe as coisinhas, para iniciar a vida... Passar fome nos primeiros dias não iria” (Vírginia, E1:xxx).

“...porque se a gente vamos só a querer bons...não sei, o mundo não vira...tem que haver bons e maus. Só que pronto, isto volta-se um bocadão...” (Maria, E2:xlii).

“...eu acho que não é o sítio que faz as pessoas, são as pessoas que fazem o sítio...”(Aida, E3:li).

“O meu futuro está presente. Os meus sonhos é que estão longe daqui...” (António, E4:lxiv).

“Uma pessoa não se sente feliz. Uma pessoa sente-se triste porque...não tem nada a ver com isto, uma pessoa está aqui perdida...” (Miguel, E9:cxxxvii).

Virgínia revela-se uma estratega da sua própria vida; Maria e Aida, filósofas do território em que actuam; António não deixa que se apaguem os seus sonhos longínquos e Miguel sente que a felicidade não o acompanha na Quinta da Fonte.

Conhecer a diversidade e as especificidades das trajectórias de vida das pessoas que habitam um micro território comum constitui-se como o intuito primordial do presente capítulo. Esta intenção prende-se com a necessidade de revelar as singularidades dos percursos dos sujeitos acção que participaram na investigação e que em comum têm o facto de residirem na Quinta da Fonte há pelo menos dez anos.

A decisão de enveredarmos por este caminho vai ao encontro de uma reflexão de Martinelli (1999:20), que na nossa opinião reflecte parte da realidade da prática profissional na relação de ajuda às famílias:

“ Nós mesmos, em nossa actividade no Serviço Social, quantas vezes fazemos uma visita familiar de onde voltamos com informações sobre as condições da moradia, sobre quantas pessoas vivem na casa, quanto ganham, mas não temos nenhuma informação sobre o modo de vida das pessoas, não sabemos como vivem a sua vida, quais suas experiências sociais e que significado atribuem a isso.”

Este facto, ainda de acordo com a mesma autora, acaba por gerar falhas no processo de conhecimento e não permite avanços na prática profissional.

De acordo com o que já concluímos anteriormente e na linha de pensamento de Michel Wieworka (citado por Soulet, 1994/2000:11), melhor do que utilizar a palavra exclusão será a interrogação sobre qual é a melhor forma de incluir as pessoas, não

esquecendo de reconhecer a sua capacidade de existir enquanto sujeitos, e portanto enquanto “actores sociais colectivos”.

Tendo presente o modelo de análise que estruturou a investigação, pretendemos neste ponto evidenciar as especificidades das experiências anteriores ao realojamento vividas pelo sujeitos acção, atribuindo relevo aos seus sentimentos, expectativas, desejos, numa perspectiva daquilo “que são” e não daquilo que “não são”. De seguida vamos conhecer o que nos quiseram revelar acerca da sua existência e da sua trajectória de vida.

1. A diversidade de experiências anteriores ao realojamento

1.1 Virgínia, Georgette e Jaime: de África para a Quinta da Fonte

- **Virgínia, estratega da própria vida**

Virgínia nasceu em Angola e viveu a primeira infância numa comuna com os pais e quatro irmãos, numa casa que considera “mais ou menos em relação a muitas que se encontram em aldeias de África”. O pai era operário e a mãe trabalhava na lavoura. Passou grandes temporadas com a avó materna que também vivia numa aldeia. Tem imagens muito conscientes do quotidiano da família, nos seus primeiros anos de vida:

“De vez em quando íamos com a minha mãe...e era distante...ela com bacias que...daquelas comidas que se apanha na lavra...que é batata doce, milho, mandioca. Ela trazia aquilo na cabeça e nós os filhos do lado dela. Voltávamos para casa e ela fazia o comer para nós...era o normal ali. E ajudávamos em casa, tínhamos criação também (...) E...foi assim...e as guerras...as guerras foram aumentando...foram agravando e então...a minha avó teve que sair da aldeia dela, foi para a cidade...” (E1:xxvi).

A intensificação de confrontos em sequência da guerra provocou a separação da família e uma mudança de fundo para Virgínia: a cidade passou a ser o cenário da sua vida. Adapta-se bem às novas circunstâncias, mas revolta-se profundamente quando a avó, sem capacidade financeira para sustentar todos os netos, lhes “arranja umas pessoas” para os criar. O início da sua trajectória com a nova família (detentora de algum poder económico), traz-lhe boas recordações, mas à medida que os empregados que trabalhavam para os padrinhos vão abandonando a casa, Virgínia, solícita, passa a ter a seu cargo a responsabilidade pela execução de uma série de tarefas domésticas pesadas, que lhe retiram energias para os estudos. Apesar de tudo, orgulha-se do facto de nunca ter abandonado a escola, nem mesmo quando vai viver com a irmã para um bairro social, intensificando-se desta forma a sua tendência para a mobilidade territorial. A nova vida em

casa da irmã permite-lhe desenvolver novas relações sociais, e esta fase de liberdade traz consigo a primeira gravidez, aos 19 anos.

Quando engravida, Virgínia já tinha dado início à sua vida activa numa fábrica de tecidos, onde progride profissionalmente, e onde desenvolve desde cedo algumas estratégias de sobrevivência:

“...muitas vezes nós tirávamos lá tecidos, lá na fábrica, para ir vender, para eu poder comprar leite para a minha filha. Porque o ordenado não chegava para aguentar o mês todo...não dava para aguentar um dia todo, quanto mais o mês todo. Pois...não dava. Então tinha que ser memo assim. Havia colegas...aquilo tinha refeitório, tinha padaria, tinha cantina (P). E a gente andava assim naquilo. Entre colegas, um dá uma coisa, outro...Se eu trabalho no sítio onde vendem tecidos, eu dava tecidos ao colega que trabalha na cantina. Assim vice-versa. Trocávamos, trocávamos para ir vender, às vezes...às vezes o que o outro tem já dá para levar para casa para eu comer. E fui vivendo assim a minha vida” (E1:xxix).

Pese embora o trabalho lhe proporcionasse alguma estabilidade, Virgínia manteve-se sempre atenta à conjuntura do seu país e o cenário de guerra e fome desde cedo a instigou a planear uma alternativa de vida para si e para a sua filha, que criou sozinha. O medo e a insegurança gerados por um clima de violência decidiram-na a viajar para Portugal, onde se juntou a uma irmã, que residia num núcleo degradado de barracas, no Prior Velho, concelho de Loures. O alojamento constitui-se como uma prioridade e mantém-se actualizada no que concerne aos movimentos de luta pelo direito a uma habitação condigna⁵⁶.

Encontrar trabalho é a grande preocupação de Virgínia quando chega a Portugal, e depressa inicia a sua actividade como empregada de limpeza, um esforço mal recompensado, que a obrigou a “inventar” para sobreviver:

“Era só para não faltar dinheiro não é? Só para não faltar...porque naquela altura eu ganhava 19 contos. Em 93, 94, por aí. Eu era só para dizer que não tenho dinheiro. E a gente com aquele dinheiro íamos fazendo qualquer coisa. Mais vale ter alguma coisa do que não ter nada. Vamos comprar assim coisinhas mais baratas na loja, não é? Dos talhos, ir buscar um pouco de hortaliça, uma couves...misturar...tentar ir buscar o... (risos) o sustento” (E1:xxx).

Mesmo vivendo com dificuldades, não se submeteu a um casamento sem amor que lhe teria proporcionado alguma estabilidade financeira, e apenas a guerra que assolava o seu país de origem impediu um regresso desejado. Com dignidade, cria os seus três filhos sozinha, aperfeiçoou ao longo do tempo as suas estratégias de sobrevivência, estreitou os

⁵⁶ Marília Andrade (1995) analisa de forma profunda a conjuntura que envolve a emergência de movimentos de moradores nos “bairros de lata”, que se intensificam em Portugal no pós 25 de Abril.

seus laços familiares e lutou pelo seu direito a uma habitação condigna de renda apoiada, que lhe veio a ser atribuída na Quinta da Fonte, onde se encontra há dez anos.

- **Georgette, a “mãe coragem”.**

Actualmente, toda a família de Georgette permanece ainda em Angola, no Lobito, Benguela. Ela foi a única a emigrar para Portugal, depois de uma infância marcada pela morte de três irmãs. Considera que no Lobito tinha uma “boa estadia”, morava numa vivenda e orgulha-se do pai, agricultor, e da mãe, “...aquelas mulheres lutadoras, uma *madaoma...*”.

A curiosidade e a aventura trouxeram-na então para Portugal com a madrinha, aos 11 anos, com o intuito de passar apenas umas férias, tendo acabado por ficar. A morte da madrinha originou a sua emancipação precoce, tendo acabado por estudar apenas dois anos. No seu primeiro trabalho presta cuidados a idosos ao domicílio, e o seu vencimento somente lhe permitiu “comprar” uma barraca em Odivelas.

Nesta fase conhece o pai dos seus dois filhos, relação que não se prolongou no tempo, e que também não lhe proporcionou a hipótese de encontrar uma alternativa habitacional noutra local que não o núcleo de barracas, embora destaque as boas relações de vizinhança que mantinha, apesar das más condições de habitabilidade que lhe dificultavam a vida quotidiana.

Foi assim que foi “sobrevivendo”, até que um episódio acabou por marcar a sua vida:

“Tivemos um incêndio. O incêndio começou na barraca... onde tinha o meu cunhado. O meu cunhado tinha um anexo, então ele tinha lá posto um rapaz nesse dia...era dia 1 de Abril, né? E era fim do mês e ao fim do mês o africano vai fazer as compritas, né? Aí bebe, festeja e então olha, ele dormiu com a vela e de madrugada a gente só acordou com o fumo. É...aquilo foi muito, muito, muito, muito... muito triste (...) e então depois, pronto, ficámos sem nada, nada, nada, nada. Só com a roupa do corpo. O vencimento que nós tínhamos recebido ficou por lá...” (E5:lxviii).

A partir do incêndio, passou a depender das soluções disponibilizadas através dos apoios sociais, e acaba por ficar alojada “provisoriamente” durante três anos num armazém em São João da Talha. E descreve as condições em que viveu durante esse período:

“...as condições eram péssimas, porque aquilo era um armazém. Era um armazém assim dividido por placas. (E viviam lá várias famílias?) Sim, várias famílias. E então as placas é que dividiam. Então nós tínhamos que fazer o quê? Para nós, pronto, tentamos dormir, tínhamos que arranjar, pronto, ou papelão, ou qualquer coisa que nos cobrisse da parte de cima, que era para não entrar tanta claridade para nós podermos dormir, mas ali também, pronto...” (E5:lxviii).

Conta que muitas das pessoas que viviam neste armazém se encontravam desempregadas, mas orgulha-se de ter trabalhado sempre (numa pastelaria, das quatro da manhã às duas da tarde, com descanso apenas às terças-feiras, e mais tarde numa lavandaria, enquanto estava grávida do filho), pois “não podia parar”, apesar de elevada percentagem do vencimento se destinar ao pagamento de uma ama para a filha. Este período de ausências no que concerne ao acompanhamento da família desencadeia em Georgette uma regra que passou a aplicar quando procura um emprego: como é mãe solteira, os horários têm obrigatoriamente que lhe permitir apoiar o crescimento dos filhos.

O realojamento na Quinta da Fonte foi repentino, “uma surpresa”, e é neste bairro que vive há quase doze anos, sempre com os dois filhos.

• **Jaime, caçador de “tranquilidade espiritual”**

Jaime começou por nos contar que nasceu na Ilha de Luanda, no seio de uma família pobre e que a sua infância foi difícil, num cenário de “dominação colonial”. A mãe era doméstica e esporadicamente vendia alguns artigos para ajudar na economia doméstica. O pai era alfaiate de profissão, mas trabalhava numa topografia e o seu ordenado era muito baixo. Viveu com os pais e os irmãos numa casa de ‘luando’, “...uma espécie de bambu...”.

Aos catorze anos frequentava a segunda ou a terceira classe, pois nessa altura o acesso aos estudos era difícil para as famílias mais pobres, com excepção dos que optavam por ingressar num seminário. Relatou-nos o diálogo entre os pais quando decidiam se iria ou não para a escola:

“Porque os pais não tinham confiança, talvez as mães, normalmente são... a mãe é que se chateava às vezes com o pai, e dizia: “Não, não o filho já tem idade de ir à escola, está à espera de quê?”. O pai olhava para mim e dizia: “Ah! Esse filho ainda se calhar não vai ter capacidade de aprender na escola...” e (risos) quando vou para a escola todos os anos transitava de classe, é claro, já com uma idade mais avançada tinha obrigação de transitar sempre” (risos) (E6:xcii).

A casa dos pais situava-se numa zona considerada perigosa em sequência da guerra, e a família muda-se para uma habitação num bairro social, onde o ambiente era muito bom, caracterizado por fortes relações de vizinhança. Foram uma infância e uma adolescência “sem problemas”, repletas de brincadeiras vigiadas pelas “mães da ilha”. Jaime recorda que as pessoas se reuniam essencialmente em família, pois o Estado não permitia a constituição de qualquer tipo de associações, por motivos políticos. Até sair de casa dos pais, aos 20 ou 21 anos, dividia o seu tempo entre a escola e a pesca, momento em que pensou estar chegada a altura de se emancipar. Viaja para Benguela, e logo inicia a sua actividade no mercado de trabalho como ‘apontador’ na companhia eléctrica do Lobito.

Correu sempre atrás das oportunidades que o conduzissem a uma vida melhor, e concorre para professor primário eventual, actividade profissional que desenvolve em Luanda e no Lobito, até decidir emigrar para Portugal em 1985. Só um ano mais tarde é que a família se vem reunir a Jaime, que já tinha casado em Angola:

“(…)o casamento que eu tinha com ela era um casamento tradicional. Casamento tradicional é feito da seguinte maneira: as duas famílias, a parte da mulher e a parte do rapaz encontram-se, conversam, chegam à conclusão e depois eles unanimemente dão a bênção. E dizem: “Bem, vão...e podem viver em paz, mas pensem em casar”. E dá-se os dotes de casamento que se faz lá em África principalmente. Eu sou do regime Maconde, dá o alambamento, lá nós chamamos alambamento...alambamento quer dizer, são os dotes que se pagam pela esposa que nós vamos, tem que...é para procurar reparar, pronto, não é prejuízo nenhum porque aquilo não vai pagar... nunca vai pagar as despesas da mulher até ao seu crescimento, mas pronto, para compensar minimamente e criar também laços de amizade entre as duas famílias. Isso fez-se e pronto” (E6:xciii).

Quando chegou a Portugal, ainda sozinho, Jaime instalou-se primeiro na Portela de Sacavém e depois na Quinta do Carmo, em Loures, em barracas cedidas por conterrâneos seus, cujas condições de habitabilidade foi melhorando com o tempo. Nessa altura, a sua única preocupação era “encontrar quatro paredes e um tecto”. Em Portugal sempre trabalhou como servente da construção civil e aos fins de semana vendia artigos em feiras, actividade que já cessou por não suportar as despesas com as licenças.

O grande objectivo da sua vida enquanto residia na Quinta do Carmo foi a implementação de uma comunidade religiosa a que já pertencia, a Igreja Kimbanguista, em busca da “tranquilidade espiritual”:

“...sem essa igreja eu sentia-me como se estivesse fora de casa, pudesse fazer tudo mas sentia-me sempre fora de casa. Mas desde que desenvolvemos esta igreja, estamos cá, mesmo com as nossas dificuldades já nos sentíamos em casa... porque a primeira coisa que dá força à pessoa é o espírito, porque a pessoa tem já uma mentalidade espiritual. Se falta espiritualidade no país em que se estiver, se não conseguir desenvolver se calhar acaba frustrada, acaba-se frustrado, acaba por regressar. Até eu já tinha já o plano de pensar em regressar, se não conseguisse desenvolver a igreja. Porque eu sentia-me, sentia solidão. Alguma coisa está a faltar mas desde que conseguimos desenvolver a igreja, nos sentimos mais...quer dizer, posso dizer, já é a reanimação espiritual. Pronto, nos sentimos em casa” (E6:xciv).

Jaime tem consciência de que o seu recenseamento num programa de habitação é um direito que lhe assiste, mas nunca fez exigências. O seu espírito empreendedor contrasta com o facto de no seu discurso demonstrar colocar o futuro nas mãos de Deus. Vive há 11 anos na Quinta da Fonte, com a mulher, três filhos e uma sobrinha, todos eles estudantes, dois deles no ensino superior.

Síntese Conclusiva:

Os indivíduos que foram incluídos neste primeiro grupo têm em comum o facto de terem projectado em Portugal o início de uma nova vida, alternativa ao cenário de guerra que se vivia no seu país de origem, Angola. Conviveram por isso desde cedo com sentimentos de medo e de insegurança, característicos das sociedades actuais.

As suas infâncias foram marcadas pela pobreza, tendo em consideração as próprias profissões dos pais, e pela dificuldade em sair deste ciclo, dado que a frequência da escola não se constituía uma prioridade, como se pôde observar com clareza por exemplo na história de Jaime.

É interessante observar que apesar do facto de nos encontrarmos perante situações de vulnerabilidade, recordam períodos felizes das suas infâncias e adolescências, mesmo tendo em consideração que iniciaram cedo uma vida de trabalho.

Outro aspecto que é importante ter em consideração é a instabilidade das relações familiares motivadas pelas dificuldades financeiras dos pais, que desencadearam a necessidade de recomeçar novas relações com outros familiares, como no caso de Georgette, ou mesmo com estranhos, se atentarmos na história de Virgínia.

Note-se que no caso destas duas entrevistadas os filhos constituíram-se como impulsionadores das suas estratégias de vida, e o seu objectivo foi sempre o de nunca faltarem os bens essenciais à sua sobrevivência, recorrendo ao trabalho como prioridade, que complementavam com alguns apoios sociais irregulares. No caso de Jaime, que veio sozinho para Portugal, com o objectivo de encontrar condições que lhe permitisse a vinda da mulher e dos filhos, descobriu no trabalho e na espiritualidade a sua estratégia de sobrevivência.

Todos têm consciência que uma habitação condigna é um direito que lhes assiste e, mesmo tendo em consideração algumas complexidades nos processos de realojamento, a atribuição de uma casa de renda apoiada foi um momento muito desejado, principalmente tendo em consideração as dificuldades inerentes à vida num bairro de barracas, ou mesmo num 'armazém comunitário', como nos relatou Georgette. O realojamento vislumbrava-se portanto como uma positividade na vida destes três entrevistados, mesmo considerando opiniões como a de Virgínia, que já vaticinava que a vida comunitária no bairro iria ser uma "salada russa". Actualmente só Georgette recebe o Rendimento Social de Inserção em virtude de ter tido um acidente de trabalho, mas pretende regressar à vida activa o mais rapidamente possível. Virgínia trabalha no próprio bairro e mantém os seus três filhos a estudar. Jaime encontra-se desempregado, mas faz alguns biscates na construção civil, e

alguns dos seus filhos já estudam no ensino superior, o que demonstra uma tendência para quebrar o ciclo de pobreza.

1.2 Zita e Miguel: casos de um realojamento indesejado

- **Zita, pobre mas com muita “vergonha”**

Sobral da Adiça, em Moura, foi a aldeia Alentejana que viu nascer Zita, há 80 anos. Não se queixa da sua infância antes da morte do pai (que trabalhava na lavoura e era guarda-rios) quando tinha 13 anos, altura em que a sua vida “deu logo uma volta”. A mãe também trabalhava no campo:

“...todos os serviços do campo que havia para fazer: ceifava, apanhava azeitona, mondava, pronto...mas depois içou com quatro filhos, e não havia reforma, não é como agora...quem ficava com os filhos tinha se amanhar com a terra, como a minha mãe, com o auxílio de uma irmã que morava em frente a ela, que tinha mais irmãos, mas foi aquela que a auxiliou...” (E8:cxix).

Orgulha-se da grande casa em que vivia, “nada como o luxo que é agora”, mas muito limpa e asseada como faz questão de afirmar. Em sequência das dificuldades financeiras da família, depressa a mãe a começa a levar consigo para o campo, e não mais deixa de trabalhar. O ordenado das duas constituía o sustento de toda a família (mãe e quatro filhos). Zita relata-nos como era o seu quotidiano, ainda enquanto criança:

“...íamos as duas coitadas (trabalhar), lá vínhamos à noite, a minha mãe ia levantar o dinheiro que ganhávamos, fazia uma massinha com tomate e pimento, e era aquilo que se jantava e o pão...lá comprava uma sardinhita ou um bocadinho de chouriço para assar para o outro dia ao almoço, deixava um poucochito ali para os meus irmãos, e era assim que a gente comia...” (E8:cxix).

Apesar da dureza que caracterizava o seu trabalho, Zita recorda-se que à noite antes de regressar a casa, e já com muita fome, ainda ia para uma costureira aprender a coser, tal como faziam as raparigas solteiras na época, pois as mães “não davam uma filha ao marido sem saber fazer as coisas”.

Relembra com carinho a relação que mantinha com os vizinhos e com as pessoas da terra, “uma irmandade”, apesar de o centro da vida de quase todos ter sido o trabalho. Católica, teve de esperar 4 anos para que um padre a fosse casar à sua terra e o maior desgosto que tem é não ter ficado com nenhuma fotografia que a recorde desse dia.

Quando se casou alugou uma casa, mas por motivos financeiros depressa regressa a casa da mãe, que adapta, para aí passar a viver. Não tardou a engravidar, e com os filhos ainda pequenos a família mudou-se para os arredores de Lisboa (Bairro de São João,

Loures), em busca de melhores condições de vida. Nesta altura, Zita troca o trabalho no campo por uma fábrica.

Viveu neste pequeno bairro clandestino quase 35 anos, de uma forma tranquila e perfeitamente integrada em redes sólidas de vizinhança:

“Convivíamos todas umas com as outras. Olhe, eu depois que me reformei, enquanto não me reformei tinha que deixar a chave na casa de uma vizinha que tinha lá para me abrir a porta, para me contarem a água, para me contarem a luz, era assim. E pronto aquilo era tudo uma convivência. Fazíamos bailes e púnhamos as fitas às raparigas e bailava-se e cantava-se e pulava-se e toda a gente era vizinha e amiga um dos outros...” (E8:cxx).

Os filhos iniciam também a sua vida activa precocemente como operários em fábricas na zona de Sacavém, e quando organizaram as suas vidas acabam por ficar a residir junto dos pais. A casa de um dos filhos ruiu, e através do relato deste episódio, compreende-se que foi uma fase dramática da sua vida.

Mais tarde, e contra a sua vontade, Zita acaba por ser realojada na Quinta da Fonte em sequência de uma situação de emergência (a casa, clandestina, tal como aconteceu com a do filho, não reunia as condições mínimas de segurança). Permanece há 12 anos na mesma casa de habitação social, pois as reformas do casal não permitem encontrar uma alternativa.

• Miguel, fugitivo do próprio bairro

Miguel sempre viveu em Camarate, num bairro clandestino, com os pais e com três irmãos. O pai distribuía vigas de ferro e a mãe trabalhava numa empresa de fabrico de torneiras. Quando tinha 11 anos o pai faleceu, mas não deixou transparecer os seus sentimentos no que respeita a esta fase da sua vida.

Os pais adquiriram o terreno onde acabaram por construir a casa onde viveu sempre até ao realojamento:

“Eram mesmo casas. Só que o problema é que, na altura quando a minha mãe foi, comprou o terreno, comprou o terreno para fazer a casa...Só que entretanto, depois nunca mais venderam a casa, nunca mais venderam o terreno, depois isto andou e passados anos tivemos que sair de lá. Disseram que ia lá passar uma ponte. Até hoje, já estou aqui há 11 anos e ainda não passou lá nada” (E9:cxxxi-cxxxii).

A infância foi passada com tranquilidade, entre a escola (estudou até ao sétimo ano) e o convívio com os amigos do bairro, onde moravam cerca de dez famílias e onde se davam “todos bem”. Recorda com alguma saudade um hábito da vida comunitária na sua infância: as festas de Natal ao ar livre que uniam todos:

“...fazíamos lá uma fogueira, havia lá um sítio em que fazíamos uma fogueira, e pronto, passávamos lá uns bocaditos, passávamos em casa com os familiares e depois pronto, a certas horas, reuníamo-nos lá todos para passar lá o resto da noite” (E9:cxxxii).

Miguel manteve-se desvinculado do processo de realojamento, que foi assumido pela mãe, mas recorda-se que as famílias foram pressionadas para abandonar as casas. Algumas das pessoas recusaram-se e ainda lá permanecem hoje, pois os planos que existiam para aquele local não foram concretizados.

Aceitou com passividade e algum desinteresse o realojamento, altura em que já trabalhava em Camarate como carpinteiro, profissão que mantém até hoje.

Vive na Quinta da Fonte há 11 anos, mas fez sempre questão de afirmar que durante todo este tempo “foge” do bairro e só lá vai para dormir. Sonha em casar, ter filhos e candidatou-se recentemente a um programa habitacional para aquisição de uma casa, que lhe permita sair da Quinta da Fonte “o mais rápido possível”.

Síntese conclusiva:

Tanto Zita como Miguel foram confrontados com um realojamento não desejado: ele porque a casa da mãe (clandestina) teve de ser demolida em virtude da construção de uma estrada que segundo ele não chegou a existir; ela porque a habitação onde residia não se encontrava erigida em terrenos estáveis e corria o risco de ruir.

As vidas de ambos foram caracterizadas por fortes laços de vizinhança, que se atenuaram com o realojamento, pese embora tanto um como outro tenham feito questão de manter essas ligações. No caso de Miguel, o facto de ter rejeitado desde o início o realojamento, fez com que nunca se tenha tentado integrar na comunidade da Quinta da Fonte, referindo que mantém relações cordiais, mas depreendendo-se que os restantes indivíduos nunca deixaram de ser os ‘outros’, e fez sentir o desejo de manter esta distância. Com o realojamento, conservou o seu trabalho como carpinteiro, pelo que a sua mudança para um território como a Quinta da Fonte não o prejudicou a nível profissional.

Já Zita, que como vimos nasceu e cresceu numa zona rural e foi obrigada a trabalhar desde criança, depois de casada sentiu o apelo da cidade, como estratégia de sobrevivência. Mesmo não o tendo referido, esta mudança acompanhou por certo as oportunidades existentes na altura no mercado de trabalho, e proporcionou uma fuga à dureza das tarefas do campo que não eram bem remuneradas. Com efeito, é reconhecido que nas décadas de 70 e 80 verificou-se um grande afluxo de população para as grandes áreas metropolitanas, onde existia uma maior procura de mão de obra. (PEH, ----). Ainda de acordo com a investigação desencadeada no âmbito do PEH, as pessoas que afluíram à

cidade encontraram essencialmente três tipos de soluções habitacionais: a construção de barracas, que geraram numerosos núcleos degradados; “a construção clandestina que se tornou numa forma “normal” de crescimento urbano das áreas metropolitanas...” (o caso de Zita); e a sobrelotação, que se estima atingiu mais de 300 mil fogos.

Em qualquer dos dois casos que temos vindo a analisar, o facto de se tratar de um realojamento não desejado não possibilitou a sedimentação de um sentimento de pertença relativamente ao micro território em questão. A Quinta da Fonte é um lugar onde nem Zita nem Miguel se sentem bem. Este facto fez-nos recordar o que nos disse Maria João Freitas no âmbito da entrevista exploratória que nos concedeu: “Para um espaço ser público tem de ser um espaço onde toda a gente se sinta à vontade e com vontade de ocupar” (EE, 2009:vii).

1.3 Aida, Maria, António e Casimira: uma casa que alimentou sonhos

- **Aida, uma lutadora orgulhosa**

Nasceu em Lisboa e a Amadora foi o cenário de toda a sua vida até há 15 anos atrás. A mãe era empregada de limpeza e sempre levou a filha para casa das patroas, o que proporcionou a Aida uma infância com “todas as mordomias” a que não teria acesso de outra forma. O pai era colchoeiro e trabalhava na construção civil. Vivia num bairro de barracas, numa casa em alvenaria com um grande quintal, pelo que considera que cresceu “com todas as liberdades inerentes ao campo”. E relembra o seu quotidiano:

“...nós tínhamos poço, tínhamos um quintal muito grande, árvores de fruto e aquilo tudo. Portanto aquele nucleozinho ali antigo, éramos sempre os mesmos, funcionávamos assim tipo uma família. Eu saltava a vedação e ia jantar a casa desta, eu saltava a vedação e ia brincar com os filhos daquela. Se bem que a minha mãe nunca me deixou muito brincar fora do alcance dela, pronto...nunca disse palavrões, nunca...De maneira que quando fui para o ciclo preparatório, ninguém acreditava que eu morava num bairro de barracas, porque eu tinha uma postura completamente diferente em relação aquilo que elas conheciam...mas a gente sentia-se lá bem...eu tenho muitas saudades...primeiro porque era uma rica casa, era uma casa grande e era uma rica casa...e tenho muitas saudades daquele sítio...” (E3:xlviij).

Estudou e foi boa aluna, mas quando começou a namorar o pai “tirou-a” da escola e arranhou-lhe trabalho como aprendiz de alfaiate. Aos 15 anos casou-se motivada pelo desejo de uma vida independente e acabou por sair de casa dos pais, na altura que em Portugal acontecia o 25 de Abril. Teve quatro filhos e casou-se também quatro vezes, encontrando-se com o actual marido há 15 anos. Ao longo da sua vida foi empregada

doméstica, costureira, empregada de refeitório, trabalhou na oficina do marido e actualmente é responsável pela farmácia num Centro de Saúde.

Viveu durante alguns anos na casa que era dos pais já com a sua família e os seus casamentos levaram-na a encontrar alternativa habitacional em mais do que uma casa arrendada. Em determinado momento fica sozinha com os quatro filhos e muda-se para um bairro de barracas, no concelho de Loures. Apesar de esta casa não lhe proporcionar as mínimas condições de habitabilidade, eis como se recorda daqueles tempos:

“...a casa não tinha, a casa não tinha condições nenhuma, mas os vizinhos eram muito unidos...portanto, tínhamos uma relação muito boa de vizinhança. Eu vivi lá quatro anos e meio e a partir do momento em que eles se aperceberam que eu que vivia lá sozinha com miúdos pequenos, fizeram tipo um cerco de volta de mim para que nada me faltasse nem nada disso. Gostei muito de lá morar, aliás tenho dívidas de gratidão perante aquelas pessoas, que eu sou assim! Uma pessoa que me faça bem eu fico com uma dívida de gratidão logo imensa. Mas dei-me bem com toda a gente...” (E3:xlix).

Aida sempre trabalhou, e orgulha-se de, mesmo com os 4 filhos, nunca ter dependido de qualquer apoio social para poder sobreviver. As relações de vizinhança foram determinantes para assegurar as rotinas diárias dos seus filhos.

Depois de um processo de realojamento atribulado, foi-lhe então proporcionado um contrato de arrendamento na Quinta da Fonte, onde permanece até hoje.

• **Maria, saudosa do passado**

Maria passou a sua infância no Prior Velho, num bairro de barracas na companhia da mãe e de mais cinco irmãos. Considera que foi “uma altura boa”, em que estudava e mantinha uma relação familiar com os vizinhos. E partilha:

“Tenho boas recordações...sim, a gente brincava, andávamos na rua, a gente fazia grupos, a gente ia todos para a escola. A gente vinha, não tínhamos medo. Andávamos à vontade, de noite a gente brincava e às vezes a gente deitava-se tarde, porque havia luz dos postes ali à volta das barracas...ah, era bom, o convívio era muito bom, nunca tivemos medo, a gente nunca fomos assaltados, a gente nunca...nunca nos fizeram mal...a gente, pronto, nunca temeu a nada. Vivíamos bem e nunca tivemos relação de queixa de ninguém. Nunca, nunca, nunca. A gente nunca viveu a medo. No passado a gente nunca tivemos, a gente nunca viveu a medo...Dávamo-nos uns com os outros...” (E2:xl).

A família é evangélica e o momento do culto, onde participavam em família, reveste-se de grande importância na sua vida.

Casou muito nova, aos 15 anos, e iniciou-se aí o seu percurso de mobilidade territorial, em virtude da actividade profissional do marido, que vivia em Coimbra. Entretanto

percorreu o país, mas sublinha que sempre que podia regressava ao Prior Velho à casa materna.

Foi mãe aos dezasseis anos e num espaço de quatro anos teve três filhos. Passados nove anos teve o quarto filho. Separou-se do marido e criou os filhos com a ajuda da família. Não falou muito do seu passado e das suas rotinas, pois amiúde referia que “a vida aí correu-se um bocado à frente”.

A atribuição da casa com renda apoiada revestiu-se de muita importância para a sua vida e foi um momento de felicidade. Vive na Quinta da Fonte há 13 anos, neste momento, segundo as suas palavras, “à força e “amargurada”.

• António, um empreendedor

“...quando eu era criança, eu não tive uma infância muito feliz. Porque...desde os seis meses que os meus pais separaram-se...o meu pai deixou a minha mãe com 5 irmãos, comigo 6, por isso não foi assim já...já não...já não foi fácil, não é?”(E4:lxii). É desta forma, que António inicia a história da sua vida. Viveu num bairro de barracas, no Prior Velho, com a mãe, que era feirante, e com os irmãos. Apesar de tudo considera que foi uma época boa da sua vida. Começou a trabalhar muito novo, facto que o fez deixar muitos “sonhos” para trás, incluindo uma licenciatura em Direito. O facto de serem muitos irmãos e as dificuldades financeiras da mãe são a justificação de António para o facto de não ter alcançado o seu objectivo.

Considera que sempre viveu “sem problemas” numa comunidade multicultural, facto que atribui à educação que teve, valor que preza de forma manifesta. Orgulha-se de tanto ele como os irmãos serem pessoas bem vistas e aceites, e refere mesmo: “...continuamos a manter a consideração pelas pessoas e pelo meio” (E4:lxii).

A sua infância foi marcada pelo homicídio do pai: “...uma pessoa quando nasce sem sorte está lixada (ri-se). Foi...foi a parte mais difícil da minha vida foi essa. A morte do meu pai”(E4:lxii). Conta-nos um pouco do seu quotidiano:

“Como todas as crianças. Havia mais espaço. Não havia tantas barracas. Havia mais quintas. Ia para a escola, jogava à bola (...) Íamos para a piscina, estávamos até, se fosse preciso, até à uma, duas da manhã em liberdade sem problema nenhum a jogar à bola... gostava...gosto...gostava de ir armar aos pássaros, apanhar pássaros, pombos correio, era aquele mundo que eu vivi... Jogava à bola também com os meus amigos, federado, em equipas federadas, pronto era aquele...ia ver o Benfica... Tinha o cartão, quando jogador, não pagava nada, pronto era a minha vida, era assim...a nível de criança” (E4:lxiii).

Recorda-se que a população estava tão bem integrada no Prior Velho, que, quando foi decidido que teriam de sair da freguesia, foi despoletado um movimento social para o impedir. No entanto, o realojamento acabou por se realizar, foi uma casa muito desejada e António vive na Quinta da Fonte há 13 anos, embora actualmente passe alguns períodos em casa dos sogros.

• Casimira, em luta pela autonomia

Casimira nem sempre viveu a sua infância em alojamentos sem condições de habitabilidade. A casa onde vivia com os pais e com os irmãos era um apartamento numa das torres em Santo António dos Cavaleiros, com três quartos que albergavam doze pessoas no total. Sentiu-se perfeitamente integrada nas redes de vizinhança, onde não existiam famílias com as mesmas características culturais que as suas.

“Ali...acho que ali foi a parte da infância mais bonita...a minha mãe tomou conta dos filhos todos e...ali era uma infância bonita porque criamo-nos não havia aquela maldade e...havia ciganos e havia pessoas de raça negra, havia brancos e havia...ali um ambiente diferente. Não é agora como estamos aqui...” (E7:cvi).

Os pais eram vendedores ambulantes e os irmãos trabalhavam na construção civil. A renda da casa era compatível com os rendimentos da família, mas como era um agregado familiar grande tinham muitas “dificuldades”. “Dantes não havia esses rendimentos nem havia nada disso...” e o apoio social que a família acabava por obter provinha da igreja.

Entretanto uma tragédia marcou a vida da família e acabou por originar uma mudança de percurso:

“Só depois de uma irmã nossa casar-se...casar-se ou juntar-se, fugiu! Com um rapaz que não era cigano, aí é que entrámos...a minha mãe entrou em paranóia...ela tinha treze anos na altura, ele fez pouco dela...ele tinha dezoito...ela engravidou, ela andava na escola. Depois houve lá umas complicações, depois ele morreu, mataram-no (voz baixa, alguma emoção, grande pausa)...e houve grandes complicações...e depois a gente mudámos de casa, pronto a minha mãe já não queria que a gente vivesse ali...” (E7:cvi).

Depois este acontecimento a família “trocou” então a casa social onde residia por uma barraca no Prior Velho. Nesta fase, a mãe de Casimira não mais a deixou ir à escola, pois necessitava da sua ajuda para as tarefas domésticas inerentes a uma família tão numerosa. A partir deste período começou a ter “um bocado de distúrbios na vida”, e revelou que a família chegou mesmo a ter dificuldades em adquirir bens de primeira necessidade.

“Das raparigas fui a última a casar. Depois andávamos lá, não é? E aquilo passámos muita miséria, se quer saber muita miséria. A minha mãe era muito pobre na altura e depois trabalhava muito. O meu pai bebia muito...batia-lhe...a gente também via aquilo...(pensa). Eu sei lá...o sofrimento que levávamos ali. A gente muitas vezes não tínhamos comer para os meus irmãos...tínhamos que roubar aqueles talinhos de couve...íamos tirar as batatas lá da horta (ri-se)...e então a gente agarrava e levávamos para ali, não é? Para dar de comer aos meus meninos...era mais à base de sopas e depois feito ao lume de lenha, que era aquele comer assim, aquilo foi um bocado...sei lá...deixou-me marcas... a gente querer às vezes um sapato e não ter. E depois o meu pai era muito...era muito mau para a minha mãe...muito. Mau para a minha mãe, mau para os meus irmãos, era...ele brigava com os filhos, brigava com o que viesse à rede. Ele...a gente via ali muito sofrimento com a minha mãe...Depois os meus irmãos começaram a casar mais para saírem de casa porque, ao fim ao cabo eles casavam que era para...saírem do perto dele, não é? Porque ele também não deixava a gente viver ali em casa...e a miséria ali também era muita. Quando passámos para o Prior Velho passámos muito mais miséria do que em Santo António...(E7:cvii).

Entretanto, Casimira começa a frequentar um curso de arraiolos na Pastoral dos Ciganos, onde conhece o seu marido e depressa tem o primeiro dos seus quatro filhos. Passado um ano foi residir para a Quinta da Fonte onde se encontra há 14 anos.

Síntese conclusiva:

Para Aida, Maria, António e Casimira o acesso a uma habitação condigna, neste caso através do realojamento, foi um momento acompanhado de sonhos que poderiam ter conduzido as suas vidas a mudanças positivas significativas. Este sentimento deve-se ao facto de todos terem vivido experiências em bairros degradados de barracas, que no entanto englobam em si um paradoxo. Se por um lado os alojamentos onde estes quatro sujeitos acção residiam antes de serem realojados na Quinta da Fonte não reuniam as mínimas condições de habitabilidade, facto que dificultava a sua vida quotidiana, como vimos, por outro, encontravam-se apoiados por fortes redes de vizinhança. No caso de Aida, por exemplo, foram estas redes de vizinhança que lhe permitiram organizar-se por forma a que, com quatro filhos, nunca tenha que ter deixado de exercer a sua actividade profissional e passar a depender de apoios sociais.

Todos os sujeitos acção que integrámos neste grupo abandonaram a escola cedo, em alguns dos casos por imposição dos próprios pais, com o objectivo de ajudarem nas tarefas domésticas de famílias numerosas. Esta opção conduziu a casamentos precoces (Aida e Maria), a primeira para ‘escapar’ ao controle paterno, a segunda porque se trata de uma característica da cultura a que pertence.

Com o realojamento, Aida continuou a manter-se activa no mercado de trabalho, Maria e António mantêm as suas actividades de vendedores ambulantes, que não são declaradas ao sistema fiscal e paralelamente são beneficiários do RSI. Não obstante, e no que concerne a António, o facto de depender de dinheiros públicos não é um facto de que

se orgulhe, pois deixou de trabalhar por motivos de saúde e no seu passado demonstrou autonomia para enveredar por um projecto de criação do próprio emprego na Quinta da Fonte. As burocracias que envolviam a candidatura acabaram por fazê-lo desistir de mais este sonho.

Importa no entanto concluir por agora que a diversidade de trajectórias de vida dos sujeitos acção que habitam o mesmo “quartier sensible” não transforma estas famílias na ‘massa homogénea’ que é alvo da intervenção das políticas sociais, pelo que no Capítulo IV abordaremos de novo esta questão, ao analisarmos algumas das dinâmicas daquele território relacional.

Por outro lado, será que famílias com um passado de intensa mobilidade territorial e habitacional, muitas das vezes despoletada como estratégia de sobrevivência para acesso ao mercado de trabalho, se adaptam à imobilidade, pelo facto de residirem há mais de dez anos no mesmo bairro social? É o que tentaremos explorar no próximo ponto.

2. Realojamento: o fim da produção de mobilidades?

No final de cada entrevista que aplicámos e que iremos analisar horizontalmente no próximo capítulo, solicitou-se aos sujeitos acção que nos referissem três desejos para o seu futuro e para o futuro da família. Dos nove entrevistados, oito manifestaram a intenção de encontrar uma alternativa habitacional fora daquele território, tendo sido diversos os motivos que expressaram para justificar esta ideia. Observe-se: Virgínia confidenciou-nos:

“...o primeiro desejo que eu gostaria é sair aqui desse bairro...era...era sair desse bairro...eu vou ficando aqui, não tenho outro sítio...- Consegue explicar porquê? - Porque não dá segurança o bairro...” (E1:xxxvii).

Neste caso particular, o rendimento que auferi (cerca de €430 mensais), não permite a Virgínia proporcionar aos seus três filhos a mobilidade territorial que tanto deseja, e tal como expressa acaba por se conformar com o local onde a realojaram, exactamente por falta de alternativa.

Já Maria, que também manifestou intencionalidade de sair do bairro, descreveu-nos como imagina a sua vida caso esse facto se viesse a verificar (E2:xliv):

“...o nosso modo de viver ia melhorar muito...Viver feliz...feliz e ver que os meus filhos estavam a crescer, assim com vida, felizes, com calma...os meus filhos irem à loja e eu não ter medo. Eu mandar fazer uma coisa, e eu sei que eles vão e vêm bem. Andarem na rua e eu sei que ninguém se mete com eles...pronto, isso era muito importante, é a vida dos meus filhos, viverem soltos sem ninguém a prejudicá-los. A tal liberdade, é isso...”.

Relembramos que Maria viveu uma infância com a liberdade que tanto preza, justificando-se por isso a necessidade de recuperar este valor que considera perdido na Quinta da Fonte e que deseja para a vida dos seus descendentes.

Aida (E3:lix), também foi célere a manifestar o seu primeiro desejo para o futuro:

“Mudar de casa...mudar de casa era o essencial, acho que resumo os três desejos nesse todo...”. E, quando questionada acerca da permanência dos filhos naquele território, é peremptória: “Ah...sim, os meus filhos vão sair todos, nenhum deles quer cá ficar...Não querem cá ficar! O projecto é mesmo sair...”. No entanto, o projecto da família em sair do bairro não é impulsionado pelo medo ou pela insegurança como nos dois casos anteriores. Aida confessa ter muita pena de sair daquela casa onde já se sente enraizada, mas confessa que “são precisas outras condições” e “vai-se novamente à procura do desconhecido, do incerto”, sendo mais uma entre as já numerosas mudanças na sua vida. O facto de se tratar de uma família que não se encontra excluída do mercado de trabalho, proporciona que os planos de mobilidade não sejam uma mera utopia, pois encontram-se em processo de candidatura ao PER-FAMÍLIAS⁵⁷.

Tal como se depreende na transcrição de uma das ideias de António, na abertura do presente capítulo, o seu futuro encontra-se bem delineado, sendo no entanto projectado com sonhos que não passam pela Quinta da Fonte. Mais uma ambição de mobilidade territorial, desta feita para “...comprar uma quintazinha, pra ter os meus animais, que eu adoro...que eu não quero viver neste bairro...” (E4:lxxxiv). Este é no entanto um sonho ainda longínquo, dado que António pertence à percentagem de famílias do bairro que subsiste através do recurso ao RSI (neste caso a um casal com três filhos foram atribuídos €590 mensais).

Quanto a Georgette, que se revelou uma defensora da Quinta da Fonte no decorrer da entrevista, também não conseguiu esconder a sua vontade de mobilidade, pese embora alicerçada noutro tipo de justificações:

“Sim, saía. Saía porque...Para estar mais próximo dos supermercados, né? Que é uma das coisas que a pessoa fica um bocadinho aborrecida...e é também os serviços de saúde. Eu saia sim, só por causa disso. Não é porque o bairro é mau, não...” (E5:lxxxvii-lxxxviii).

⁵⁷ O PER-FAMÍLIAS é um programa destinado às famílias ou indivíduos recenseados no PER, que se constitui como um incentivo financeiro para a aquisição de casa própria, mas que implica a capacidade dos beneficiários para um encargo com a percentagem que lhes cabe relativa ao imóvel adquirido.

Como se pode observar no anexo I (planta do bairro), aquele território não é contíguo a nenhuma grande superfície comercial e, para além das escassas lojas que ainda se encontram abertas no próprio bairro, é no centro da freguesia da Apelação que se encontram os recursos de abastecimento mais próximos para aquela população. Georgette, mesmo inconscientemente deseja uma melhoria na sua qualidade de vida, que lhe permita encontrar o tempo que tanto valoriza para acompanhar o crescimento dos seus dois filhos.

Da mesma forma, Casimira deixou transparecer os seus sentimentos no que concerne aos desejos para o futuro, ao afirmar sem hesitações:

“A primeira coisa era sair do bairro...arranjar emprego, eu e o meu marido...saúde e sorte. O futuro dos meus filhos está nas minhas mãos ...um bairro sossegado, com uma escola sossegadinho...Este bairro está mal agoirado, tem muitas macumbas...”(E7:cxvi).

Esta família já pensou inclusivamente na emigração para tentar mudar de vida, energia esta muito incentivada pela preocupação com o futuro dos quatro filhos. Por isso Casimira acrescentou:

“Não vou conseguir viver aqui... Estou a pensar ir para Espanha, é mais liberdade, os meninos podem estudar, trabalhar...o meu marido vai primeiro, mas não quero ir mais para um bairro social” (E7:cxvi).

Zita, com os seus oitenta anos que numa primeira análise poderiam não ser compatíveis com grandes mudanças, afirmou-nos com a veemência que manteve durante toda a entrevista, ao reflectir sobre os seus três desejos: “Primeiro que tudo pirar-me daqui...”. Depreendeu-se ao longo da conversa que esta intencionalidade tem origem no facto de grande parte da sua família não se deslocar com regularidade a sua casa, devido a alguns episódios de conflito que já ocorreram no bairro, pelo que o facto de morar na Quinta da Fonte limita em muito as relações familiares deste casal de idosos.

Na mesma linha de pensamento dos sujeitos acção cujos sentimentos temos vindo a analisar, também Miguel quer sair o mais rapidamente possível daquele micro território, para ter “...uma vida normal. Uma vida em família normal. Não é o que acontece aqui.” Tal como Aida, e com o objectivo de conseguir sair do bairro, Miguel deu início a um processo de candidatura ao PER FAMÍLIAS, para que possa adquirir a sua própria casa, no local que escolher.

Jaime revelou-se o único dos nove entrevistados que não manifestou em qualquer dos momentos da entrevista sinal de que gostaria de abandonar a Quinta da Fonte. Este entrevistado expressou por diversas vezes que se encontra perfeitamente integrado na Quinta da Fonte (não esqueçamos que é pastor na Igreja Kimbanguista, com instalações no próprio bairro, e membro activo da AMUA). Esta sua vertente participativa faz com que

pense que reside num território “normal” e que “têm que começar a tirar essa imagem que dão aqui do nosso bairro. Têm que tirar essa imagem porque têm que aparecer nas coisas boas também, não é só nas coisas más” (E6:cii).

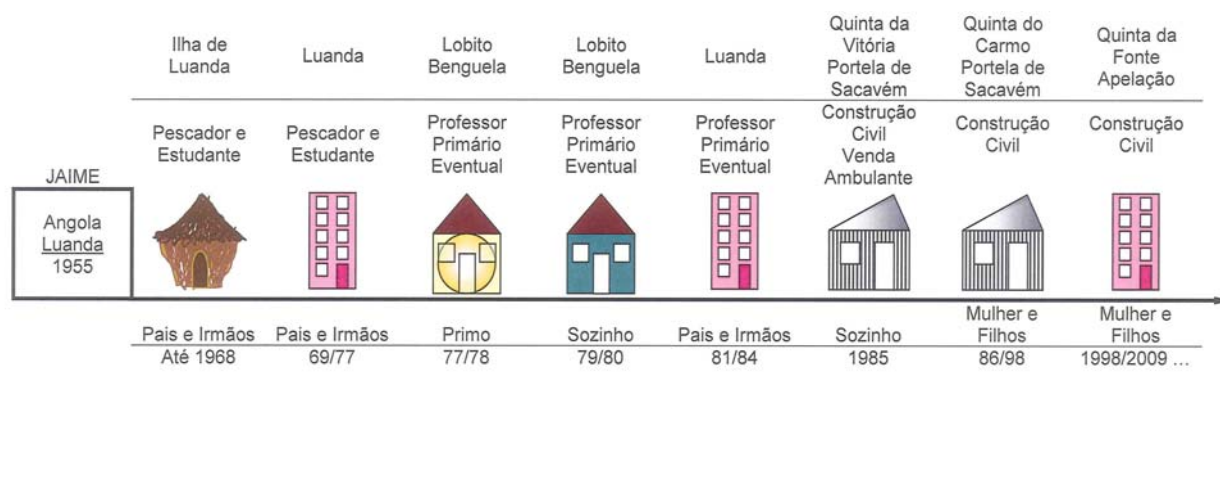
Como se pôde observar, os motivos que impulsionam o sentimento de mobilidade territorial através do desejo de sair da Quinta da Fonte são diversos (segurança, mais liberdade, melhorar as condições habitacionais, mudar o estilo de vida, uma maior proximidade dos centros de abastecimento, reforçar as relações familiares, ou ter uma vida “normal”). Mas será que esta tendência pode ser associada apenas ao facto de aquele micro território se tratar de um bairro social, com todas as problemáticas que de uma forma geral lhe estão associadas?

Com base nesta questão, e uma vez que as entrevistas exploraram as trajectórias de vida dos sujeitos acção, optámos, a título ilustrativo, por analisar se o passado foi ou não preenchido com experiências de mobilidade territorial ou habitacional.

Nas figuras⁵⁸ que se seguem podemos observar os percursos territoriais e habitacionais de três dos entrevistados (Jaime, Zita e Aida), no período que antecedeu o realojamento na Quinta da Fonte:



Figura 1 – Mobilidade territorial e habitacional de Jaime

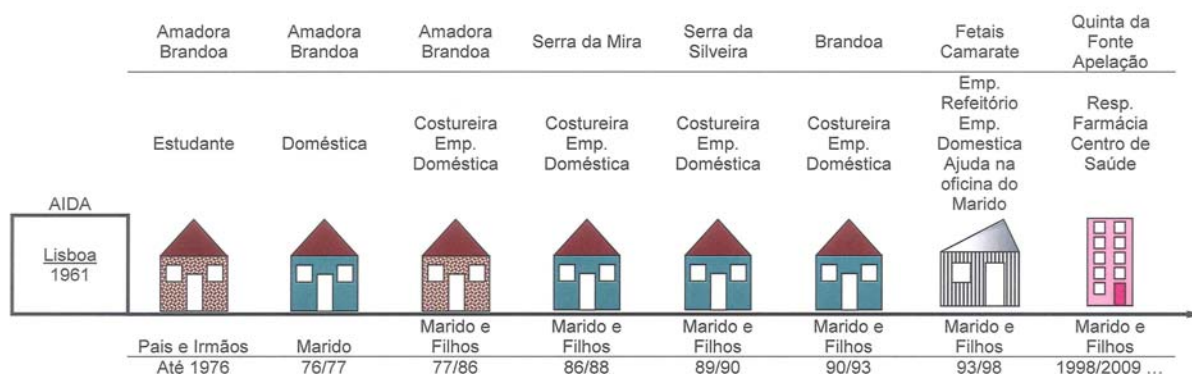


⁵⁸ Figuras adaptadas de Alexandra Castro (1994). In Guerra (2006).
Desenhos originais para a dissertação da autoria de Patrícia Carvalho (2009).

Figura 2 – Mobilidade territorial e habitacional de Zita



Figura 3 – Mobilidade territorial e habitacional de Aida



No primeiro caso que ilustramos, pode observar-se que o percurso de Jaime foi marcado por uma mobilidade territorial e habitacional intensa. Na sua infância e adolescência acompanhou as deslocações da família, e a primeira mudança foi marcante: da casa de luando, e para fugir à guerra, verifica-se uma melhoria nas condições habitacionais e Jaime familiariza-se desde cedo com a experiência de viver num bairro social, ainda no seu país de origem. É também visível ao observarmos este percurso que, quando inicia a sua vida activa, as oportunidades no mercado de trabalho definem as suas opções, ao mudar frequentemente de território e de alojamento. Daqui se deduz o facto de a mobilidade territorial proporcionar novas oportunidades e impulsionar novas estratégias de sobrevivência aos seus protagonistas, que neste caso culminam com a emigração para Portugal, onde a solução habitacional foi a construção de clandestinos sem condições de habitabilidade em núcleos degradados de barracas.

A trajetória de Zita não é caracterizada por mudanças tão acentuadas como a de Jaime e tem a particularidade de nunca ter passado pela experiência de residir numa barraca. No entanto, a decisão da família em deslocar-se de um cenário rural para um

cenário urbano demonstra a necessidade de procura das zonas onde na época existia uma maior oferta de trabalho. É interessante assinalar que esta opção de Zita e do marido, contextualizada na década de 60, contrasta com as motivações mais actuais dos residentes na AML. Num estudo levado a cabo em 2000⁵⁹, 59% dos inquiridos manifestaram vontade de mudar de local de residência, desejo este alicerçado numa mudança para espaços campestres ou rurais, com uma menor densidade populacional, de pequena ou média dimensão. De facto, nos dias de hoje, o imaginário tende para o cenário campestre como um local onde existe maior qualidade de vida, desvalorizando-se desta forma os grandes aglomerados urbanos, existentes essencialmente nos subúrbios. Não obstante, a trajectória de Zita acabou por “transportá-la”, para este cenário suburbano, em contexto de habitação social, onde permanece até hoje.

Relativamente à última trajectória de vida que ilustramos, a de Aida, podemos verificar que não foi tanto marcada por uma mobilidade territorial, mas sim habitacional. Pese embora não tenha tido a experiência de residir em cenário rural, recordamos que o bairro que enquadrava a casa clandestina dos pais, e na qual acabou por residir já com a sua família (marido e filhos), reunia de acordo com a mesma as características da vida no campo, quer no que respeita à liberdade de movimentos, quer no que concerne à proximidade das relações de vizinhança. A vida de Aida caracterizou-se ainda por diversas experiências de arrendamento, até ao momento em que o último divórcio e o facto de sozinha (já com quatro filhos) não conseguir suportar uma renda a “obriga” a procurar alternativa habitacional num núcleo degradado de barracas. Em nenhuma das fases da sua vida necessitou de outros apoios sociais para além do realojamento na Quinta da Fonte, e, pelo facto de beneficiar de uma renda apoiada, estagnou há onze anos a sua tendência para a mobilidade habitacional.

Não obstante as particularidades das três trajectórias territoriais e habitacionais que acima analisámos, podemos efectuar uma última reflexão conclusiva: considerando que todos os sujeitos acção que integraram a presente investigação residem há mais de dez anos no micro território em questão, e que, dos nove, oito revelaram um desejo intenso de mobilidade territorial, esta deverá ser talvez uma questão que merece ser integrada nas reflexões que dão origem ao planeamento das medidas das políticas sociais de habitação⁶⁰.

⁵⁹ Ferreira, V.M., Casanova, J.L., Castro, A. (2000). *Condição Social, Ambiente Urbano e Qualidade de Vida na Metrópole de Lisboa*. Lisboa: Observa. (Citado por Valente, S. (2004). *Áreas Metropolitanas. Vivências, Mobilidades e Qualidade de Vida*. Lisboa: ISCTE)

⁶⁰ A título de exemplo, apresentamos no apêndice nº XVII o esboço da proposta de uma medida da política social de habitação de uma autarquia, da nossa autoria, e que partiu de uma necessidade apresentada pelos agentes locais. Sublinha-se que se trata apenas do esboço de uma proposta que não foi ainda alvo de análise interna

De facto, “Se algo distingue a era de globalização em que vivemos, é a disseminação planetária de um conjunto de valores e estilos de vida através, quer dos meios de comunicação de massas (televisão, internet) e da indústria de entretenimento (cinema, música), quer através do aumento exponencial das possibilidades de mobilidade espacial” (Silva, Pérez & Vieira, 2008:296).

A mobilidade é por isso uma característica das sociedades modernas e os profissionais e as políticas deverão tentar desvincular-se da ideia de que o facto de ter sido atribuída uma habitação de arrendamento social aquelas famílias é um facto ao qual as mesmas deverão estar eternamente gratas, desprovendo-as assim de qualquer direito a uma alternativa diferente da actual, e subtraindo também a possibilidade de as pessoas serem as gestoras dos seu próprio futuro⁶¹.

Ao analisarmos as questões de mobilidade territorial, quando relacionadas com a habitação social, e ao reflectirmos como são pensadas as medidas das políticas sociais de habitação, não podemos deixar de concordar com Hill (1982/2009:238): “Allocation of social housing involves achieving a balance between what people want, what they are deemed to need, and what is available.”

De facto, tal como afirma Cresswell (2009:27), “(...) a mobilidade é um dos recursos principais da vida do século XXI e é a distribuição diferencial desse recurso que produz algumas das diferenças mais marcantes da actualidade”. Concluimos por isso que a promoção das mobilidades residenciais e territoriais é mais um dos aspectos que deverá ser levado em consideração na produção de políticas sociais de habitação. O papel do Serviço Social neste caso é transparente: contribuir para que as mobilidades sejam cada vez mais uma oportunidade para todos.

No capítulo seguinte iremos tentar compreender de forma mais aprofundada alguns dos sentimentos que alavancam os desejos de mobilidade territorial que detectámos e também de que forma se poderá tentar reverter esta tendência, se a solução persistir em permanecer no micro território actual.

(acompanhada de inúmeros apêndices que não estão incluídos), mas que se anexa como exemplo do trabalho que pode ser desenvolvido pelo Serviço Social, se adoptada uma postura prepositiva.

⁶¹ Acrescenta-se aqui que o desejo de mobilidade territorial não é exclusivo dos sujeitos acção. De acordo com um estudo levado a cabo por Susana Valente (2004), relativamente às vivências, mobilidades e qualidade de vida nas áreas metropolitanas, 40% dos portugueses assumiram que gostariam de viver num local diferente do actual, remetendo-se o imaginário para cenários campestres, ou locais com menor densidade populacional.

CAPÍTULO IV – Quinta da Fonte: Singularidades de um micro território relacional

Agora sim, cantamos com vontade!
Agora sim, eu sinto a união!
Agora sim, já ouço a liberdade!
Vamos em frente, e é esta a direcção!

Agora não, que falta um impresso...
Agora não, que o meu pai não quer...
Agora não, que há engarrafamentos...
Vão sem mim, que eu vou lá ter...

(Deolinda, 'Movimento Perpétuo Associativo', CD "Canção ao Lado", 2008)

Nas sociedades contemporâneas, os processos relacionais gerados nos micro territórios são marcados por ciclos intermitentes de “agora sim “ e “agora não”, ditados pelos ritmos, interesses e jogos de poder dos vários actores sociais envolvidos.

Tendo em consideração que defendemos o facto de o Serviço Social também se constituir como actor de determinado território (essencialmente naqueles em que predominam diferentes formas de exclusão social), é fundamental que os profissionais estejam atentos às dinâmicas destes ciclos com o objectivo de, quer os planeamentos, quer as intervenções, produzirem efeitos, serem eficientes e eficazes.

No presente capítulo iremos tentar compreender, numa primeira parte, em que circunstâncias foi gerado e se desenvolveu o micro território alvo da investigação, através da análise dos significados, sentimentos e percepções dos sujeitos acção relativamente aos seguintes aspectos: ao processo de transição para a Quinta da Fonte; à apropriação do micro território; aos processos relacionais que nele são construídos, e aos aspectos de participação, cidadania e imaginário social, com o objectivo de avaliar a existência de energias para o desenvolvimento dos projectos de vida (naquele ou noutra território). Na segunda parte tentaremos exemplificar, com dois exercícios práticos, de que forma o poder dos media e a informação simbólica que os mesmos fazem circular pode influenciar a vida das pessoas que vivem na Quinta da Fonte e obstruir ou não os processos relacionais.

As categorias que iremos aprofundar nesta secção resultam da análise horizontal às entrevistas aos sujeitos acção e englobam as principais categorias encontradas por saturação na análise das mesmas.

1. Significados, sentimentos e percepções dos sujeitos acção

A pertinência de uma abordagem aos territórios relacionais onde predominam alojamentos sociais, numa perspectiva dos sujeitos, baseia-se na constatação que a maioria das operações de realojamento, principalmente as que resultaram do PER, não se desenrolaram de uma forma participada. Tal como foi referido no capítulo II, ao serem analisadas as questões habitacionais, canalizaram-se todos os esforços para o objecto em si (o alojamento), não tendo sido envolvidos os destinatários nas várias fases que constituíram o processo do seu futuro ‘espaço de vida’⁶².

Desta forma, o principal objectivo das reflexões que apresentamos neste ponto é o de ‘dar voz’ aos sujeitos acção, captar as suas expectativas, sentimentos, vulnerabilidades, potencialidades, expressões de participação e cidadania, bem como analisar a influência que tem nas suas vidas o estigma geralmente associado aos ‘quartiers sensibles’ como a Quinta da Fonte.

1.1 Processo de transição para a Quinta da Fonte

A Quinta da Fonte é um bairro que se situa na freguesia de Apelação, concelho de Loures, sendo que os primeiros realojamentos que ali se efectuaram datam de 1996. A Câmara Municipal de Loures adquiriu, em regime de Contrato de Desenvolvidos de Habitação, 554 alojamentos, de um total de 776 fogos. Não se trata desta forma de um bairro exclusivamente de habitação social, uma vez que algumas das casas foram adquiridas através de cooperativas de habitação. (Pascoal, 2002).

Em Maio de 1996, teve início a operação de realojamento dos primeiros 236 agregados familiares, oriundos de várias freguesias do concelho, mas em grande parte do Prior Velho, tal como alguns dos entrevistados que participaram na presente investigação. No âmbito do processo de realojamento, verificou-se a preocupação em desenvolver de forma integrada a transferência de crianças em idade escolar para os estabelecimentos de ensino da freguesia de Apelação. Mais se constatou, através de consulta à documentação da CML, que logo que se processaram os realojamentos das primeiras famílias promoveram-se reuniões com os moradores, com o objectivo de organizar comissões de lote, tendo em vista a manutenção dos espaços comuns.

Data também de 1996 a primeira acção de carácter comunitário, que foi designada de “Festa de África”, promovida por iniciativa de um grupo de jovens moradores. Pretendeu-

⁶² No caso da Quinta da Fonte este facto verificou-se, pese embora ao longo dos anos se tenham vindo a desenvolver projectos ou programas que visam a participação da população.

se nessa altura, de acordo com os registos disponíveis⁶³, “divulgar os costumes africanos”, bem como possibilitar “relações de sociabilidade e solidariedade” entre famílias oriundas do mesmo núcleo de barracas, como também de famílias de origem cigana. Nesta fase não se encontraram referências a qualquer tipo de problemática no que concerne ao ambiente do bairro, tendo-se verificado inclusive a existência de situações de inter-ajuda.

Pôde-se confirmar igualmente que, no âmbito do processo de realojamento, o Centro de Saúde, por exemplo, reorganizou as suas equipas tendo em consideração o aumento significativo de utentes, pelo que foram definidas áreas de intervenção prioritária, tais como o planeamento familiar, acompanhamento de grávidas, vacinação, cuidados de saúde infantil e educação para a saúde.

Paralelamente ao realojamento, verificou-se a implementação de um projecto designado “Apelação – Intervir para Humanizar”, atendimentos sociais, a organização das já referidas comissões de lote e de várias acções de sensibilização relacionadas com questões de higiene e limpeza. É interessante sublinhar que estas acções pretendiam abranger toda a população da freguesia, não se limitando apenas às famílias que estavam a ser alvo de realojamento.

Os primeiros sinais de que começavam a surgir as problemáticas características dos bairros sociais ao nível das dinâmicas relacionais datam de 1997, sinalizados à Câmara pela cooperativa de habitação que promoveu a construção do bairro, e que relata: “(...) realizam-se jogos de futebol na rua junto às habitações recentemente adquiridas, danificando carros, portas e paredes, para além do barulho que tal prática provoca.”⁶⁴

Em 1998, a junta de freguesia de Apelação assinala também junto da Câmara a existência de conflitos étnicos e solicita diligências para a instalação no bairro de um posto de polícia ou de policiamento de proximidade. As questões de segurança assumiram desta forma um papel protagonista desde o início.

1999 marca a abertura na Quinta da Fonte de um Gabinete de Intervenção Local – GIL, um serviço descentralizado que visava “não apenas o apoio às famílias, como também a sua plena integração na comunidade,” (Flyer de divulgação do GIL, CML, DMH, 1999).

Em 2002, e de acordo com dados estatísticos avançados por Rosa Pascoal (2002), 40% das famílias realojadas na Quinta da Fonte eram de origem africana, 40% de origem cigana e 20% de origem lusa (utilizamos esta terminologia com o único intuito de diferenciar

⁶³ Processo geral interno da Câmara Municipal de Loures, referente à Quinta da Fonte.

⁶⁴ Carta enviada à Câmara Municipal de Loures, a 7 de Agosto de 1997, pela Cooperativa de Habitação Económica União, CRL – CHEUNI.

as características culturais, salvaguardando-se o facto de os indivíduos de origem cigana serem portugueses).

Através do breve histórico que acima explorámos, podemos concluir que se trata de um território que desde o seu surgimento foi alvo de diversos projectos de desenvolvimento comunitário, por iniciativa da autarquia ou no âmbito de parcerias locais que se foram sucedendo no tempo, com mais ou menos intensidade, também ao sabor dos financiamentos disponíveis. Destaca-se no entanto uma instituição, a Pastoral dos Ciganos⁶⁵, instalada no bairro desde a sua génese e que se mantém activa até aos dias de hoje.

Não pretendemos em sede da presente pesquisa explorar as já conhecidas problemáticas associadas à grande maioria dos bairros sociais, nem tão pouco esmiuçar as estratégias e instrumentos utilizados pelos serviços públicos no processo de realojamento, uma vez que tal como nos alertou Maria João Freitas (2009), “não existem receitas”, para activar determinado território, e ter-se-á sempre que recorrer à experimentação (com segurança, pois estamos a lidar com pessoas), para a qual é também necessária “coragem política”.

Desta forma, interessa-nos antes analisar quais os sentimentos das pessoas face ao processo de transição que viveram e como começaram a intersectar as suas vidas com o novo território.

Pela análise das entrevistas, verificou-se em primeiro lugar a consciência quase geral de que a casa de renda apoiada atribuída na Quinta da Fonte se tratava de um direito, pelo facto de as famílias ou residirem num núcleo degradado de barracas ou por habitarem clandestinos nos quais não podiam permanecer.

Os ‘timings’ de preparação para a transição variaram consoante os casos particulares e as próprias circunstâncias que conduziram ao realojamento.

No caso de Georgette, por exemplo, tratou-se de uma “surpresa” repentina, que recebeu com agrado, pois encontrava-se a residir com os filhos, há 3 anos, ‘provisoriamente’ num pavilhão que partilhava com mais famílias também sem alternativa habitacional. Teve

⁶⁵ O Secretariado Diocesano de Lisboa da Obra Nacional para a Promoção e Pastoral dos Ciganos, tem em funcionamento uma valência de ATL, na Quinta da Fonte, no sentido de promover o acompanhamento às crianças em idade escolar, designadamente dos 6 anos de idade até à frequência do 1º ciclo do Ensino Básico. As actividades de apoio escolar nas instalações da Associação, são desenvolvidas em dois períodos diários, consoante o horário escolar. Em parceria com o Programa PROGRIDE, esta associação desenvolve ainda outras acções, no âmbito da promoção social e cultural, direccionadas para a população jovem. Note-se, ainda, o apoio, mensal, prestado as famílias de vulnerabilidade económica, com a atribuição de géneros alimentares – viabilizados pelo Banco Alimentar Contra a Fome.

então de se adaptar rapidamente à nova realidade, porque não pôde planear o realojamento.

A maioria dos entrevistados associou a notícia de uma casa com condições de habitabilidade a sentimentos de felicidade ou satisfação, principalmente porque em alguns dos casos foi um processo moroso, como no caso de Virgínia:

“Sim, foram registar, foram lá tirar o registo das pessoas e eu fiz o meu registo, e ficámos à espera, né? Ficámos à espera que isso também demorou muito tempo...tive muita guerra ainda até a câmara me dar a minha casa...porque eles queriam pôr-me com a minha irmã que eu trouxe. A minha irmã tinha a barraquinha dela e era solteira, na altura. E eu era solteira e tinha duas filhas. Se calhar isso para a câmara, já dava um jeito...ela como solteira viver comigo” (E1:xxxi).

Através desta afirmação de Virgínia, uma das possíveis conclusões é o facto de a certeza que um dia a câmara iria ‘dar’ uma casa desenvolveu porventura comportamentos de acomodação, que poderão ter bloqueado a atitude de encontrar uma solução habitacional pelos próprios meios, por parte de algumas famílias. Não foi o caso de Aida:

“Porque a casa não tinha condições e os filhos iam crescendo e eu não tinha possibilidades de pagar quarenta ou cinquenta contos de renda (...) e eu queria era sair (da barraca), pronto. Para poder dar-lhes melhores condições do que as que tínhamos...” (E3:xlix).

Não obstante, o momento em que foi recebida a notícia da atribuição e da entrega das chaves é acompanhado (por alguns) como um momento há muito esperado, que interrompe o ciclo que até então era vivido no núcleo de barracas e que é acompanhado por uma subida dos níveis de motivação e de energia para enfrentar os desafios da vida. Recordemos o que nos disseram alguns dos sujeitos acção:

Maria: “...depois eu vim. Pronto, muito contente, vi a minha família muito feliz. Os sobrinhos muito felizes (...) e foi muito lindo, muito importante (...) a gente estávamos radiantes...” (E2:xli).

Georgette: “(...) Olhe, a primeira impressão foi, eu disse assim...agradeci a Deus e agradei, né? Pelo trabalho que a Dra. (refere o nome) fez...e então eu disse: ‘Olha, este bairro é lindo, é bonito, é bonito, pois...é’, pronto eu fiquei fascinada” (E5:lxxx).

Estes sentimentos sobre a transição para o bairro, que acabámos de exemplificar, não perduraram no tempo e não correspondem às conclusões de um estudo sociológico à população residente em bairros municipais no concelho de Loures (2004), entre eles a Quinta da Fonte. Este estudo concluiu, relativamente ao grau de satisfação com o bairro⁶⁶,

⁶⁶ Para avaliar a satisfação residencial no que concerne ao bairro, foram utilizados os seguintes indicadores: localização; agradabilidade dos espaços comuns; estado de limpeza; ruído; estacionamento; vizinhança; qualidade da urbanização; sossego e tranquilidade; manutenção e conservação; poeiras, fumos e cheiros.

que uma percentagem significativa (72,4%), evidenciou uma imagem negativa sobre o micro território, bem como uma profunda insatisfação em residir no mesmo. Desta forma, a avaliação da satisfação residencial permitiu desvendar o já tradicional sentimento do 'gosto pela casa e desgosto pelo bairro'⁶⁷.

Mas se o desgosto pelo bairro se veio a evidenciar com o decorrer dos anos, verificou-se através do discurso dos entrevistados que, no que concerne às expectativas positivas reveladas com a mudança para a Quinta da Fonte, se projectaram em alguns casos na vontade de uma melhoria da qualidade de vida dos filhos, como nos explicou por exemplo Virgínia (E1:xxxiii); "(...) Elas gostaram, não tem nada a ver, então, um modo de vida muito diferente da barraca também...outro meio de sobrevivência(...)"

Salienta-se, no entanto, que os sentimentos de satisfação proporcionados pelo acesso a uma habitação condigna não foram partilhados por todos os sujeitos acção. Desta forma percepcionou-se em alguns dos discursos uma resistência à mudança, em primeiro lugar porque se sentiam bem nos alojamentos anteriores e integrados em redes sociais sólidas, depois porque à Quinta da Fonte já era associada uma imagem de um bairro onde não se quer viver. António, por exemplo, partilhou:

"(...) Nós não queríamos vir para cá (...) Porque nós não queríamos sair do Prior Velho. Porque em todos os bairros...mandam as barracas abaixo e constroem casas às pessoas que vivem lá. E no Prior Velho nós não queríamos vir, queríamos ficar no Prior Velho. (...) Até tínhamos folhas de 24 linhas assinadas e carimbadas por empresas e pelas pessoas do comércio e tudo para ficarmos ali no bairro. (...) mas nós na minha família sentíamos que isto...não ia ser boa coisa..." – Porquê? – "Derivado...à comunidade em si...muita gente, isto é um bairro enorme...pela maneira como fomos transferidos, sem apoios" (E4:lxiii).

A opinião de António ilustra de certa forma o 'espírito', subjacente ao PER, de realojar as famílias que residiam em barracas através da atribuição do objecto alojamento, mas sem que as populações tivessem sido ouvidas neste processo, gerando a inevitabilidade de ocupação das casas construídas para esse efeito.

Esta reflexão remete-nos para o papel dos técnicos da área social (em grande parte assistentes sociais, que integram os serviços de habitação desde a sua génese), nos processos de realojamento. Como foi então sentida a intervenção dos profissionais neste processo?

Uma das principais preocupações captadas nos discursos dos sujeitos acção, transmite a representação que o profissional que acompanhou o processo impõe um

⁶⁷ Sobre este tema referencia-se o artigo de Teresa Costa Pinto "A apropriação do espaço em bairros sociais: o gosto pela casa e o desgosto pelo bairro". In Revista Sociedade e Território, nº20, Abril 1994.

realojamento rápido, sem apoios paralelos. Esta pressão foi sentida por Casimira (E7:cix) e por Miguel. A primeira lembrou:

“ Eu na altura não queria, nem queria esta casa rés do chão, mas como me disseram assim: ‘Você vai para um bairro novo! Ah! Aquele bairro é lindo! Aquele bairro vai ser enorme!’. (...) nunca pensámos que vá a ser o que é agora, não é?” (E7:cix).

Já Miguel, recordou:

“(...) Foi tudo muito rápido. Falaram nisso no espaço de um mês. Eles disseram que ia lá passar uma ponte (...) saímos porque, pronto, a minha mãe também foi na conversa deles...” (E9:cxxxii).

Entendemos aqui que o conteúdo da ‘conversa deles’ não é a do assistente social enquanto profissional, mas da mediação que estabelece entre o poder político e a população. Desta forma, a inevitabilidade fornecida pelas orientações políticas é transferida para o profissional, aquele que é real e que comunica as ‘regras do jogo’.

Por outro lado, o empenho do assistente social também é reconhecido, mas sempre com uma nota de submissão ao poder que detém, neste caso o profissional que ‘dá a casa’. Georgette tem a memória bem presente quanto a este assunto:

“Então foi quando ela, ela deu-nos a notícia que sim, que íamos ter a casa e a nossa surpresa foi que a Dra. (diz o nome da assistente social) disse que sim (risos) que, ela é que tratou o processo sempre todo, não é? E depois ela, pronto, ela deu-nos a escolher. Deu-nos a escolher qual era o prédio em que queríamos ficar porque isto ainda estava em construção...” (E5:lxxx).

Outro tema que considerámos importante abordar com os sujeitos acção prende-se com as expectativas profissionais que acompanharam o processo de mudança, tendo em consideração, como já abordámos, a centralidade que o emprego assume nas sociedades de hoje. A maioria dos entrevistados, que já se encontravam inseridos no mercado de trabalho, manteve o seu quotidiano laboral aquando da mudança para a Quinta da Fonte. Para outros (a minoria), o facto de viverem no bairro proporcionou oportunidades de trabalho em instituições da freguesia e mesmo a manutenção de profissões onde se sentem realizados. Acompanhe-se o discurso de Georgette:

“(...) peguei a profissão de jardineira, pois, e então fui trabalhando em particulares...até que depois...candidei-me aqui na junta de freguesia, aqui da Apelação, fui aceite (...) o horário era entrar às 8 e sair às 16. Eu estava disponível, não vou pensar mais, peguei logo e fui aceite, e com a experiência, eu, pronto fui mostrando e então fiquei (...) e eu tenho aqui colegas...o presidente, a gente é família(...) (E5:lxxxi-lxxxii).

Mesmo considerando que o percurso laboral da maioria dos entrevistados tenha sofrido alterações desde a instalação na Quinta da Fonte até aos dias de hoje, pode-se concluir que o realojamento não significou o início de uma trajectória de exclusão no que

concerne ao mercado de trabalho, tendo-se mantido as estratégias de sobrevivência já existentes anteriormente ao processo de transição para a Quinta da Fonte.

Por tudo o que foi dito, e apesar de terem sido observadas algumas resistências à mudança, pode-se desde já arriscar uma reflexão: a alegria e os sentimentos de felicidade com que foi encarado o processo de mudança para uma casa na Quinta da Fonte constituem-se como uma potencialidade que influenciou positivamente aquele território relacional no seu período embrionário, e que se reflectem em algumas das memórias dos entrevistados, espelhadas na forma de apropriação do micro território, como veremos a seguir.

1.2 Apropriação e representações do micro território

Independentemente dos significados que comportaram os processos de realojamento para a Quinta da Fonte, importa-nos agora compreender que representações foram construídas pelos sujeitos acção, de que forma foi vivida a apropriação daquele território, que energias foram geradas bem como que mudanças se processaram.

Peter Zumthor, considerado por alguns um dos grandes arquitectos da actualidade, afirmou numa entrevista⁶⁸ que o mais importante num novo projecto é que o edifício “se sinta bem”, na sua localização. Então, foi questionado: “Que esteja integrado?”. Respondeu: “Não. Estar integrado é demasiado passivo. Por exemplo, o sítio antes podia ser muito chato e passar a ser divertido. Trata-se de criar energia, de criar um diálogo com o que lá está, uma química entre algo novo e algo que já existe.”

Considerámos importante introduzir esta analogia, porque na nossa opinião espelha bem o que seria um bom diálogo entre território e o quotidiano das famílias que o vão progressivamente construindo, e alberga também um pressuposto fundamental: quaisquer que sejam as características de um micro território em determinado momento, cada pessoa que chega traz algo de novo que é passível de transformar o colectivo. Quer predominem as vulnerabilidades (sempre mais visíveis), quer as potencialidades (que necessitam de novas estratégias para serem reveladas), é sempre estabelecido um diálogo e produzida uma química entre o novo e o que já existe, como explicou Zumthor, no âmbito da localização de novos projectos de arquitectura.

Casimira foi uma das entrevistadas que revelou esta ‘química’ com o bairro, quando nos tentou exprimir os primeiros impactos da sua vivência na Quinta da Fonte:

⁶⁸ Revista Única, Jornal Expresso, 2008.

“No princípio era bonito, até eu gostei de viver sempre aqui, isto aqui estava cheio de ciganos, mesmo africanos ou guineenses, ou o que fosse da raça negra...estavam aqui muita pessoa sem serem ciganos, de raça branca. E aqui era bonito...convivíamos todos uns com os outros” (E7:cix).

Como se irá observar mais à frente, a actual representação que os sujeitos acção detêm sobre a Quinta da Fonte contrasta vincadamente com as boas recordações do ‘princípio’ de que nos falou Casimira.

Assim, com o objectivo de melhor compreender o diálogo que actualmente é estabelecido entre os sujeitos acção e a Quinta da Fonte, uma das categorias pré definidas no guião de entrevista foi a comparação com o bairro anterior, por forma a serem percebidos riscos e potencialidades perdidos ou adquiridos.

Desta forma, conclui-se que a melhoria da qualidade de vida por via das condições de habitabilidade proporcionadas por uma casa foi o principal factor considerado positivo, adquirido em sequência do processo de realojamento.

Jaime exprimiu assim a mudança:

“Agora a habitação também é uma grande mudança porque, quando lá, nós sabemos, temos que ser claros, nas barracas a vida é complicada, muitas das vezes queremos luz, o Estado não deixa colocar luz, porque acha que é um perigo. Não há segurança. Queremos água também não deixam fazer canalização. A água tem que se ir buscar num sítio, numa torneira que é para todos (...) Enfim é uma grande mudança” (E6:xcv).

Observe-se também as sensações de Georgette na primeira noite que dormiu na casa nova:

“(...)foi aquela primeira noite de dizer assim: “Bem, hoje eu não tenho a luz em cima de mim!”, porque no armazém (risos) aquela claridade toda, né?(...)e então eu pensei: “Bem...vais dormir bem (risos), vais dormir bem!” E então era assim e depois o levantar, saber que temos um quarto de banho, saber que temos a cozinha! É uma sensação maravilhosa (risos) saber que temos estes pequenos pormenores, né? Muita vezes as pessoas dizem assim: “Ai, não...ir à casa de banho, ter uma cozinha...são pequenos pormenores.” Não são pequenos pormenores...porque na barraca nós não temos, ali está tudo misturado, né?” (E5:lxxxii).

Por outro lado, a mudança foi também acompanhada por um enfraquecimento das redes de solidariedade que existiam, ou no núcleo de barracas ou no bairro clandestino, consoante os casos em análise. Este poderá ser um dos principais motivos pelo qual não foram raros os sentimentos que exprimiriam um desejo de regressar à vida quotidiana anterior, tendo em consideração o que o território representa hoje para as pessoas, como teremos oportunidade de verificar.

Dois dos entrevistados abordaram as questões relacionadas com as dificuldades de adaptação da economia doméstica com a transição para a Quinta da Fonte. Pela sua

importância, não quisemos deixar de o referir, pois de facto o acréscimo de despesas (renda da casa, água, luz, gás), que acompanha o processo de realojamento, implica uma reorganização profunda para a qual muitas das vezes as famílias não estão preparadas. É este que consideramos ser o ‘ponto nevrálgico’ dos processos de realojamento: o momento da atribuição da casa (objecto) é geralmente sinónimo da eficácia das medidas das políticas sociais de habitação. O acompanhamento dos projectos de vida das famílias continua ainda segmentado pelos diversos serviços estatais (que tentam colmatar as necessidades) e sem uma componente de prevenção, que permita um verdadeiro planeamento.

Através das entrevistas aos sujeitos acção, outra das categorias abordadas reporta-se às possíveis transformações na rotina familiar com a mudança para a Quinta da Fonte, contribuindo para a compreensão da forma de apropriação daquele micro território. Observou-se que grande parte dos entrevistados manteve as rotinas familiares já existentes anteriormente, tendo-se percebido que existiu também a preocupação em integrar os filhos nos projectos ou actividades disponíveis à data na Quinta da Fonte.

Esta possibilidade funcionou em alguns casos como suporte familiar importante, como explicou Aida:

“(...)porque eles tinham os tempos livres ocupados. Quando eu não...não podia estar...elas tinham teatro à quarta-feira à tarde, que era quando não tinham aulas...depois ao sábado sempre tinham uma actividade ou outra e iam...portanto...é diferente...aliás, os miúdos que se mudaram para cá com as mesmas idades que os meus filhos se mudaram, estão hoje todos bem, não pertencem a nada que aqui está.(...) o que existia ali, era um apoio tão grande dos tempos livres, ao mesmo tempo não só dos tempos livres. Eles incutiam-lhes responsabilidade e incutiam-lhes educação...” (E3:lii).

Como poderemos confirmar mais à frente, a ocupação dos tempos livres para crianças e jovens é um dos factores mais referenciados pelos entrevistados como necessário para uma melhoria global do micro território em questão, principalmente a um nível preventivo e não paliativo.

A manutenção das práticas religiosas já existentes anteriormente ao realojamento foi outro dos aspectos revelados pelos discursos, sendo que no caso de Jaime se verificou o envolvimento num processo de cedência de instalações para as actividades da Igreja Kimbanguista:

“Depois de muitas audiências, de muitos encontros na Câmara, até que felizmente o nosso caso foi reconhecido(...) Pronto, reconheceram, pronto, e é assim que o nosso fôlego se manteve. E a partir daí continuamos sempre a trabalhar e estamos aqui (...) Vamos organizando o nosso trabalho e as nossas actividades” (E6:xcvii).

Salvuarda-se aqui que o ‘fôlego’ de que nos fala Jaime não pode ser generalizado, se tivermos em atenção que se trata de um líder comunitário, com uma posição já solidificada nos jogos relacionais daquele micro território. Este posicionamento ‘confortável’ permitiu a Jaime nunca perder até aos dias de hoje os sentimentos revelados pelos sujeitos acção, quando nos tentaram exprimir os significados do primeiro impacto da Quinta da Fonte nas suas vidas.

Pode-se concluir que, de acordo com as percepções dos entrevistados, as primeiras vivências naquele micro território apontavam uma série de potencialidades, que, se trabalhadas desde o início poderiam ter resultado num bairro diferente do que é hoje. De facto, muitos dos sujeitos acção deixaram transparecer que no início a Quinta da Fonte era um território ‘sossegado’ e ‘calmo’, onde prevaleciam as boas relações de vizinhança. Outro dos aspectos muito referidos prende-se com a existência, na altura, de estabelecimentos comerciais variados e que com o decorrer dos anos foram sucessivamente encerrando⁶⁹.

Por outro lado, o primeiro impacto do bairro no quotidiano dos sujeitos acção revela também desde logo uma clara diferenciação entre o ‘eu’ e os ‘outros’. Podemos aqui recordar e também constatar que dois dos conceitos que abordámos no capítulo I da dissertação, e que resultam da experiência da urbe, se adequam à realidade da Quinta da Fonte: o de mixofobia – a tensão generalizada provocada pela proximidade com o outro, num meio urbano cada vez mais caracterizado pela diversidade cultural e o de mixofilia – a atracção exercida pela diversidade de oportunidades de uma cidade. A história de vida de dois dos entrevistados (Zita e Aida) revela-nos que a mixofilia e a mixofobia podem coexistir, pois por um lado trocaram um território rural ou de características rurais, que lhes assegurava redes de sociabilidade sólidas, pela promessa de uma vida melhor nos subúrbios de uma grande cidade.

O facto de os entrevistados terem feito questão de vincar bem o seu distanciamento dos ‘outros’ demonstra que os sentimentos de pertença aquele bairro são ténues. Aida (E3:lix) por exemplo afirmou: “Porque nós não temos uma vida igual à de toda a gente daqui, não é?”. Já Virgínia partilhou:

“Mesmo o convívio, não entro aqui nesses cafés assim, conviver como muita gente convive aqui, vive mais o bairro. Não, já não convivo assim. Porque eu já sei, eu

⁶⁹ Na planta do bairro, que se pode observar no anexo I, encontram-se sinalizadas as lojas existentes na Quinta da Fonte, identificados os estabelecimentos comerciais que já existiram e os que se mantêm em funcionamento. Este levantamento foi efectuado para a investigação em conjunto com a Arquitecta Patrícia Carvalho, que actualizou a posteriori o registo cartográfico.

sei...educaram-me assim. Porque essa forma de conviver para mim é esquisita. É uma forma que não me dá segurança a mim. A eles talvez dê” (E1:xxxiii).

Esta diferenciação entre o ‘eu’ ou o ‘nós’ e os ‘outros’ poderá, na nossa opinião ser um dos motivos que desencadeou a forma como o espaço público foi sendo ocupado na Quinta da Fonte e que se constitui como um dos riscos deste território. Consideramos um risco, na medida em que foi verificado através dos discursos, que existe uma circulação limitada no bairro por parte dos próprios moradores e conseqüentemente um fechamento em casa, desencadeado essencialmente por um sentimento de medo dos episódios de violência que frequentemente ocorrem no bairro.

A inexistência de identificação com os grupos que ocupam o espaço público, catapultou outro tipo de inibição que se revela pela proibição às crianças de brincarem na rua: a solidificação de redes de sociabilidade dos filhos com outras crianças do bairro. Este medo tem provavelmente origem na crença que as relações que se estabelecem na rua podem facilitar mais cedo ou mais tarde os comportamentos desviantes, que geralmente são associados à população que reside num bairro social.

Mas qual é afinal a representação actual que os sujeitos acção têm da Quinta da Fonte e quais foram os sentimentos que quiseram revelar no que concerne a esta temática?

Em primeiro lugar destacamos as percepções que foram mais referenciadas pelos entrevistados: o medo e a insegurança que se vive naquele micro território e que domina portanto as representações sobre o bairro. Tal como aprofundámos no capítulo I, estes sentimentos não são exclusivos das pessoas que habitam em bairros sociais, mas sim uma característica das sociedades de hoje, dominadas pela incerteza e pelo risco.

Vejamos então o que sentem hoje alguns dos sujeitos acção relativamente à Quinta da Fonte:

Virgínia: “Viver nesse bairro é complicado, porque esse bairro aqui, não, não dá segurança às pessoas, é complicado. (...) dizia mesmo que não é um local agradável, não é mesmo (...) porque a minha vida é limitada” (E1:xxxiii).

António: “A nível de assaltos (...) a nível de tiros...a gente nunca sabe de onde é que vem uma bala perdida. A nível de sossego...até às tantas da noite...esses grupos grandes que há...é muito perigoso, muito perigoso (...) Isto não é vida para ninguém” (E4:lxvii).

Casimira: “(...) aqui ninguém respeita ninguém. Aqui cada um tem a sua autoridade. Se a gente for a uma loja, ou uma criança for a uma loja, eles roubam as crianças...(...)e a gente sente-se oprimidos, porque eles vão para a rua temos de estar sempre de olhos neles, não é? Porque podem-lhes bater, podem...sei lá, maltratar...uma coisa de repente, uma briga...estamos sempre com esse pensamento, porque aqui neste bairro não há...não há...é vira e volta e está sempre na mesma” (E7:cviii).

Georgette. “Sinto-me triste porque, há um desrespeito já muito grande, né? Ehhe...sinto-me triste por isso, porque na altura quando vim para aqui era muito calmo. A pessoa dormia tranquilamente, mais sossegada. Mas depois vindo mais famílias, os seus costumes, né? A cada pessoa o seu costume e então a pessoa fica assim um bocadinho constrangida” (E5:lxxxiii).

Aida: “Olhe...actualmente, eu espero não morar cá muito mais tempo. Porque ando à procura de casa para sair....isso é o ponto número um...ahhh...não é bem pela vizinhança, é que estou saturada de ver o bairro nas notícias, e meio país conhece-me...em que assim que aparece a Quinta da Fonte na televisão, o meu telemóvel não pára de tocar...Pela insegurança que se vive(...)” (E3:liii).

Apesar do domínio dos sentimentos de medo e de insegurança nas representações actuais sobre o bairro (e observe-se que os depoimentos que acima transcrevemos pertencem a sujeitos acção das três etnias existentes no bairro), e que como vimos são na maioria dos casos impulsionadas pela criminalidade existente e pelo reconhecimento, mesmo que dissimulado, das diferenças culturais, também foram identificadas nas entrevistas manifestações de defesa da imagem do bairro e expressões que demonstram que apesar de tudo a Quinta da Fonte é um território onde ‘há maus’, mas também ‘há bons’. Georgette, por exemplo, declarou:

“É assim, eu acho que as pessoas têm que vir conhecer primeiro o bairro, não é? Têm que vir conhecer o bairro porque o bairro não é, assim mau de todo, não é. Ele é um óptimo bairro, é um bairro que, pronto, tu saís à vontade, entras à vontade mas assim com um bocadinho também de cautela, não é?” (E5:lxxxiv).

Apesar dos esforços de alguns em defender a imagem da Quinta da Fonte, é certo que predominam as representações de um território onde não se quer viver⁷⁰, com ‘mau ambiente’, um ‘barril de pólvora’, onde as diferenças culturais podem eventualmente impedir o desenvolvimento das relações sociais.

Através da entrevista aos sujeitos acção, tentou-se de igual forma compreender até que ponto a representação que ‘os outros’⁷¹ têm do bairro influencia o quotidiano das pessoas que residem na Quinta da Fonte. Concluiu-se que os sujeitos acção pensam que os que não residem no bairro o associam a uma imagem de violência, que poderá gerar um medo generalizado em ir à Quinta da Fonte. Este medo dos ‘outros’ condiciona inclusivamente as relações familiares e de amizade, uma vez que os encontros sociais acabam por ser agendados noutros locais fora do bairro. Observe-se o que nos relataram Zita e Miguel, a título de exemplo:

⁷⁰ As consequências desta representação podem observar-se nos desejos de mobilidade residencial que explorámos no capítulo III.

⁷¹ Entendemos aqui que os ‘os outros’ são todos os que não habitam o micro território em questão. Pretendeu-se captar de que forma os sujeitos acção interpretam o que ‘os outros’ pensam do bairro e logo das pessoas que lá residem.

“Agora não vem ninguém da minha família a minha casa, porque eu tão pouco quero...porque eu tenho medo que mos roubem aqui no meio da rua e que se metam com eles (...). Não, eu é que vou ter com eles” (E8:cxxv).

Miguel chega a convidar os amigos para ir a sua casa, mas a estes convites “Dizem: ‘Olha lá, desculpa lá mas, pra ali eu não vou. Não vou lá! E eu: ‘Ah, mas não há problema, nem sei quê’. ‘Não, mas se quiseres vens tu à minha casa ou vamos a outro lado qualquer, mas à tua casa não vou!’ (...) Já aconteceu isso várias vezes” (E9:cxxxvii).

Consciente da imagem que ‘os outros têm da Quinta da Fonte, Miguel evita referir nas relações laborais o seu local de residência, para que não o coloquem em causa, e segundo o próprio para não ser rotulado de ‘bandido’ ou ladrão’, quando se desloca a casa de algum cliente. Para Casimira as representações dos ‘outros’ relativamente ao território onde vive prejudicam-na por exemplo nas entrevistas de trabalho, afirmando mesmo que existe ‘discriminação pelo bairro’.

Tendo em consideração as dimensões analisadas e mesmo as diferentes perspectivas apresentadas pelos sujeitos acção, importa reter por agora a seguinte reflexão: o realojamento significou uma melhoria na qualidade de vida das pessoas, mesmo que acompanhado em alguns casos do enfraquecimento das redes de solidariedade e de alguns sentimentos nostálgicos relativamente ao quotidiano do bairro anterior. O primeiro impacto das vivências na Quinta da Fonte constitui-se como uma potencialidade que foi desaparecendo com os anos, mudança esta para a qual contribuíram o fechamento em casa, as limitações em viver o espaço público e a imagem de violência e criminalidade que os próprios e os ‘outros’ associam aquele micro território.

Assim, durante os 14 anos deste território ‘com vidas’, as transformações foram-se sucedendo (pese embora às potencialidades se tenham sucedido riscos), importando também conhecer, de acordo com a perspectiva dos sujeitos acção, algumas especificidades actuais dos processos relacionais.

1.3 A Quinta da Fonte hoje: processos relacionais, participação e cidadania.

Tendo como base as reflexões que ensaiámos até agora, podemos afirmar que cada micro território é único, considerando as especificidades dos processos relacionais que nele se constroem, assumindo também diversos contornos ao longo do tempo.

É por isso imprescindível que, ao ser planeado trabalho de intervenção social num bairro como a Quinta da Fonte, sejam tidos em consideração os posicionamentos dos

diversos 'stakeholders'⁷² envolvidos e a força para a acção no jogo relacional em determinado momento. E será que neste jogo se pode considerar que determinado território se encontra 'adormecido'? Maria João Freitas, clarificou o seu ponto de vista quanto a este assunto:

“(…)os territórios podem favorecer, mais, ou menos, o desenvolvimento de determinadas condições, e portanto em função disso, é importante ver como é que eles são desenhados, quais as estratégias prévias que se têm na produção concreta daqueles territórios. Mas a partir do momento em que eles estão conseguidos, a produção dos territórios depende depois da forma como as pessoas se apropriam deles, da forma como se relacionam entre eles, é por isso que há espaços que podem conduzir mais a relações conflituais e espaços que podem prevenir essas relações. Se houver um conflito étnico, o espaço por si só não vai resolver o conflito, pode ajudar a agravar ou pode ajudar a ir resolvendo de uma forma diferente esse conflito. Agora, há territórios que estão adormecidos mas não quer dizer que não haja ali um pulsar de forças que a qualquer momento, não venha a “estalar”. Mas isso é quase ao nível do enquadramento das análises sistémicas. (...) a própria entropia do sistema pode levá-lo quase à morte e num momento desses haver uma sobrevivência desse sistema, haver uma crise qualquer que aparece como uma oportunidade do desenvolvimento das coisas” (EE:vi).

Tendo em consideração esta reflexão, somos de opinião que na Quinta da Fonte verificou-se exactamente este fenómeno referido por Maria João Freitas: os conflitos mediatizados de Julho de 2008 funcionaram como um estimulante que fez 'estalar' uma série de forças neste território que se encontrava (aparentemente) adormecido. E este despertar ocorreu igualmente ao nível da intervenção pública⁷³, que imediatamente introduziu este micro território na agenda política prioritária, facto para o qual contribuiu muito a mediatização e a informação simbólica que circulou sobre o assunto.

Ao nível dos agentes locais, será importante referir que este momento de crise acabou por dinamizar a AMUA⁷⁴, que entretanto se legalizou e formalizou inclusive protocolo com o Contrato Local de Segurança de Loures⁷⁵.

⁷² Tipologia de 'stakeholders' de Mitchell e outros (1997), (citados por Guerra, 2006): 'Stakeholders' adormecidos; dominantes; discricionários; definitivos; perigosos; dependentes; reivindicativos. Cada tipo de actor movimentase depois em diversos níveis de poder, legitimidade e o grau de gravidade/urgência que consegue impulsionar para obter atenção imediata.

⁷³ Sublinha-se que os conflitos mediatizados de Julho de 2008 originaram na altura uma operação concertada entre a Câmara Municipal, o Governo Civil, o Instituto de Segurança Social, e a Polícia de Segurança Pública, principalmente, para além de uma série de instituições do terceiro sector que apoiaram as famílias envolvidas.

⁷⁴ Embora, como já referimos anteriormente, não caiba no âmbito da presente investigação aprofundar as dinâmicas de todos os actores sociais que intervêm e constroem a Quinta da Fonte, consideramos importante referir que a AMUA “é uma associação que tem por objecto a promoção do bem estar de todos os moradores, através de estratégias que visem a melhoria das condições de habitabilidade, sociabilidade e contemplem o apoio e protecção socio-económica.” (Protocolo de adesão da AMUA ao CLSL, 7 Março de 2009).

⁷⁵ O CLSL é um programa promovido pelo Ministério da Administração Interna, pelo Governo Civil de Lisboa e pela CML. O CLS, “tal como o nome indica, é um compromisso contratual, livremente assumido, entre os poderes públicos – Estado, Forças de Segurança, Autarquias – os agentes da sociedade civil e os cidadãos, para a criação de uma nova 'cultura de segurança', assente na cidadania, que a todos obriga e responsabiliza”. (Brochura de divulgação do CLS, 2009).

Retendo para já as potencialidades que foram geradas, importa agora compreender que significados tiveram estes conflitos de 2008 no quotidiano dos sujeitos acção.

Em primeiro lugar podemos referir que os discursos apontaram para uma falta de identificação com os acontecimentos, tendo-se notado que todos eram portadores da sua versão dos factos, cuja responsabilidade é apontada aos 'os outros'. Este distanciamento foi observado em alguma das afirmações dos sujeitos acção, e vejamos a título de exemplo a versão de Virgínia:

“(...)eu tava cá no bairro, aquilo começou um dia antes, começou por volta das quatro por aí...aquela confusão já começou um dia antes, e eu estava aqui dentro de casa mas havia uma festa dos ciganos ali à frente. Eles tinham posto uma tenda e havia uma festa (P). Eu tava aqui dentro de casa e de repente oiço muitos tiros e muita gente a fugir. Baixamos a nossa persiana e esperamos que aquilo acalmasse um bocadinho(P). Aí a polícia veio, e entretanto já havia lá muitos baleados. Naquele tiroteio apareceram muitos baleados, uns sete ou o que é... houve um vizinho aí que é cigano e também foi baleado, o meu vizinho aí foi baleado. Ela vinha com os filhos a chorar. Ele retirou-se ainda por uns dias. Eles praticamente não saíram daí. Eles jogavam, eles estavam a jogar. Ele tinha dias que iam dormir lá com os outros (em frente à Câmara). Isso também ajuda naquilo que eles querem, na troca de casa. Então ele tinha dias que ia dormir lá junto com os outros que estavam lá a fazer aquela confusão e tinha dias que vinha dormir aqui. Até tinha dias que saía bem cedo, passava o dia lá e à noite vinha dormir a casa. Aqui comigo ele nunca teve problemas. (E1:xxxiv-xxxv).

Para além deste distanciamento relativamente aos acontecimentos⁷⁶, foram expressos também sentimentos de medo, algum cepticismo quanto a uma eventual mudança e a opinião de que poderiam aumentar os sentimentos de revolta. Por outro lado houve quem considerasse que estes acontecimentos se constituíram como uma forma de alerta para os problemas que existem no bairro:

“Eu acho que (P) aquilo foi para mim, eu acho que foi, pronto, aconteceu aquilo em parte talvez para despertar mais a atenção aos governantes e às pessoas de que há necessidade de acompanhamento e mais proximidade, como se diz, não é? (...) quando as coisas estão já num nível em que, em que as pessoas (P) comecem a sentir-se em perigo, a partir daí é que as pessoas se preocupam(...)” (E6:xcix).

Foi interessante verificar de que forma os dias subsequentes a estes episódios de violência, ou mesmo quando as forças policiais efectuam rusgas ao bairro, alteram o quotidiano das famílias que ali residem, e que Aida exprimiu da seguinte forma:

“No dia em que houve aí os confrontos durante a noite eu estava a trabalhar. A minha filha ligou-me: “Mãe, passa-se isto assim, assim...há tiroteio lá para cima, o bairro está fechado, tens que te vir embora”. Faltavam 20 minutos para eu acabar o meu turno e simplesmente disse: “É assim, eu tenho que me ir embora, senão depois não

⁷⁶ Salienta-se que a maioria dos entrevistados refreou o discurso quando o assunto dos conflitos era abordado na conversa, e as ideias proferidas tornaram-se menos espontâneas.

entro...quer dizer, entrar entro mas vai ser complicado, pronto, tenho que me ir embora”. Ao outro dia de manhã para sair, e durante uma semana...a gente uma semana para sair, os carros a fechar, mas na boa...o bairro fechado. Quem não deve não teme, não tem problema absolutamente nenhum...É só pelo facto de termos de nos levantar mais cedo, temos que nos levantar mais cedo para o pessoal começar a sair, para chegar a horas ao trabalho. Porque, por exemplo, ninguém saía sem ser revistado, já se sabe que tem que se estar ali carradas de tempo à espera que chegue a nossa vez. Mas isso é a coisa mais óbvia que pode haver...Ehhh...eu, essas coisas não me afectam, sempre achei que isso até deveria ser mais rotineiro do que é, ou seja, que eles deveriam vir cá mais vezes do que vêm, por isso...” (E3:liv).

Como se pode verificar através deste relato de Aida, os episódios de conflitos e violência acabam por se constituir como uma rotina no quotidiano dos moradores da Quinta da Fonte, denotando-se um carácter de ‘normalidade’ para quem os vive e que podem culminar em última instância com o desejo de mobilidade territorial que explorámos no capítulo III.

Através das entrevistas pode-se para além disto confirmar que alguns dos sujeitos acção são de opinião que a mediatização, atribuída pelos media a estes episódios, resultou numa estratégia para os pedidos de transferência de algumas famílias conquistarem as agendas políticas. Virgínia afirmou mesmo: “Há esse aproveitamento sem dúvida...há pessoas que chama a Câmara a dizer que são perseguidos pelos outros e isso aqui não existe” (E1:xxxi).

Por outro lado também se verificou que alguns dos sujeitos acção sentem como positivo o impacto da imagem do território que foi transmitida pelos media, na medida em que divulgou a insegurança que se vive na Quinta da Fonte:

“(...) por um lado foi bom...foi bom, que é para as pessoas verem o que é que...onde é que estávamos metidos. Só que é assim...quem vive aqui, vive com esse medo...uma pessoa não vive aqui tranquila, descansada, não, não...”(Maria, E2:xlili).

Este tipo de visão demonstra que as pessoas sabem que a mediatização de determinada situação pode revelar-se como uma forma de pressão social para a resolução de determinada problemática.

Não obstante, podemos igualmente interpretar através dos relatos que a visão que é transmitida pelos media sobre a Quinta da Fonte estigmatiza, uma vez que estes acabam por se constituir como parte dos jogos de poder existentes: “The news media are important actors in the policy process.(...) the media’s influence goes beyond its ability to pressure policy makers to pay attention to the problems” (Birkland, 2001:88,91). Pela sua importância esta temática será retomada no ponto 2 do presente capítulo.

Para além desta perspectiva, como se revelam afinal na perspectiva dos sujeitos acção os processos relacionais no seio da própria família e no âmbito das redes de vizinhança?

Foi revelado que o quotidiano familiar é vivido essencialmente em casa, pelo que existe uma fraca apropriação dos espaços públicos existentes na Quinta da Fonte, que poderiam ser usufruídos de forma mais intensa pelas famílias. Desta forma, os momentos em família acabam por centralizar-se fora do bairro. No âmbito familiar destacou-se ainda uma acentuada preocupação com a educação dos filhos, que inclui a necessidade de lhes proporcionar momentos de lazer. Quando perguntámos por exemplo a Casimira se tem por hábito ir ao jardim da Quinta da Fonte com os filhos, respondeu-nos:

“Não, não, não...isso não. A gente frequentava porque tínhamos dinheiro para ir comprar um geladinho ou isso, e íamos aqui para o Vasco da Gama, porque são crianças, não é? Aqui para debaixo da ponte, naquele jardim grande que está lá. De vez em quando íamos lá e estávamos lá com eles. Agora ultimamente não temos ido porque também não tem dado. Temos necessidade de certas coisas, e são crianças...depois vêm os outros e também querem. Imagine também você por acaso, dar um geladinho às crianças, também não faz mal nenhum, não é? Se a gente não tem para isso, não vai. Deixamo-nos estar quietos. (E7:cxii).

Ao questionar-se sobre a hipótese de comprar um simples gelado aos quatro filhos, Casimira sabe que este facto não é geralmente bem visto pelas pessoas que trabalham, numa situação em que o casal se encontra desempregado e a usufruir do RSI. A forma como os beneficiários gerem os dinheiros públicos que lhes são atribuídos, será analisada mais à frente.

No que concerne às redes de vizinhança, observou-se um fenómeno interessante: o distanciamento revelado relativamente ao ‘outros’ que residem na Quinta da Fonte dissipase, tendo-se observado nos discursos uma capacidade de organização colectiva para a resolução de problemas de interesse comum, e mesmo a existência de relações de interajuda e amizade com os vizinhos próximos (por vizinhos próximos entende-se aqueles que residem no mesmo lote).

Relativamente a este assunto, destacamos o discurso de Georgette, que nos apresentou o conceito de ‘loja da casa das vizinhas’:

“ Olhe, assim por exemplo, como se fosse família, não é? Tu precisas, eu vou, vou-te ajudar, bates à porta: “Olha, eu quero um saco de açúcar!” E dá cá, pronto (riso). E a vizinha diz: “Ah tá bem...”, É assim, não temos cá essa coisa, ah não, não. De cima para baixo, olha eu quero isto, eu quero aquilo (risos). **Chamamos a loja da casa das vizinhas** e então é assim que a gente nos damos por aqui, porque é assim que se tem que conviver. Porque nós aqui, todos precisamos de todos, não é? Não vamos ficar fechados, não é? Qualquer dia eu posso estar aqui doente e aquela pessoa estar a precisar ou eu estar a precisar e depois vai e diz: “Olha, como é que eu vou-te ajudar se tu não falas comigo?” Não é? Isso torna-se péssimo, mas não, neste prédio aqui todos se falam...” (E5:lxv).

Estas relações de interajuda e de amizade entre vizinhos do mesmo prédio poderão, na nossa opinião, constituir-se como uma potencialidade a ser trabalhada, uma

vez que na maioria das situações os profissionais são procurados quando se verificam situações opostas e mesmo nestes casos para a resolução de relações que já se encontram bastante 'degradadas'.

E é exactamente pelo facto de os profissionais que desenvolvem a sua actividade na área da habitação social serem muitas das vezes solicitados para intervir em situações de crise, que alguns dos sujeitos acção, quando se pretendeu aferir a actual representação sobre o papel dos serviços e do assistente social, afirmaram que os mesmos têm falta de poder e de capacidade de decisão. Foi interessante observar a perspectiva de António:

"Estão limitados (os assistentes sociais). Não por eles, mas tão limitados. É-lhes inculcado que digam: "Não, não, não, não!". Elas fazem, as pessoas aqui nos serviços aqui... o poder lá de cima desce, da Câmara, faz que estas pessoas... sejam... Sejam um pouco...digamos (reflecte)... um pouco psicólogas das pessoas que vêm aqui com ideias e então tiram as ideias às pessoas(...). Antigamente nada disso era coordenado. E as pessoas aqui, neste serviço é assim, inculcaram-nas elas omitirem a verdade. Inculcaram. As pessoas omitem a verdade. Aqui à população, porque as pessoas que vêm aqui são pessoas que não têm escolaridade, são pessoas idosas, são outras pessoas que não têm outros recursos, não sabem ler nem escrever além de serem jovens. Aqui é inculcado... a mentira. Essas pessoas...

RR- Mas quer dar algum exemplo prático, não é com nenhuma situação específica mas, mentira como, tente explicar um bocadinho melhor, se faz favor...

E4- Prometem: "Está em fase de estudo, eh... não há casas!", depois vemos essa situação... não aqui, não passando por aqui mas passando pela Câmara, há transferências ...

RR- Não há igualdade é isso?

E4- Por isso é que eu lhe estou a dizer, que estas pessoas aqui (técnicos da câmara), infelizmente, estão a fazer papel de entre aspas "parasitas"! Porque as mudanças que houve... tudo passa por aqui. Quando é para omitir a verdade é: "Não há casas, só há uma casa na Quinta do Mocho, se queres ir para lá. Neste momento já não há casas, é assim, agora está em fase de estudo. Tá... agora é assim o processo... ou estamos fechados", é tudo assim. Mas depois, depois, há mudanças quando há conhecimentos, porque houve aqui uma família inteira que se mudou sem passar por aqui... Quem é que ficou mal nisso? As pessoas estão aqui a trabalhar no terreno. Estas pessoas que estão no terreno, é que levam com os problemas todos. Às vezes são maltratadas, são ameaçadas. Porquê? Porque vence a injustiça. Isto é uma injustiça (E4:lxiii).

Esta opinião de António acaba por confirmar que reflecte acerca do funcionamento dos serviços, e embora possa não ter uma visão global, está a par acerca da forma como são tratadas as diversas situações sociais e acaba por detectar inclusivamente episódios de desigualdade. Mais, pode rever-se neste discurso, a consciência que existe uma tensão entre o profissional (que não tem poder de decisão) e a instituição que dita as normas e os procedimentos. Se em última análise os canais de comunicação não estão porventura bem definidos e afinados, podem gerar-se representações como as que expressaram os sujeitos acção relativamente aos serviços, nomeadamente de inoperância face aos problemas do bairro, ou mesmo o desinteresse dos profissionais em ouvir os problemas das pessoas.

Quando António afirma que o poder da Câmara desce aos técnicos que estão no terreno, e que estes acabam por 'tirar' as ideias às pessoas, faz-nos reflectir acerca da necessidade de continuar a banir a presença de visões de senso comum que os profissionais acabam por interiorizar acerca dos grupos sociais em presença, levando a uma

forma de intervenção que fortalece ainda mais o estigma a que as pessoas estão já sujeitas, tal como alerta Maria José Queiros (2005). A autora refere mesmo que nestas situações “Em vez de uma prática libertadora ou emancipadora, é uma acção que reitera as visões dominantes sobre os grupos discriminados e, por isso, sem virtualidades para os apoiar num processo de autonomização e aquisição de cidadania”. (Ibidem:376). O facto de serem ténues os hábitos de cidadania pode fazer com que não se conheçam, ou pelo menos se conheçam pouco as formas como os serviços estatais se encontram organizados, e quais são os critérios utilizados para que os benefícios sejam concedidos ou recusados. O testemunho de Virgínia ilustrou bem esta ideia: “(...) elas iam lá, elas punham as leis e eu ia fazer o quê? O que eu pensava é que não tava bem” (E1:xxx).

A dimensão da participação e cidadania foi exactamente outra das dimensões que pela sua importância foi abordada nas entrevistas aos sujeitos acção. Um dos factores que pode ou não condicionar a participação e o exercício de cidadania por parte dos indivíduos é a forma como os espaços urbanos estão organizados, mais concretamente as distâncias entre a habitação e as diversas instituições e serviços, tendo em consideração que as vidas são geridas pela medida solar das vinte e quatro horas⁷⁷.

Verificou-se igualmente através dos depoimentos que existe um reconhecimento generalizado acerca da importância (e da necessidade de apoiar) dos agentes locais no desenvolvimento de potencialidades naquele micro território:

“Eu acho que é bom que haja essas actividades, até deviam ter mais apoio, essas actividades, como a Pastoral dos Ciganos, esses grupos de jovens...deviam ter mais apoio (E7:cxv).

De facto, não podemos deixar de referir que uma das grandes potencialidades da Quinta da Fonte reside exactamente no facto de existirem uma série de agentes locais, que se associam a medidas ou projectos estatais, que se dedicam a desenvolver o seu trabalho com os jovens ou crianças do bairro, como por exemplo o ATL do Secretariado Diocesano de Lisboa da Obra Pastoral dos Ciganos; associações de jovens como a Vitamina C (ligada à paróquia da Apelação) ou a AJA – Associação de Jovens da Apelação. Também o agrupamento de escolas da Apelação dinamiza há vários anos um Clube de Cidadania.

No entanto, com excepção de Jaime, que é membro activo de duas instituições locais e de Aida, que fundou um moto clube (que apesar de não ter actividade no bairro, participa nas redes existentes), os entrevistados não estão envolvidos com os grupos ou

⁷⁷ No capítulo II concluímos que uma das potencialidades da Quinta da Fonte é a proximidade entre os cidadãos e as diversas instituições e serviços, que facilita o exercício de cidadania.

com as associações vivas do bairro: sabem que existem; reconhecem a sua importância, mas na generalidade não participam.

Uma das explicações para este facto pode ser um dos sentimentos que pensamos ter conseguido extrair dos discursos: as pessoas sentem que não estão capacitadas para participar em movimentos organizados e que as suas ideias não são importantes ou válidas para que os outros lhes dêem importância. Virgínia e António expressarem bem estes sentimentos que podem, na nossa opinião, enfraquecer a participação dos 'unofficial actors'⁷⁸ no próprio processo político. Por outro lado, se os filhos participam activamente em associações locais, como nos referiram duas das entrevistadas, captou-se a perspectiva de que este facto valoriza os próprios jovens, pois como opinou Virgínia: "(...) a gente quando tem alguma coisa pa dar aos outros, já é bom, não é?" (E1:xxxv).

Já Maria e Miguel, por exemplo, apesar de terem conhecimento das dinâmicas existentes no bairro, têm de tal forma delineada a intencionalidade de sair que já criaram resistências em quase todas as formas de participação, mesmo no que concerne às festas que acontecem na Quinta da Fonte: "(...) não quis ir, pronto...não me interessou" (E2:xliv). A excepção a esta resistência é a consciência da necessidade de participar nas tarefas que dizem respeito à organização do prédio e que se prendem portanto com os vizinhos mais próximos.

Quando nas entrevistas entrámos no domínio do imaginário social e desafiámos os sujeitos acção sobre o que fariam para mudar o bairro, caso lhes fosse atribuído poder para tal, não faltaram ideias que ilustram a perspectiva de quem habita este micro território. Diminuir o desemprego foi o factor mais referenciado pelos sujeitos acção, pese embora seja curiosa a perspectiva que nos transmitiu uma das entrevistadas, Georgette, mãe solteira, e que nos revelou o porquê de não aceitar qualquer trabalho que lhe surja (neste relato, a importância do trabalho é claramente superada pela necessidade de garantir segurança aos filhos, nomeadamente através da presença regular da figura materna):

"Pois, porque eu tento sempre ter assim um trabalho com um horário que me dê pros meus filhos, – "Para não os deixar..." - "Sim, para não os deixar, porque é assim, sou eu e eles, sou eu e eles, não é? Apesar que o pai está ali, mas o pai está ali, mas está a fazer a sua vida. Sou eu e eles...eu tento sempre ir buscar um trabalho que me dê para lhes dar segurança. Eles quando chegam encontram-me lá (...)" (E5:lxix-lxxx).

⁷⁸ Expressão de Thomas Birkland (2001), que defende que o processo das políticas públicas engloba os 'unofficial actors, uma vez que a sua forma de participação não está formalmente especificada na lei. Este facto, segundo o autor, resulta no facto de que a maioria da população não participa na construção das políticas pelos mais diversos motivos: indiferença, alienação, ou mesmo a crença que outros grupos de cidadãos resolverão determinado problema: este fenómeno pode ser designado por 'free riding'.

A revitalização do comércio do bairro foi outro dos aspectos focados, quer para uma melhoria da qualidade de vida de quem reside na Quinta da Fonte, mas também para que o bairro seja atractivo para pessoas de fora. Alguns sonhos passam mesmo pela criação do próprio emprego no bairro, sonhos estes que nunca se concretizaram por motivos financeiros (Georgette queria ter o seu cabeleireiro e António chegou a tentar montar uma oficina metalúrgica, onde simultaneamente daria formação a jovens do bairro).

E mais ideias surgiram para revitalizar aquele micro território:

“Estas quintas todas que há aqui, olhe, punha as pessoas todas... se eles dessem essas oportunidades. Há aqui um campo tão grande, se houvesse essa oportunidade, pôr as pessoas a limpar as oliveiras todas. Para comercializar as azeitonas, para fazer azeite. Com benefícios de recursos financeiros depois, geridos, para investir no bairro.(...) A pouco e pouco até se comercializava, até se construía um lagar, com pessoas credenciadas, até se fazia azeite! Ocupar as pessoas. Até se vendia com a marca da Apelação!”(E4:lxviii).

A ocupação dos jovens e dos beneficiários do RSI foi da mesma forma muito referenciada, podendo, na nossa opinião, interpretar-se as perspectivas sobre este assunto de duas formas distintas: por um lado, nos discursos subentendem-se algumas características das políticas sociais activas, numa lógica de os sujeitos não se constituírem como receptores passivos dos benefícios, mas contribuírem também com algo neste processo. Indicador desta ideia foram as sugestões de ocupações possíveis dirigidas aos beneficiários de RSI, dentro do próprio bairro, como por exemplo fiscalizar ocupações ilegais ou efectuar pequenas reparações. Esta visão não deixa de ter um carácter punitivo, e esconde talvez a ideia de que os benefícios sociais deveriam ser condicionados a todos os que não se queiram sujeitar a postos de trabalho precários ou tarefas sociais pouco valorizadas. E desta opinião não foram apenas os sujeitos acção activos, mas também aqueles que actualmente são beneficiários de RSI. Constata-se por isso mais uma vez que os próprios sujeitos interiorizam mesmo inconscientemente algumas das mudanças que se têm vindo a concretizar no domínio das políticas sociais. Uma segunda interpretação pode, no entanto, ser atribuída às ideias expressas pelos sujeitos acção: aos beneficiários de RSI é imputado um estado de ociosidade, do qual não lhes interessará sair (como se os mesmos dispusessem de meios, que por opção, lhes permitiriam abandonar a situação de beneficiários), isto é, os indivíduos são responsabilizados pela sua situação de exclusão, “(...) descartando assim os padrões, as empresas e o capital de qualquer responsabilidade por esta situação (...)” (Hespanha et al., 2007: 101).

Por fim, não podemos deixar de salientar uma das aspirações dos sujeitos acção e que é muito valorizada por todos aqueles que a referiram: conseguir viver em liberdade e ter ‘uma vida normal’, como nos explicou Miguel.

Pode-se então concluir que as dinâmicas dos processos relacionais não serão o principal factor que desencadeia os projectos de mobilidade territorial dos sujeitos acção, principalmente tendo em consideração a energia existente para projectos no futuro. O tipo de informação estigmatizante, que sistematicamente circula sobre a Quinta da Fonte, reflecte-se na forma como os próprios moradores encaram o bairro e como aí se sentem para desenvolver os seus projectos de vida. Por este motivo iremos analisar no próximo ponto dois exemplos que ilustram os efeitos que podem advir dos símbolos que circulam relativamente àquele território, que como se viu pela opinião de alguns dos entrevistados era um bairro aprazível quando começou a ser vivido.

2. Os media e o poder de controlar a informação simbólica

(...) é assim, quando não aparece nada na televisão nem nos jornais isto anda ao ‘**Deus dará**’⁷⁹, quando aparece, tentam querer fazer alguma coisa...” (António, E4:lxx).

De acordo com o que foi analisado no capítulo I desta dissertação e assumindo como pressuposto a ideia de Castel (2006)⁸⁰ que “A comunicação é o processo base de toda e qualquer organização social”, considerámos pertinente analisar de que forma a informação mediada pela comunicação social pode influenciar os comportamentos, quer local, quer globalmente.

Assim, na primeira parte deste ponto, analisaremos os dados obtidos através de uma pesquisa que foi efectuada no Google sobre a Quinta da Fonte, bem como os resultados de um estudo que foi desencadeado pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERCS) sobre os conflitos que sucederam em Julho de 2008.

Numa segunda parte e tendo em consideração o impacto que a informação simbólica absorvida pela opinião pública pode ter nas vidas das famílias que residem no micro território em questão, tentaremos analisar pormenorizadamente uma das crónicas de opinião que mais circulou na época (da divulgação das imagens do tiroteio) e com a qual o público em geral se identificou claramente.

O facto de explorarmos com mais pormenor a estigmatização provocada pelo poder simbólico dos media, e que afecta determinado micro território, não significa que se

⁷⁹ “Esta famosa frase serviu originalmente de resposta de quem não queria dar esmolas. Homens duros de coração respondiam aos mendigos que lhes estendiam as mãos: Deus dará. Eles não. Quem dependia da caridade pública ficava em má situação, ao Deus dará. A expressão cristalizou-se de tal forma que, no século XVII, um negociante português que vivia no Recife, de tanto proferir a frase, passou a tê-la acrescentada ao seu próprio nome. Ficou conhecido como Manuel Álvares Deus Dará.” (Histórias de Frases Famosas, www.scribd.com, acedido em 04/12/2009)

⁸⁰ Prefácio da obra “Os Media na Sociedade em Rede”, de Gustavo Cardoso.

pretendam valorizar os riscos que lhe estão associados. Pelo contrário, defendemos que as potencialidades deverão ser cada vez mais os alicerces da intervenção social.

2.1 Descobertas de uma cibernauta sobre a Quinta da Fonte, no Google

No dia 21 de Julho de 2009, imaginámo-nos leigos absolutos sobre a Quinta da Fonte e empreendemos uma busca na internet, através do Google, com o objectivo de responder a uma questão simples: que representações sobre a Quinta da Fonte circulam no mundo global?

A expressão de pesquisa utilizada foi ‘Quinta da Fonte Loures’, delimitada a um ano, tendo sido obtidos 19.500 resultados. (Sublinha-se que estes resultados variam consoante a data em que são efectuados).

Da pesquisa surgiram expressões que foram organizadas numa grelha⁸¹, onde constam os títulos de entrada dos resultados, sendo que apenas alguns dos conteúdos foram aprofundados aleatoriamente.

Quando percorridos 298 resultados, o motor de busca sinalizou o seguinte: “Para mostrar os resultados mais relevantes, omitimos algumas entradas bastante semelhantes às 298 já exibidas”. Optámos por terminar a pesquisa neste ponto, tendo também em conta o seu carácter meramente ilustrativo.

Através do aprofundamento de alguns dos resultados, podemos constatar que a maioria se trata de notícias de órgãos de comunicação social (peças dos vários canais de televisão; imprensa escrita: crónicas ou artigos de opinião, etc.); muitos comentários em blogs e inúmeros vídeos do episódio do tiroteio ocorrido a 10 de Julho de 2008.

Dos resultados que obtivemos com a busca no Google extraímos frases-chave com conotação positiva e frases-chave com conotação negativa, em dois períodos temporais distintos: o primeiro de Julho a Dezembro de 2008 e o segundo de Janeiro a Julho de 2009.

No primeiro caso as expressões que considerámos de conotação negativa referem-se quase na totalidade aos conflitos que ocorreram em Julho de 2008, e são na sua maioria as manchetes utilizadas nas peças dos serviços informativos, que analisaremos mais à frente, e também entradas que apontam para as operações policiais que se sucederam ao

⁸¹ Conferir apêndice nº XVIII

episódio, para o facto de as famílias ciganas se recusarem a regressar ao bairro, detenções de residentes na Quinta da Fonte e inúmeras expressões que aludem aos tiroteios. Mesmo as frase-chave de conotação positiva (em muito menor número que as primeiras), estão directamente relacionadas com os mesmos acontecimentos, desta feita notícias acerca da marcha pela Paz que se sucedeu aos conflitos e reflexos de que o ambiente no bairro está mais calmo e sossegado.

No que concerne ao segundo período analisado (de Janeiro a Julho de 2009), o facto de distar alguns meses da fase de mediatização mais intensa levou-nos a crer na possibilidade de ser encontrada informação com uma carga simbólica menos depreciativa. Não obstante, tal não se verificou: a informação dominante é mais uma vez a violência, confrontos com as forças policiais, rixas, a morte de um guineense, insegurança...

As referências positivas que encontrámos sobre aquele micro território estão directamente relacionadas com os riscos que lhe estão associados⁸², neste caso o arranque do Contrato Local de Segurança de Loures (CLSL) e as histórias jornalísticas do tipo ‘um ano depois’, que revelam as intenções dos moradores em banir imagens de violência e de ressentimentos.

Não esqueçamos que a informação a que tivemos acesso encontra-se disponível em todo o mundo, pelo que qualquer pessoa pode concluir de uma forma induzida⁸³ acerca da identidade da comunidade que reside na Quinta da Fonte.

De facto, num mundo globalizado, e tendo em consideração a velocidade em que circulam os bytes de informação, os acontecimentos deste bairro foram conhecidos internacionalmente, quase em simultâneo, incluindo Angola, como nos relatou Georgette:

“Tanto que até mesmo lá em Angola aquilo foi passado. Sim, sim. Estavam aflitos, o meu primo, não é? O meu irmão disse: “Eh pá, onde tu estás!” (risos), eu disse: “Não, não é assim!” Porque pronto, agora hoje em dia tudo o que dá aqui, também lá vê-se. E então a família lá já estava com medo: “Tu estás num bairro assim!” E eu disse: “Assim, não, não, não é assim!”. “Ah, mas nós vimos, não digas que não, porque nós vimos!”. Eu disse: “Não mãe, mas não é assim. Fica sossegada que as coisas não são bem assim...”. Depois aquilo passou-se...pronto, passou-se...” (E5:lxxxv).

Com efeito, se observarmos a análise da cobertura televisiva dos acontecimentos na Quinta da Fonte⁸⁴, podemos ter uma ideia da projecção que foi atribuída ao assunto e também da forma como as diversas cadeias televisivas o fizeram.

⁸² Isto significa que mesmo as referências com conotação positiva sobre a Quinta da Fonte, relacionam-se de uma forma ou outra com os acontecimentos de Julho de 2008, principalmente as formas que foram encontradas para reagir a este problema.

⁸³ Induzida pelo facto de conter a informação simbólica com o formato determinado pelo poder dos media.

No quadro que a seguir se apresenta pode conhecer-se a cobertura que foi dada aos conflitos na Quinta da Fonte pelos três canais generalistas, no período de 11 a 17 de Julho de 2008:

Quadro 1: Número de peças transmitidas por dia (RTP, SIC, TVI)

Dias da análise	Número de peças sobre os acontecimentos no bairro da Quinta da Fonte
11 de Julho	19
12 de Julho	49
13 de Julho	25
14 de Julho	16
15 de Julho	8
16 de Julho	3
17 de Julho	4
Total	124

(Fonte: Análise da Cobertura Televisiva dos Acontecimentos na Quinta da Fonte, Entidade Reguladora para a Comunicação Social, 2008:5).

Sublinha-se também que este assunto (no segundo dia do período em análise) foi alvo de abertura dos serviços informativos em quase todos os operadores, num total de nove peças apresentadas. Apenas no dia 15 de Julho os acontecimentos na Quinta da Fonte deixaram de abrir os serviços noticiosos.

Para além da transmissão das peças nos serviços informativos, este estudo revela ainda que 40 das 124 peças passadas “tiveram promoção ao longo do alinhamento em que eram transmitidas”. Foi igualmente constatado que 26 das peças que foram para o ar revelaram um “estilo opinativo no discurso jornalístico”, o que no âmbito do estudo em questão é entendido como um discurso construído com base em apreciações valorativas sobre os acontecimentos em si ou sobre os intervenientes nos mesmos. A análise das peças aponta também para a associação a etnias e “expressões tendenciosas e utilização de metáforas”. Como exemplo, pode observar-se o juízo de valor contido numa das peças transmitidas no Telejornal da RTP 1 e reproduzido na RTP N, em que as imagens dos conflitos são acompanhados da seguinte expressão: “ São estas as imagens que chocam o país e onde só se vêem ciganos”.

⁸⁴ Análise efectuada pela ERCS, no período de 11 a 17 de Julho de 2008, na RTP, SIC e TVI, e que incidiu na totalidade de peças destes três operadores com referência aos acontecimentos na Quinta da Fonte. Na análise mencionada foi utilizada como metodologia a “análise do conteúdo manifesto das peças”.

Em quase todos os canais, as peças, independentemente de serem acompanhadas de debates, comentários, ou telefonemas em directo, transmitiram em simultâneo imagens de vídeo do 'tiroteio', captadas por terceiros, sem que existisse uma mediação entre as imagens que estavam a ser transmitidas e o telespectador. Os oráculos que acompanharam as imagens, são também eles próprios sensacionalistas e propensos a juízos de valor. Exemplificamos alguma das frases contidas nestes oráculos: "Imagens impressionantes dos confrontos no bairro da Quinta da Fonte"; "PSP anuncia mais duas detenções e apreensão de 5 armas"; "Estas imagens surpreendem sempre pela sua violência"; "O que aconteceu hoje é motivo de preocupação"; "Imagens chocantes de violência em Loures".

Salienta-se também que os próprios actores sociais, neste caso os residentes na Quinta da Fonte, ao assumirem o seu papel de cidadãos, podem eles próprios utilizar os media como força de pressão para defender os seus interesses e desta forma conseguirem penetrar nas agendas políticas. Este aspecto foi-nos referido por Maria João Freitas (EE:x):

"Mas depois a acção de desenvolvimento, as decisões que são tomadas, condicionam maior abertura ou maior peso, ou maior oportunidade às pessoas de se desenvolverem enquanto cidadãos. E enquanto cidadãos as pessoas podem-se revoltar, depois utilizam os mass media...também há acção política, podem-se pôr na agenda, podem ser mais exigentes, podem ser mais compreensivos, podem participar neste programa colectivo que pode ter sempre uma visão de desenvolvimento futuro...".

Aida, por exemplo, revelou no seu discurso uma consciência clara acerca do poder dos media enquanto forma de pressão e meio para conseguir que determinada problemática alcance o seu espaço nas agendas políticas (para o próprio, o objectivo é, como é óbvio, resolver o seu problema pessoal). Observe-se então o que nos afirmou Aida, depois de alegadamente o seu processo ter sido perdido três vezes, e de lhe terem comunicado que tinha sido excluída do PER (E3:l):

"(...)depois essa Dra. que de simpatia não tinha nada, um dia voltou-se para mim e disse: "Bom...você foi riscada do PER não tem direito a casa...". E eu então disse: "Tudo bem, então a senhora prepare-se, porque eu vou pegar nos meus filhos, vou entrar em contacto com a comunicação social e venho fazer greve de fome aqui para a porta da câmara, mas trago os filhos atrás! (...) "Não! Eu estou-lhe a dar uma escolha, estou a tratá-la bem, não estou a partir para a violência, não é esse o meu estilo. Agora que eu pego nos meus filhos e venho para porta da câmara fazer greve de fome com os meus filhos, mas trago a comunicação social atrás de mim, ai isso eu garanto-lhe que faço!".

Tendo em consideração o que acima foi exposto, e atendendo que se assumiu desde o início da investigação revelar as perspectivas dos sujeitos acção, é essencial analisar agora dois factores: em primeiro lugar, como interpretam a configuração da informação simbólica que foi disponibilizada pela comunicação social; em segundo lugar, que efeitos produziu a mediatização dos acontecimentos de 2008 nas suas vidas.

Relativamente ao primeiro factor, destacamos a posição dos que consideram que a “comunicação social fez muito bem em ter actuado exactamente naquele dia(...) (E1:xxxiv), embora seja reconhecido que não foi a primeira vez que sucedeu no bairro este tipo de episódios de violência. Virgínia, por exemplo, demonstrou ter consciência do poder dos media no que concerne à sua influência na resolução ou agendamento de determinado problema junto do poder público:

“Com a imprensa a pressionar a Câmara, o presidente, é claro que as coisas mudam mesmo, não é? Claro que isso de qualquer maneira mexe...a câmara tem estado a pôr em condições as casas que foram perdidas” (E1:xxxv).

Houve ainda quem considerasse que a comunicação social revelou as verdades e que ainda deveria ter aprofundado melhor os acontecimentos.

Miguel interpreta que a imagem transmitida do bairro, corresponde à representação que tem sobre o mesmo, e justifica a mediatização pelo facto de não ser um acontecimento rotineiro, “(...) não era uma coisa normal, não era uma coisa que aconteça no dia a dia (...)” (E9:cxxxvii).

Não obstante, foi detectado um posicionamento distinto relativamente à forma como a comunicação social tratou a problemática dos ‘troteios’ e à aproximação ou não desta visão à realidade vivida no micro território pelas pessoas que lá residem. A maioria dos entrevistados considera que a comunicação social enfatizou demasiado os factos e que inclusivamente muitas das coisas que foram ditas não correspondiam à verdade. Outra das ideias expressas é que a mediatização dos acontecimentos acabou por despoletar determinados comportamentos em massa, com o intuito de serem atingidos objectivos específicos por uma parte da população⁸⁵. Opiniões houve então que revelam não se justificar o “escândalo” que foi passado, exactamente porque foi utilizado por alguns moradores (os outros) para atingir determinado fim.

É assumido que a Quinta da Fonte é um bairro com problemas, mas tal facto não justifica, segundo Jaime, a “agressividade” que foi utilizada pela comunicação social, e explica a sua posição:

“Este bairro é um bairro que tem problemas. Tem coisas más, mas também tem situações muito boas e porque é que não apareceram? Aí é que está...”. (E6:c).

“(...)foi um grande alarido...” (da comunicação social), remata Casimira (E7:cxiii).

⁸⁵ Interpretamos que estes objectivos se prendem com a pretensão de um grande número de famílias em sair da Quinta da Fonte e que ao longo dos anos não têm vindo a ver deferidos os seus requerimentos de transferência para outro bairro social.

Independentemente do cariz das posições que foram expressas, importa reter que todos os sujeitos acção demonstraram ter uma opinião formada acerca de um fenómeno que marcou o bairro, o que acaba por se constituir como uma forma de cidadania.

Para finalizar a análise deste ponto, quais foram então os impactos que esta mediatização gerou no quotidiano dos sujeitos acção e que mudanças despoletou no próprio micro território, segundo a interpretação dos próprios?

A acção das forças policiais é sem dúvida um dos factores que já se embrenhou no quotidiano das pessoas que residem na Quinta da Fonte, como já ilustrámos no ponto 1.3, com o discurso de Aida.

Já para António o período que se seguiu aos confrontos aumentou sentimentos de insegurança e desertificou as ruas, os espaços públicos, o que projectou uma imagem de desolação. E quis-nos transmitir:

“(...) As pessoas aqui vivem afogadas e também nunca foram ouvidas, nunca conseguiram chegar nem entender as pessoas, porque quem tem poder, quer, pode e manda” (E4:lxxi).

Pudemos igualmente observar nos depoimentos das entrevistas que as imagens que correram mundo conduziram à consciência de que a própria autarquia tem agora uma dificuldade acrescida em realojar novas famílias no bairro, nas casas que se encontram devolutas, pois as pessoas ficaram “chocadas” e “acanhadas”. E Georgette argumentou:

“Bem, dou-lhes a sua razão porque a imagem foi muito feia. Aquilo parecia um Texas (risos) (...)” (E5:lxxxv).

Apesar de tudo, e como também já vimos num ponto anterior, este momento de crise despertou a vontade de melhorar a imagem do bairro e gerou toda uma série de dinâmicas de vários grupos da população, que esperam que o tempo remova a imagem negativa que envolve aquele território, para que a Quinta da Fonte se possa transformar num “bom bairro”.

Mesmo tendo em atenção as potencialidades, quanto tempo será necessário para que se altere uma opinião pública influenciada por crónicas como a que a seguir analisamos?

2.2 Uma crónica que estigmatiza em doze sequências

No decorrer da investigação e em sequência da pesquisa na internet que abordámos no ponto anterior, pudemos constatar que, nos dias que se seguiram aos conflitos na Quinta da Fonte em Julho de 2008, foi produzida uma série de artigos de

opinião, crónicas e reportagens, que proporcionaram a circulação de determinada informação simbólica acerca daqueles acontecimentos.

Dez dias após os já mencionados conflitos, o Jornal de Notícias publicou uma crónica intitulada “Limpeza étnica”⁸⁶, da autoria de Mário Crespo, que, para além de ter sido incluída neste periódico, circulou intensamente no espaço virtual, através de blogs onde se emitiram as mais diversas opiniões ou através de emails acompanhados de expressões, como por exemplo: “Está brilhante...”, ou “Algumas pessoas ainda pensam”, que reflectem uma identificação explícita com o conteúdo da mensagem expresso na crónica. Este facto, tal como já vimos anteriormente, faz-nos lembrar que a informação definida como sendo um recurso de natureza simbólica, para além de implicar uma “capacidade de simbolização”, necessita igualmente de uma “capacidade de descodificação”.

Acontece que nas sociedades pós-modernas a velocidade com que circula a informação e os ritmos acelerados dos quotidianos dos indivíduos poderão não permitir descodificações críticas e reflexivas acerca daquilo que se lê, ou que se vê nos media. As consequências da falta de reflexividade no processo de descodificação da mensagem podem agravar-se quando o fluxo de informação sobre o mesmo tema é intenso, como foi o caso dos confrontos que ocorreram na Quinta da Fonte. Nesta situação, a identificação do receptor com a construção simbólica de um determinado autor pode ser praticamente automática, e determinada opinião pessoal emitida pode passar em pouco tempo a representar a opinião de milhares ou milhões de pessoas.

Esta reflexão levou-nos a ensaiar uma descodificação da crónica “Limpeza étnica”, partindo-se do pressuposto que a forma como está elaborada, não especificando se o seu conteúdo é ou não dirigido a um grupo delimitado, induz quem a lê a concluir sobre toda a comunidade residente no micro território em questão.

Para esta descodificação, baseámo-nos numa técnica de tratamento de conteúdo referenciada e aplicada por alguns autores (Machado Pais, 2001; Guerra, 2006), com base numa proposta de Demazière e Dubar⁸⁷. De acordo com Isabel Guerra (2006), estes autores pressupõem que os dados empíricos são o ponto de partida da teoria, e através desta construção indutiva, identificam três níveis no discurso:

⁸⁶ Integramos cópia da integra da crónica no Anexo II

⁸⁷ Didier Demazière e Claude Dubar (1997), *Analyser les Entretiens Biographiques: l'Exemple des Récits d'Insertion*, Nathan, Paris, referenciado por Isabel Guerra (2006).

- a) Nível das funções: identificação dos episódios ou sequências de um discurso, entendendo-se como sequências "...o conjunto de todas as unidades que descrevem acontecimentos..." (Ibidem:67);
- b) Nível das acções: os actuates, ou seja, identificação dos personagens com intervenção no sistema de relações assinalado nas sequências;
- c) Nível da narração: argumentos utilizados para defender determinado ponto de vista, com o objectivo de convencer um interlocutor.

No quadro nº 2 pode observar-se o resultado da análise de conteúdo à crónica "Limpeza étnica", decorrente de uma adaptação⁸⁸ da metodologia acima descrita.

Quadro nº 2: Análise de conteúdo à crónica "Limpeza Étnica"

SEQUÊNCIAS	ARGUMENTOS	ACTUANTES
1. Relato de Reportagem 1: Um jovem foi assaltado, e um grupo de mulheres vestidas de negro ululavam lamentos	"Perdi tudo!...levaram o Plasma, o DVD, a aparelhagem..	Declarações de um autodesalojado da Quinta a Fonte
2. Interpretação da sequência Anterior	A imagem do absurdo...	...da assistência social em Portugal
3. Informações do Presidente da Câmara de Loures	-Elevada percentagem da população recebe RSI... -...e paga 4 ou 5 euros de renda mensal pelas habitações camarárias	Reforça a imagem do absurdo da assistência social em Portugal
4. Relato de Reportagem 2: Homem jovem mostra casa vandalizada	"Até a TV e a playstation das crianças...", tinham roubado	Morador da Quinta da Fonte
5. Interpretação da sequência anterior	Neste país...dinheiro público não pode continuar a ser desviado para sustentar predadores profissionais	As famílias da Quinta da Fonte
6. A culpa não é só de quem usufrui desses dinheiros	Oportunismos políticos à custa destas bizarras benesses	O poder político
7. O inexplicável	Num país de economias esfrangalhadas, pagam 4 ou 5 euros de renda	As famílias da Quinta da Fonte
8. No fim do mês recebem o Rendimento Social de Inserção	Atinge quantias muito acima do ordenado mínimo	Grupo familiar de 5 ou 6 pessoas (da Quinta da Fonte)
9. T2 e T3 a 4 ou 5 euros mensais	Em zonas onde não haja pretos	Exigência dos beneficiários de tudo e mais alguma coisa

⁸⁸ Considera-se uma adaptação, uma vez que as referências ao método proposto por Demazière e Dubar são exemplificadas com análises a discursos pessoais, não se tendo encontrado a sua aplicação em artigos jornalísticos, e daí a necessidade desta ressalva.

10.O sistema em Portugal não marginaliza comunidades	- É confrontado com manifestações de índole intoleravelmente racista -O país inteiro viu uma dezena de homens armados a fazer fogo na via pública	Grupo de marginais
11.A resposta do Estado (entre os sorrisos da resignação de responsáveis autárquicos e Governo Civil)	Patética distribuição de flores...	...a: -cabecilhas de gangs de traficantes -autodeterminados representantes comunitários
12.Uma guarda de 24 horas arrisca a vida...e actua num parque temático de incongruências socio-políticas	Ganham menos que um desses agregados familiares de profissionais de extorsão	Os defensores do que nos resta de ordem

As sequências destacadas na crónica que agora analisamos reportam-se aos dias que sucederam aos conflitos na Quinta da Fonte em Julho de 2008 e identificam uma série de argumentos e actantes, que pretendem inferir acerca de uma dimensão central: o estado da assistência social em Portugal.

O início da crónica e as suas três primeiras sequências clarificam desde logo a posição do autor, que alerta os leitores para “A imagem do absurdo em que a assistência social se tornou em Portugal...”, ilustrando esta ideia com um paradoxo: por um lado é sabido que uma elevada percentagem das famílias residentes na Quinta da Fonte recebem Rendimento Social de Inserção e pagam quatro ou cinco euros de renda pelas habitações num bairro social. Por outro lado, esta mesma população que “...usufrui...dos fundos constituídos em boa fé para atender a situações excepcionais de carência”, declara publicamente possuir bens ‘dignos de roubo’, tais como playstations, plasmas e aparelhagens (não analisamos aqui a hipótese de esses bens terem sido adquiridos por meios ilícitos).

Importa aqui reter que, independentemente das posições que se possam tomar acerca do destino que é dado pelas famílias aos dinheiro públicos que lhes são atribuídos, supostamente para que consigam aceder a “um padrão mínimo de bem estar”, e da indignação que possa advir do facto de esses dinheiros serem utilizados para a aquisição de bens considerados não essenciais à sobrevivência, existem famílias na Quinta da Fonte que trabalham, e que sem recorrerem a subsídios estatais podem comprar (sem vergonha), os tão mencionados DVD’s, plasmas e playstations. De qualquer forma, averiguou-se junto do Instituto de Segurança Social o número de famílias que residem na Quinta da Fonte e que são beneficiárias de RSI. Com efeito, a 20 de Janeiro de 2010, os dados apontam para 217 famílias deste micro território que recebem esta prestação. Se tivermos em consideração que são 633 os agregados familiares residentes em regime de renda apoiada, não estamos a falar de uma maioria, mas sim de 34 % de famílias que beneficiam de RSI.

Não queremos também deixar de sublinhar que mesmo os pobres (os que, leia-se na crónica, "...recebem o rendimento social de inserção que, se habilmente requerido por um grupo familiar de cinco ou seis pessoas, atinge quantias muita acima do salário mínimo"), estão inseridos na sociedade em rede de que nos fala Castells, e desenvolvem os seus projectos de vida numa era global, como nos elucida Giddens. Então questionamo-nos: será que nas sociedades actuais o padrão mínimo de sobrevivência poderá ser apenas o suficiente para "o pão nosso de cada dia"?

Esta preocupação e mesmo indignação (descodificação nossa) com a forma como as famílias gastam os dinheiros públicos, num país de "economias esfrangalhadas por uma Euribor com freio nos dentes...", como se pode ler na crónica, secundariza, na nossa opinião, um aspecto fundamental que é o emprego.

Concordamos com Giddens (2007: 38-39), quando afirma que "...um modelo social eficaz tem de pôr o crescimento e o emprego na linha da frente...Um alto nível de emprego, mais que um salário mínimo decente, é desejável por mais que uma razão." A principal destas razões, para nós, e acompanhando ainda as reflexões de Giddens, é o facto de só se poder aumentar o dinheiro disponível para investimento social e protecção social, se aumentar também o número de pessoas com emprego (diminuindo simultaneamente, como é óbvio, o número de indivíduos dependentes do Estado).

A propósito deste tema, Casimira, uma das entrevistadas no âmbito da pesquisa, falou-nos das dificuldades que ela e o marido têm tido para encontrar trabalho:

"...mas ele no que compete a arranjar trabalho tem sido muito...ali mesmo muito à procura, só que chega lá: "Tá preenchido!", ou já têm a vaga preenchida, ou porque a escolaridade dele não dá, ou...(E sentem que é discriminação?) Eu acho que é um bocado de discriminação...eu ainda há poucos dias pedi a uma rapariga para me arranjar trabalho e ela voltou-se para mim e disse-me: "Ah, sabe que a patroa não gosta de ciganos!". E eu disse: "Não é preciso dizer que eu sou cigana, não está cá escrito na testa se eu sou cigana!". E ela disse: "Ah, mas não, ela não gosta de ciganos e depois eu estar-te a pôr e depois vocês faltam!". E eu disse: "Como é que vocês hão-de saber se eu vou e que vou deixar de trabalhar! Não... eu quero é trabalhar!". Eu quero é trabalhar...não sei ler nem escrever, mas acho que para as limpezas não preciso disso, que eu já trabalhei e não é preciso nada disso" (E7:cv).

Através do discurso de Casimira pode compreender-se um dos porquês da inevitabilidade de cada vez mais existirem "beneficiários de tudo e mais alguma coisa" (expressão da crónica): a fragilidade do mercado de trabalho acaba por transformar os desempregados, essencialmente os de longa duração, em 'desclassificados', "(...) homens e mulheres que não pertencem a qualquer grupo social legítimo, indivíduos situados à margem de qualquer classe(...)". (Bauman, 2006/2005:20).

As sequências que retirámos da crónica em análise suscitam-nos ainda um outro comentário, recorrendo a algumas das reflexões vertidas no Capítulo II da presente

dissertação: tendo em consideração a definição adoptada de estigma, proposta por Goffman, como "...a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena.", são diversas as expressões utilizadas para caracterizar (entendemos nós), as famílias que residem na Quinta da Fonte de uma forma estigmatizante: "autodesalojados da Quinta da Fonte"; "predadores profissionais dos fundos constituídos em boa fé..."; "beneficiários de tudo e mais alguma coisa"; "grupo de marginais"; "cabecilhas de gangs de traficantes"; "autodenominados representantes comunitários".

Podemos ainda constatar que esta e outras representações sobre as pessoas que habitam na Quinta da Fonte chegam a ser assimiladas pelos próprios sujeitos acção daquele micro território. Observe-se o que nos disse Zita, e que demonstra bem a imagem que tem do bairro onde vive:

"Ainda agora um dia destes eu vinha na camioneta, e uma senhora que vive ali nas vivendas, aquela senhora conhece-me, (já estou aqui há tantos anos) de ir às compras ali à papelaria aqui da Apelação, de me ver ali na farmácia, a mulher sabe que eu moro aqui...estávamos na paragem da camioneta de Sacavém, que eu vou à praça a Sacavém. E ela diz-me assim: "A senhora mora lá ao pé de mim, não mora?". E eu digo: "Sim, olhe eu moro lá no bairro dos ladrões! (Risos)" (Entrevista 8:cxxv).

Como se pode observar, as representações e as construções simbólicas que circulam na sociedade em rede, de que é exemplo a crónica "Limpeza étnica", penetram facilmente na vida quotidiana dos próprios elementos da comunidade, o que acentua um posicionamento claro entre o "eu" e os "outros".

Quanto às respostas do Estado, que no caso dos conflitos da Quinta da Fonte são identificadas na crónica como "uma patética distribuição de flores", passarão por certo pela implementação das "novas políticas sociais novas", tal como as designa Fernanda Rodrigues (2008). Mais importante do que questionar a forma como as famílias gastam os subsídios de que são dependentes é talvez pensar como se vão efectivar as medidas de políticas sociais, que na sua filosofia reivindicam equidade, activação e focalização, só a título de exemplo. A mesma autora lança-nos também uma questão e uma advertência que consideramos fundamentais:

"...qual será o prazo de validade (qual bula de medicamento) destas "novas" políticas sociais? É que há já quem diga que a tremenda mudança de cenário a que assistimos (hoje literalmente de hora a hora) no seio do capitalismo mundial vai/está a exigir "novas" intervenções que, quem sabe, vão precisar do que se tem vindo a aprender das restrições defendidas e implementadas em tempos de restrição (a qual foi não só, mas principalmente, de natureza social" (Rodrigues, 2008:93).

Uma conclusão parece-nos pertinente: a Quinta da Fonte é um micro território que se encontra associado à pobreza e à exclusão social pela opinião pública. E tal como afirma

Bruto da Costa (2007), pode ser decisiva a forma como esta mesma opinião pública compreende e percebe estes problemas. E este autor questiona:

“...quem deve ser responsabilizado pela existência da exclusão social? O excluído, a sociedade ou ambos? E em quem pensamos quando falamos de “sociedade”? Do Estado, da sociedade civil, ou das comunidades locais? Será que cada um de nós, o leitor e eu, temos algo a ver com o assunto? Será que nalguma medida, o problema também é nosso? Não creio que seja fácil responder a essas questões” (Ibidem, 2007:36).

Por tudo isto e tendo em consideração a crónica que analisámos, será talvez necessário que a opinião pública reflecta acerca da sociedade actual, pois será fácil cristalizar todas as ameaças actuais nos que são ou estão rotulados de mais vulneráveis⁸⁹.

Então questionamos: A população pobre que coabita num território estigmatizado (por uma opinião pública de que a crónica analisada é apenas um exemplo) não poderá também sucumbir aos riscos da globalização, como é o caso do consumismo desenfreado? Será talvez necessário pensar numa nova forma de protecção, que implica uma revisão dos já referidos padrões mínimos de bem estar, que considere os efeitos da “democratização quotidiana” de que nos fala Giddens, e a que estamos todos sujeitos (sem excepção).

Podemos concluir, tal como nos adverte Caldeira (2008), ao explorar ideias de Thompson (1992:243), que a mediatização de recursos simbólicos gera situações de dependência a partir do momento em que não são controlados pelos receptores, o que significa em última instância, que em parte, os recursos que se encontram disponíveis para a construção da auto-identidade “(...) e da percepção da realidade não são controlados pelos próprios indivíduos” (ibidem:161).

Para além disto, concordamos com o facto de que cada jornalista acaba por construir a realidade de acordo com o seu sector de actividade, constituindo-se as “malaises sociaux” como alvo preferencial dos ‘furos jornalísticos’ que influenciam a opinião pública, muitas das vezes apresentados de forma dramática, de acordo com o que é considerado comercialmente rentável. (Champagne, 1991).

As reflexões que acabámos de explanar constituem-se apenas como um exemplo dos contornos que podem assumir os jogos relacionais num micro território como a Quinta da Fonte, pelo que o fundamental, na nossa opinião é que não se renuncie às tentativas de compreender as transformações destes bairros sociais, que não são boas experiências de realojamento, mas que existem, e principalmente, são o espaço de vida de pessoas.

⁸⁹ Paradoxalmente a esta cristalização e de acordo com o Eurobarómetro 71, Opinião Pública na União Europeia, da Primavera de 2009, para além da confirmação de uma opinião pública pessimista num contexto de crise económica, constatou-se também que “Os portugueses estão entre os cidadãos europeus que mais acham que a cobertura oferecida pelo sistema de segurança social nacional é insuficiente”.

Pessoas que ao construírem e reconstruírem as suas identidades, na 'organização interna do território', geram redes de solidariedade que respondem às necessidades de sobrevivência e que não se limitam à família, mas que se estendem inclusive aos vizinhos ou aos conterrâneos. Assim, 'Nas situações de vulnerabilidade esta sociabilidade intensa é um recurso que pode ser mobilizado face á carências sofridas'. (Maria José Queirós, 2005:67).

Terminamos desta forma a nossa análise, o nosso ponto de vista, com a consciência de que a maioria das afirmações nos expõem, uma vez que por opção foi evitado o discurso confortável que nos conduziria certamente por um caminho menos sinuoso. O resultado foi uma multiplicidade de encruzilhadas, das quais surgirão novos percursos, numa caminhada que esperamos nunca tenha um fim. E neste processo não esqueceremos por certo as palavras de Manuel Castells:

“Considerando que não há percepção da história para além daquela que nós percebemos, *de um ponto de vista analítico*, não há movimentos sociais “bons” ou “maus”, progressivos ou regressivos. São todos reflexos do que somos, caminhos da nossa transformação, uma vez que a mudança pode levar a uma gama variada de paraísos, de infernos, ou de paraísos infernais. Não se trata de observação meramente fortuita, visto que os processos de transformação social no nosso mundo, frequentemente tomam a forma de fanatismo e violência que não costumamos associar a mudanças sociais positivas. Apesar de tudo, este é o nosso mundo, isto somos nós, na nossa contraditória pluralidade, e é o que temos de compreender e, se necessário, encarar e superar” (1997/2007:XXXII).

Encarar e superar, para que possamos dizer, rematando as palavras com que iniciámos este capítulo: **“Agora sim! Vamos todos lá ter!”** (salvaguardando a liberdade de escolha para este percurso).

CONCLUSÃO

Com a presente investigação, pretendeu-se essencialmente compreender que contornos assume o diálogo entre um território vivido (Quinta da Fonte) e algumas das famílias realojadas no âmbito de uma medida concreta da política social de habitação, o PER, numa perspectiva dos significados atribuídos pelos próprios sujeitos.

Partimos do pressuposto que esta temática adquire pertinência na medida em que os realojamentos massificados em grandes urbanizações se constituem como uma medida falida (por toda uma série de factores que abordámos, mas que não esgotámos), e cujos contornos urge acompanhar e compreender, atentos à incapacidade de em Portugal encontrar outras soluções para a maioria das famílias que já foram inseridas nestes 'quartiers sensibles'. Esta incapacidade advém da urgência e quantidade elevada de realojamentos que têm de ser efectuados, e que origina a opção de reagrupamentos massivos em bairros como o da Quinta da Fonte, a um custo reduzido. Tendo então em consideração a inviabilidade de extinguir este tipo de micro territórios, que estigmatizam, e atentos à dificuldade de concretizar alternativas inovadoras para as famílias que pelos seus próprios meios não conseguem aceder a uma habitação condigna, tornou-se pertinente desmistificar o facto de alguns dos fenómenos que geralmente se associam aos bairros sociais não serem exclusivos dos mesmos, mas também um produto da evolução das sociedades, que afectam todos sem excepção.

Assim, em primeiro lugar salienta-se a importância de os indivíduos conhecerem como são construídas as diversas formas de vida social. Esta reflexividade torna-se essencial nos dias de hoje, tendo em consideração a 'superabundância' dos acontecimentos que caracterizam as sociedades actuais. Em micro territórios como a Quinta da Fonte, em que o processo de modernização se faz sentir mais com a distribuição de riscos do que de riqueza, é fundamental, na nossa opinião, que as histórias individuais assumam a sua importância, dado que é reconhecida a flutuação cada vez maior das identidades colectivas.

É da mesma forma importante compreender que também as pessoas que habitam em bairros sociais gerem as suas próprias necessidades, o que origina oscilações de estilos de vida, que são independentes da classe social e essenciais para a 'constituição da auto-identidade'.

Concluimos da mesma forma, e aqui pactuamos com as ideias de Giddens (1991), que as pessoas, para além de viverem as suas vidas pessoais, têm também de regular da melhor forma possível as transformações que vão sucedendo ao seu redor, pelo que as

circunstâncias externas não devem ser consideradas apenas como um apêndice das vidas pessoais. Por este motivo, faz sentido afirmar que todas as histórias de vida das famílias que residem na Quinta da Fonte contribuem para a construção daquele micro território, e influenciam-se entre elas, mesmo que a opção da maioria seja o fechamento na habitação, tal como verificámos.

As nove trajectórias de vida que analisámos em sede da investigação revelaram infâncias marcadas pela pobreza (mas repletas de vivências positivas); a existência de sentimentos de medo, insegurança e incerteza ou instabilidade familiar, factores que não se constituíram inibidores de estratégias de sobrevivência, cujas especificidades aprofundámos no capítulo III, em muitos dos casos impulsionadas pelo desejo de proporcionar uma vida melhor aos filhos. Destacamos a tendência para a mobilidade territorial (através da emigração, como no caso de Virgínia, Jaime e Georgette, ou a mudança de uma zona rural para a cidade, se observarmos o percurso de Zita), determinada essencialmente pelas oportunidades no mercado de trabalho. Desta forma não foram detectados nos relatos de vida tendências para a dependência crónica de apoios sociais, o que contraria de certa forma a visão actual que cristaliza nos pobres os males gerados pela actual crise financeira, e que exemplificámos com a análise da crónica 'Limpeza Étnica', que revelou uma tendência para a crítica à forma como os beneficiários gerem os dinheiros públicos que lhes são atribuídos, como é o caso do RSI.

Esta foi a razão pela qual explorámos pormenorizadamente o papel dos media (enquanto actores intervenientes nos jogos de poder de um micro território) na construção das representações sobre a Quinta da Fonte, quer pelos que lá vivem, quer pela opinião pública. Os conflitos mediatizados de 2008 foram desta forma exaustivamente mencionados e acabaram por assumir uma centralidade que não pretendemos que se constitua também ela estigmatizante, mas que acabou por ajudar a compreender que é possível as pessoas não se sentirem bem em determinado micro território, não só em sequência das problemáticas mais visíveis, mas também devido à informação simbólica que circula nos media e que é interiorizada pela opinião pública (em todo o mundo, como demonstrou Georgette ao relatar os comentários dos seus familiares em Angola sobre os episódios do bairro onde habita).

Desta forma, parece-nos que, se o desenho e a filosofia das políticas sociais pode homogeneizar um território, ao agrupar uma 'massa' de excluídos (pelo menos no que concerne à incapacidade de aceder a uma habitação condigna pelos próprios meios), também os media e a velocidade com que viaja a informação simbólica contribuem para

esta homogeneização e segregação, que podem encobrir a ‘trama de relações’ que alimentam um espaço, bem como os significados das suas dinâmicas internas.

O realojamento constituiu-se então como o momento em que as nove vidas alvo da investigação foram, na nossa opinião, homogeneizadas pela acção do PER, percurso que na maioria dos casos foi iniciado com energia e motivação para a construção de uma vida melhor, que se puderam depreender através da expressão de sentimentos de felicidade e satisfação, mesmo pelos que revelaram uma resistência inicial à mudança. Atribuído o alojamento (sem que a população tivesse sido ouvida neste processo), as relações entre os sujeitos e a Quinta da Fonte foram distintas, mas, passados pelo menos dez anos, são manifestos os desejos de mobilidade territorial (estratégia de sobrevivência que já tinha sido utilizada na trajectória anterior ao realojamento), que na maioria dos casos é inviável. Constituído-se a mobilidade, como vimos, um dos recursos principais das sociedades de hoje, esta será uma dimensão a integrar de forma pragmática o planeamento e implementação das políticas sociais de habitação, exactamente para que esteja ao alcance de todos.

Num mundo globalizado, a Quinta da Fonte acaba por constituir-se como um território onde se encontra a diversidade, que é quotidianamente negociada à medida que se vão construindo as relações sociais. Através dos discursos dos sujeitos acção, verificou-se que no processo de apropriação do bairro existiu um diálogo e foi produzida uma química entre o que já existia e as novas vidas que ali iam iniciar o seu percurso. Esta química foi percebida não apenas pelo facto de a qualidade de vida ter melhorado com o acesso a uma habitação condigna, mas principalmente pela nostalgia sentida relativamente ao ambiente na Quinta da Fonte no seu período embrionário. Pode-se concluir então que, de acordo com as percepções dos entrevistados, as primeiras vivências naquele micro território apontavam uma série de potencialidades: um bairro ‘calmo’ e ‘sossegado’, onde prevaleciam as boas relações de vizinhança e a existência de estabelecimentos comerciais, que entretanto foram encerrando e que se constituíam fundamentais para a organização da vida doméstica. Recorde-se porém, que o processo de mudança para aquele território também foi acompanhado por um enfraquecimento das redes de solidariedade que existiam anteriormente. Este poderá ser um dos motivos pelo qual não foram raros os sentimentos que exprimiram um desejo de regressar à vida quotidiana anterior.

De qualquer forma, um território só se pode constituir como relacional quando existe uma interacção entre todos os actores sociais envolvidos. Este processo, no caso da Quinta da Fonte, é hoje dificultado pelo facto de as pessoas se manterem isoladas no seu domicílio, evitando ao máximo o usufruto do espaço público. Para alguns dos sujeitos acção

desta investigação, os que passam grande parte do seu tempo na rua são os 'outros', os que não têm ocupação e os que são temidos. Por este motivo, constatámos que os sujeitos acção sentem fortemente nas suas vidas o medo e a insegurança, que como vimos não são sentimentos exclusivos dos 'quartiers sensibles' e que acabam por gerar para além dos 'guetos forçados' como a Quinta da Fonte, os designados 'guetos voluntários'. É o caso dos condomínios privados, que também excluem e impedem relações sociais em que as trajectórias de vida dos mais vulneráveis poderiam ser influenciadas por experiências positivas.

Ora, como vimos, é no espaço público que as relações sociais acontecem e onde se processam as trocas de possíveis potencialidades, que podem produzir um território onde as pessoas se sintam bem e onde queiram estar.

E podemos exemplificar: é na rua e no espaço público que as crianças se sociabilizam e estabelecem laços de vizinhança, e, como verificámos, alguns dos entrevistados com filhos limitam as brincadeiras de rua aos mesmos, essencialmente por questões de segurança. Recorde-se que uma das potencialidades da Quinta da Fonte são exactamente os seus espaços públicos, e o facto de não serem usufruídos constituiu-se como uma das positividade perdidas nas trajectórias de vida dos sujeitos acção. Recordamos aqui, a título de exemplo, que um dos entrevistados em conversa informal relatou-nos que, num encontro de fim de tarde na rua, lhe surgiu uma hipótese de emprego, episódio que ilustra o facto de o espaço público poder-se constituir como uma oportunidade.

No entanto, verificou-se que é persistente a diferenciação entre o 'eu' ou o 'nós' e os 'outros', factor que serviu de obstáculo ao desenvolvimento das relações sociais e ao já referido fechamento da família em si mesma, resultando no que interpretamos ser um ténue sentimento de pertença ao bairro. Esta conclusão observou-se através das interpretações expressas pelos sujeitos acção, dominadas pelo medo e insegurança, mas que revelaram também a noção de que é um território onde 'há maus', mas também 'há bons'. A imagem associada à violência que os 'outros' (exteriores ao bairro) têm da Quinta da Fonte acaba por condicionar as relações familiares e de amizade, como nos relataram os sujeitos acção, e embora a maioria não esconda perante os outros o local de residência, em contexto laboral já sucede o contrário, exactamente para que não sejam efectuadas associações estigmatizantes.

Paradoxalmente, verificou-se um fenómeno interessante no que concerne às redes de vizinhança no prédio: o distanciamento revelado relativamente aos 'outros' que residem na Quinta da Fonte dissipa-se, e os discursos revelaram uma capacidade de organização colectiva para a resolução de problemas de interesse comum, existindo mesmo relações de

amizade e inter-ajuda, como ilustrou a ideia (com contornos de conceito) de ‘loja da casa das vizinhas’, referida por Georgette.

Desta forma, pode concluir-se que o realojamento significou uma melhoria na qualidade de vida das pessoas, mesmo que acompanhado em alguns casos do enfraquecimento das redes de solidariedade e de alguns sentimentos nostálgicos relativamente ao quotidiano do bairro anterior. O primeiro impacto das vivências na Quinta da Fonte constitui-se assim como uma potencialidade que foi desaparecendo com os anos, mudança esta para a qual contribuíram o fechamento em casa, as limitações em usufruir do espaço público, e a imagem de violência e criminalidade que os próprios e os “outros” associam àquele micro território.

A análise da dimensão participação e cidadania permitiu-nos concluir que, apesar do isolamento geográfico deste bairro, uma das suas potencialidades é exactamente a proximidade medida em tempo de deslocação entre os cidadãos e as diversas instituições e serviços que podem proporcionar o exercício da cidadania, como demonstrámos no capítulo II. No que concerne à participação activa nas redes que estão estabelecidas no bairro, Jaime representou os que são membros activos de associações ou comunidades religiosas locais e revelou a existência de energia para a activação destes papéis. Por outro lado, alguns, mesmo reconhecendo a importância do trabalho comunitário, não participam, e nos discursos encontramos uma das possíveis explicações: as pessoas sentem que não estão capacitadas para participar em movimentos organizados e que as suas ideias não são importantes ou válidas para que sejam reconhecidas pelos outros. Estes sentimentos podem enfraquecer, na nossa opinião, a participação dos ‘unofficial actors’ no próprio processo político, pelo que seria importante fazer emergir nas pessoas o sentimento de que são aptas e competentes para intervir activamente nos processos relacionais. A intencionalidade de sair do bairro está de tal forma enraizada na maioria das pessoas que entrevistámos, que este facto por si só pode criar resistências em quase todas as formas de participação, com excepção das tarefas que dizem respeito à organização dos lotes e que se prendem portanto com os vizinhos mais próximos.

Quando nas entrevistas atribuímos poder imaginário aos sujeitos para agir tendo em vista tornar a Quinta da Fonte um bairro melhor, constatou-se que as ideias se multiplicaram, tendo sido o desemprego e a ocupação dos jovens e beneficiários de RSI as dimensões centrais das preocupações. Como vimos, este assunto pode ser interpretado, na nossa opinião, de duas formas distintas: por um lado, nos discursos subentendem-se algumas características das políticas sociais activas, numa lógica de os sujeitos não se constituírem como receptores passivos dos benefícios, mas contribuírem também com algo

neste processo. Indicador desta ideia foram as sugestões de funções possíveis dirigidas aos beneficiários de RSI, dentro do próprio bairro, como por exemplo fiscalizar ocupações ilegais ou efectuar pequenas reparações nas habitações. Esta visão não deixa de ter um carácter punitivo, e oculta talvez a ideia de que os benefícios sociais deveriam ser condicionados a todos os que não se queiram sujeitar a postos de trabalho precários ou tarefas sociais pouco valorizadas. E desta opinião não foram apenas os sujeitos acção activos, mas também aqueles que actualmente são beneficiários de RSI. Constata-se por isso mais uma vez que os próprios sujeitos interiorizam mesmo inconscientemente algumas das mudanças que se têm vindo a concretizar no domínio das políticas sociais. Uma segunda interpretação pode, no entanto, ser atribuída às ideias expressas pelos sujeitos acção: aos beneficiários de RSI é imputado um estado de ociosidade intencional (como se dispusessem de meios e opções para abandonar a situação de exclusão em que se encontram). Os indivíduos são responsabilizados desta forma pela sua situação de exclusão, “(...) descartando assim os padrões, as empresas e o capital de qualquer responsabilidade por esta situação (...)” (Hespanha et al., 2007: 101).

Partindo do pressuposto que é a uma escala local que acontecem os problemas e que surgem também as estratégias para os solucionar, seria pertinente uma análise territorializada numa perspectiva dos sujeitos, acerca da forma como têm vindo a ser concretizada esta activação, já que em última instância as pessoas deveriam ser as protagonistas dos seus próprios projectos de vida e o que se verifica acaba por ser uma reprodução do ‘idêntico’ e a multiplicação do fenómeno ‘free riding’⁹⁰.

O território assume então diferentes “interfaces”, que demonstram a sua complexidade, e que devem ser representados nas políticas públicas, especialmente nas sociais, mas também nas políticas da cidade, uma vez que permitem uma visão global da questão social. A “dimensão territorial” pode então introduzir renovação para a concepção de políticas sociais, na medida em que não se restringe às necessidades dos indivíduos, focando-se nas relações que os mesmos estabelecem com o seu quotidiano.

Atentos a esta dimensão e promovendo um contacto de proximidade, poder-se-ão encontrar as ferramentas necessárias para que os profissionais se constituam cada vez mais obreiros e não só executores das políticas sociais (neste caso o profissional que ‘dá a casa’). Contudo, a utilização destas ferramentas deverá implicar um olhar para as pessoas

⁹⁰ Tal como já referimos anteriormente, este fenómeno resulta do facto de a população não participar na construção das políticas, em parte devido à crença que outros grupos de cidadãos resolverão determinado problema, cuja solução abrangerá todos.

por aquilo que são e não por aquilo que não são. Este processo deverá também ter em consideração a necessidade de se estabelecer uma relação de confiança entre os cidadãos e o poder público: na investigação pudemos constatar que as pessoas conhecem vagamente a intervenção pública, e daí a necessidade de aperfeiçoar estratégias de comunicação que estimulem a própria cidadania.

Atrás referimos que acontecimentos mediatizados como os de Julho de 2008 podem estigmatizar um território, no entanto verificámos também que este tipo de crises podem funcionar como estimulante e desencadear uma série de forças (no capítulo IV detalhámos este fenómeno) num bairro que se podia encontrar aparentemente adormecido. Salienta-se porém, que os próprios actores têm também consciência que a mediatização de determinado acontecimento pode abonar em seu favor, uma vez que conquista um lugar nas agendas políticas. Por isso, apesar de tudo, neste momento a Quinta da Fonte é um micro território desperto, repleto de dinâmicas; como se pôde observar no âmbito desta investigação, sendo que os acontecimentos de Julho de 2008 estimularam ou reforçaram o trabalho de desenvolvimento local comunitário, quer por parte do poder público, quer por parte dos actores sociais, individual ou colectivamente considerados. Mas de que forma e quem está a conduzir esta dinâmica, qual a força de possíveis movimentos de contra-estigmatização? A resposta a esta interrogação fundamenta, nessa perspectiva, a necessidade de a Quinta da Fonte, num futuro próximo, se constituir alvo de uma abordagem que aprofunde técnicas de “análise das estratégia de actores” (Guerra,2006), bem como a definição dos tipos de ‘stakeholders’ envolvidos no sistema de acção. Esta poderá ser uma forma de fazer com que outras famílias tenham vontade de fazer deste bairro o seu território de vida.

Em sequência das transformações da sociedade, é cada vez mais necessário pensar as formas de planeamento, o que implica que os profissionais dominem técnicas e métodos inovadores. Isto acontece porque vão surgindo novas formas de decisão e também de acção colectiva, que exigem uma crescente reflexividade de todos os actores envolvidos, o que nos conduz para a importância de um ‘duplo empowerment’, como abordámos no capítulo IV.

Uma questão (que há muito nos acompanha) é referenciada por Isabel Guerra (Ibidem): Como são identificados os interesses dos excluídos, que, por definição, não têm representação? Permanece em aberto a necessidade de aprofundar uma resposta a este dilema, que iria por certo alterar também as formas de intervenção social. Aqui consideramos que é clara a necessidade de uma verdadeira governança urbana, uma estrutura de coordenação entre agentes que permita a existência de uma lógica de partilha

de poderes, que na nossa opinião ainda não foi conseguida. Para isso, consideramos que os ciclos eleitorais não podem continuar a proporcionar a intermitência dos projectos sociais, que põe em causa a sustentabilidade dos programas.

Esta convicção direcciona-nos para a necessidade de transformar políticas 'balísticas' em políticas reflexivas: o facto de os grupos de excluídos serem os alvos preferenciais das políticas sociais (para em parte as medidas "mostrarem trabalho"), pode provocar revolta nos "invisíveis", por se sentirem excluídos das intervenções prioritárias. Por outro lado, não seria benéfico para os protagonistas destes territórios sensíveis viver o seu quotidiano sem o peso deste estigma que sobre eles paira ininterruptamente?

Considerando que no Capítulo I analisámos quais são as tendências actuais das políticas sociais de habitação, e que passam (embora ainda no papel), pela implementação do PEH, consideramos essencial que seja acompanhado este processo, com o objectivo de reduzir a distância que ainda existe entre a filosofia das leis e a sua implementação efectiva junto dos seus destinatários.

Concluimos portanto que esta é uma distância que urge encurtar, assumindo o Serviço Social relevo na concretização desta tarefa, na nossa opinião de elevado grau de dificuldade. E como se podem operacionalizar contributos que aproximem cada vez mais as políticas e a sua aplicação na realidade?

Um dos possíveis caminhos, que consideramos fundamental trabalhar, inclusivamente na área da habitação, é a expansão de hábitos de avaliação. Num estudo académico desenvolvido em Abril de 2008⁹¹, e tendo como referência as dezoito autarquias da Área Metropolitana de Lisboa, pudemos concluir que não existe uma cultura de avaliação sistemática das políticas ou dos programas de habitação.

São desenvolvidas, sim, avaliações periódicas (trimestrais, semestrais ou anuais) das medidas ou programas em sequência dos planos de actividades municipais, o que se traduz numa visão fragmentada dos efeitos dos mesmos. Só através de uma avaliação sistemática, que incentive a participação, se conseguirão "séries históricas" que permitam detectar se determinado programa está a gerar ou não os efeitos esperados.

Os profissionais que trabalham no terreno, e aqui não estamos apenas a referir-nos à área da habitação social, sentem por certo o peso e a dureza do trabalho diário, seja pela complexidade das histórias de vida das pessoas alvo de intervenção, seja pelas exigências burocráticas que tanto absorvem e tão pouco tempo deixam para a reflexão. Justifica-se por

⁹¹ Pode observar-se grelha de análise deste estudo no apêndice nº XX.

isso, tal como sugeriu Aldaíza Sposati, na sua visita a Portugal em Março de 2008⁹², criar “supervisões de apoio e de restauração do desgaste dos recursos humanos” que, entre outras medidas, suportem a base científica do Serviço Social.

Só é possível uma construção colectiva dos territórios relacionais se for revertida a tendência de um Serviço Social “de gabinete”, o que implica a necessidade de os profissionais viverem cada vez mais o território em todas as suas dimensões, palco dos processos de exclusão e inclusão social. Nesta perspectiva faz todo o sentido desenvolver uma “prática contextualizada” e uma “prática ética e politicamente vinculada aos interesses dos mais desprotegidos no processo social”, tal como defende Maria José Queirós (2005).

As opiniões de alguns dos entrevistados permitiram-nos interpretar que a acção profissional ainda é pautada através do encaixe das problemáticas “em respostas pré-determinadas”, muitas das vezes casuísticas, imediatistas e pontuais (Marília Andrade, 1995), como tão bem nos ilustrou António, e que demonstra existir alguma dificuldade em compreender a mediação que o profissional efectua entre o poder político e as pessoas, pelo que as frustrações, quando existem, acabam por ser personalizadas em quem comunica as ‘regras do jogo’. A mediação que os profissionais estabelecem entre o poder político e a população não é compreendida, pelo que em muitos casos a revolta com a inevitabilidade das orientações políticas é transferida para o profissional, ou seja, aquele que é real. Por outro lado, o empenho do assistente social também é reconhecido, mas sempre com uma nota de submissão ao poder que detém, neste acaso o profissional que “dá a casa”.

É um facto que nos serviços de habitação continua a ser solicitado aos profissionais de Serviço Social, bem como de outras áreas das Ciências Sociais, a implementação de programas ou projectos (quando existem) estabelecidos de acordo com os objectivos estipulados para a unidade orgânica, objectivos estes que muitas das vezes retiram aos profissionais um bem que consideramos fundamental: tempo para estar e para sentir o quotidiano da população com quem trabalham.

Por tudo o que concluímos, e independentemente dos que afirmam convictos a falência dos processos de realojamento, acreditamos que os profissionais, munidos de ‘saber-fazer’ que lhes permita o domínio de instrumentos inovadores, podem contribuir para que os micro territórios como a Quinta da Fonte voltem de novo a ser um ‘espaço de vida’ onde as pessoas se sintam bem. O grande desafio é por isso na nossa opinião a

⁹² Conferência subordinada ao tema “Riscos e vulnerabilidades sociais, desafios para a protecção da cidadania no terceiro milénio”, proferida no dia 1 de Abril de 2008, na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

reconquista do gosto pelo bairro, que se constituiu como uma das potencialidades dos primórdios daquele bairro, segundo o que descortinámos nos relatos dos sujeitos acção. Para isso é fundamental abordar a Quinta da Fonte, não como um mero bairro social, mas como um micro território relacional, onde se produzem poderes e gerem autonomias, num jogo de proximidades cujos protagonistas, para além das pessoas, são também os agentes locais, o poder público ou os próprios media.

Concentrados ainda nos percursos dos sujeitos acção e nas suas ideias e sentimentos em relação à Quinta da Fonte, somos de opinião que nos encontramos perante um bairro alvo do que consideramos serem (ainda) políticas de habitação social dirigidas aos que residem em barracas (dado que o PER não se encontra concluído), pautada pela acção dirigida a uma massa homogénea de indivíduos, numa lógica 'top down'. Assim, defende-se uma verdadeira política social de habitação que assegure o direito a uma habitação condigna, cada vez mais próxima das políticas da cidade, privilegiando a individualização, os projectos de vida, a governância, o 'duplo empowerment' e a mobilidade territorial⁹³.

'Trajectórias de inclusão ou de exclusão?', interrogámo-nos no título da dissertação...O processo de pesquisa indicou ser uma questão de resposta complexa, mas avançamos com algumas reflexões:

O realojamento incluiu estas famílias num grupo de beneficiários aos quais foi conferido o direito de acesso a uma habitação condigna. No entanto, e considerando que a habitação é um bem de carácter simbólico que a própria sociedade urbana impõe como norma de integração (Clavel, 1998/2004), podemos considerar os moradores da Quinta da Fonte como excluídos do direito de escolher o seu alojamento e respectiva localização, uma vez que o Estado lhes garantiu um direito fundamental, mas condicionado aos recursos disponíveis.

No que se concerne ao mercado de trabalho, verificámos ser uma dimensão central, e mesmo quando as políticas públicas agem sobre esta problemática, transformam os beneficiários das medidas em 'profissionais da extorsão', perante a opinião pública. As estratégias de sobrevivência, reveladas nos percursos anteriores ao realojamento, estagnaram, e quer as políticas quer os sujeitos excluem-se da possibilidade generativa de novas oportunidades proporcionada por exemplo pela mobilidade territorial e habitacional. Por isso puderam ser observados alguns dos efeitos 'desestruturantes' do desemprego

⁹³ Esta ideia encontra-se esquematizada em duas figuras no apêndice XXI.

(principalmente observados pelos entrevistado nos outros), tal como o desaparecimento dos ritmos quotidianos impostos pelo trabalho, que estruturam a personalidade no espaço e no tempo, a falta de estatuto social, e o enfraquecimento da rede de relações.

Um dos indicadores de exclusão presentes na Quinta da Fonte e que abordámos aprofundadamente, uma vez que não é quantificável, mas sim de ordem simbólica é o resultante de uma imagem social estigmatizante construída através das representações que os indivíduos fazem de si próprios e dos outros. Este tipo de exclusão foi claramente demonstrada pelos sentimentos dos sujeitos acção, pela percepção que os mesmos têm da representação dos 'outros' sobre quem vive na Quinta da Fonte, e pela imagem que é construída através da informação simbólica transmitida pelos media e que influencia a opinião pública.

Acima de tudo são trajectórias incluídas numa sociedade global, repleta de oportunidades, riscos e influenciadas pelas especificidades de todos os que se movimentam na urbe. O principal ruído que perturba o diálogo entre este território e as famílias realojadas, foi na nossa opinião identificado: a Quinta da Fonte é um bairro onde não se quer estar, uma vez que as energias para a construção do futuro, que se verificou existirem, canalizam-se para outras formas de habitar.

Depois de todas as considerações que tecemos, não podemos deixar de concordar com uma reflexão de Guy Di Méo (1996:48), que traduz uma forte convicção que emergiu desta investigação:

“Les théories restent de strictes représentations du réel, des vues de l'esprit, des grilles de lecture appliqués sur le monde. Il s'agit d'outils modifiables, améliorables, interchangeables, mais néanmoins indispensables pour notre connaissance des territoires du quotidien”.

Para finalizar, uma última reflexão: as pessoas que aceitaram colaborar na nossa investigação expuseram-nos as suas vidas com uma naturalidade marcante, o que denuncia a consciência, adormecida ou não, que a sua condição por si só merece ser estudada. Esta ideia inquietou-nos (e ainda inquieta) no decorrer do processo, tendo-nos questionado por diversas vezes: “Qui suis-je pour interpréter?”⁹⁴. Assumimos, porém, toda a responsabilidade que acarreta o orgulho científico de que nos fala Humberto Eco (1977/2007).

Por isso acreditamos que este percurso terá valido a pena e promoveu mudanças, e a principal (excluindo os sonhos utópicos de mudar o mundo que ainda nos vão movendo) será por certo uma prática profissional mais consciente e pró-activa, alicerçada

⁹⁴ Título de um artigo de Pierre Paillé (2006). pp.99-121

essencialmente num Serviço Social de resistência à alienação (de todos os actores que constroem os micro territórios).

Nunca esquecendo que a verdadeira missão do Serviço Social é a justiça social, justifica-se cada vez mais que os profissionais se apetrechem de instrumentos, ousadia e de um espírito prepositivo para que se descubram novos caminhos (de inclusão) alternativos aos já pré-definidos trilhos de “carneirinhos”, cujo tráfego, quanto a nós, é ainda demasiado intenso.

BIBLIOGRAFIA

- American Psychological Association.(2007). *Publication Manual of the American Psychological Association*. Washington, DC: Author.
- Almeida, L.S. & Freire, T. (1997). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação*. APPORT: Coimbra.
- Andrade, M. (1995). *O Estado, a Sociedade e a Questão da Habitação em Portugal – 1960/1976*. In *Intervenção Social. Serviço Social e Sociedade*. Ano V. nº11/12. Instituto Superior de Serviço Social.
- Andrade, M. (1993). *Serviço Social, Habitação e Autarquias: Movimento e Liames da Prática e da Teoria*. In *Intervenção Social*. Ano III. Nº7. Instituto Superior de Serviço Social.
- Ascher, F. (1998). *Metapolis. Acerca do futuro da cidade*. Oeiras: Celta Editora. (Original publicado em 1995).
- Augé, M. (2005). *Não Lugares. Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*. Lisboa: 90 Graus Editora. (Original publicado em 1992).
- Bardin, L. (2006). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70. (Original publicado em 1977).
- Bauman, Z. (2006). *Confiança e Medo na Cidade*. Lisboa: Relógio D'Água. (Original publicado em 2005).
- Beck, U. (2004). *Cosmopolitan Vision*. Cambridge: Polity Press. (Original publicado em 2004).
- Beck, U. (2000). *La Sociedad del riesgo global*. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores. (Original publicado em 1999).
- Beck, U.; Gidens, A.; Lash, S. (2000). *Modernização Reflexiva- Política, Tradição e Estética no Mundo Moderno*. Oeiras: Celta Editora. (Original publicado em 1994).
- Beck, U. (2002). *La Sociedad del riesgo. Hacia una nueva modernidad*. Barcelona: Paidós Ibérica. (Original publicado em 1986).
- Bilhim, J. (2008). *Políticas Públicas e Agenda Política*. In *Revista de Ciências Sociais e políticas*. Nº2. Primavera 2008. Instituto Superior de Ciências Sociais e políticas.
- Birkland, T. (2001). *An Introduction to the Policy Process: Theories, Concepts, and Models of Public Policy Making*. Armonk, NY: M.E. Sharpe.
- Blackie, N. (2000). *Designing Social Research*. Cambridge: Polity Press.
- Bonetti, M. (2005). *A Generative Approach to the Development of European Cities in the face of Globalization*. Paper for the plenary session of the ENHR internacional conference, "Challenges and Innovations". Reykjavik, Iceland. (29 June-3 July 2005).

- Brant de Carvalho, M.C. (2009, 22 Janeiro). *Políticas Públicas e Trabalho Social: Polémicas em Debate*. Conferência apresentada na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa: Mestrado em Serviço Social e Política Social da ULHT.
- Brant de Carvalho, M.C. (2009, 4 Dezembro). *Família e Vulnerabilidade na Sociedade Contemporânea*. Conferência apresentada na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa: Mestrado em Serviço Social e Política Social da ULHT.
- Cabo, A.I. (2008). *Os novos movimentos sociais e os media. Os movimentos antiglobalização nas páginas do Público*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Caldeira, C.R.P. (2008). *A Representação Noticiosa das Minorias Sexuais. Um contributo para a Questão Identitária*. In Pissara Esteves, J. (org.) (2008). *Comunicação e Identidades Sociais*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Calvino, I. (2002). *As Cidades Invisíveis*. Lisboa: Editorial Teorema. (Original publicado em 1990).
- Câmara Municipal de Loures. Divisão Municipal de Habitação. Grupo de Estudos Sociais. (2004). *Estudo Sociológico da População Residente em Bairros Municipais*.
- Cardoso, G. (2006). *Os Media na Sociedade em Rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Carmo, R.M. & Simões, J.A. (org.). *A Produção das Mobilidades. Redes, Espacialidades e Trajectos*. (2009). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Castel, R. (2003). *L'insecurité social: Qu'est-ce qu'être protégé?*. Paris. Éditions du Seuil et La République des Idées.
- Castells, M. (2007). *A era da informação: Economia, Sociedade e Cultura. O poder da identidade*. Volume II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (Original publicado em 1997).
- Castells, M.(1983). *La question urbana*. Madrid: Siglo XXI Editores. (Original publicado em 1972).
- Champagne, P. (1991). *La construction médiatique des "malaises sociaux"*. Actes de la recherche en sciences sociales, année 1991. Volume 90. Numéro 1. <http://www.persee.fr>, em 24/05/2009.
- Clavel, G. (1998). *A Sociedade da Exclusão, Compreendê-la para dela sair*. Porto: Porto Editora.
- Correia, J.C. (2008). *Identidades e Realidades Múltiplas: Os Estranhos no Meio de "Nós"*. In Esteves, J.P. (Org.). (2008). *Comunicação e Identidades Sociais*. Lisboa: Livros Horizonte.

- Costa, B. da (1999). Direitos Sociais e Políticas Sociais. In Módulos PROFISS. Lisboa: IEFEP e IGFSS/MTS e SEEF.
- Crespo, M. (2008). *Limpeza Étnica*. Jornal de Notícias. 21 de Julho.
- Cresswell, T. (2009). Seis temas na produção das mobilidades. In Carmo, R.M. & Simões, J.A. (org.). *A Produção das Mobilidades. Redes, Espacialidades e Trajectos*. (2009). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Di Méo, G. (dir.). (1996). *Les Territoires du Quotidien*. Paris: L'Harmattan.
- Davis, M. (2006). *City of Quartz. Excavating the Future in Los Angeles*. London, New York: Verso. (Original publicado em 1990).
- Dominelli, L. (2005). *The Challenges of Globalisation and Harmonisation for European Social Work Education*. In Campus Social. Revista Lusófona de Ciências Sociais. 39-49.
- Dominelli, L. (2004). *Social Work: Theory and practice for a changing profession*. Cambridge: Polity Press.
- Domingues, A. (1994/5). *(Sub)úrbios e (sub)urbanos – o mal estar da periferia ou a mistificação dos conceitos?*. In Revista da Faculdade de Letras – Geografia. I Série, Vol. X/XI. (pp. 5/18). Porto
- Eco, H. (2007). *Como se Faz uma Tese em Ciências Humanas*. Barcarena: Editorial Presença. (Original publicado em 1977).
- Entidade Reguladora para a Comunicação Social. (2008). *Análise da Cobertura Televisiva dos Acontecimentos na Quinta da Fonte (Período de 11 a 17 de Julho na RTP, SIC e TVI)*. Unidade de Monitorização.
- Esteves, J.P. (2007). *A ética da comunicação e os media modernos. Legitimidade e poder nas sociedades complexas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Esteves, J.P. (Org.). (2008). *Comunicação e Identidades Sociais*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Faleiros, V.P. (2001). *Desafios do Serviço Social na Era da Globalização*. In 100 Anos de Serviço Social. Coimbra. Quarteto Editora, 316
- Faria, C.V. (2009). *As Cidades na Cidade. Movimentos Sociais Urbanos em Setúbal 1966/1995*. Lisboa: Esfera do Caos.
- Ferreira, A.F. (1994). *Habitação Social: Lições e Prevenções para o PER*. In Revista Sociedade e Território. Nº20, Abril 1994: Edições Afrontamento.
- Fleury, S. (2004). *Espaço, Território e Cidadania: A Cidade dos Cidadãos*. Trabalho apresentado no Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra. 16-18 Setembro.
- Flick, U. (2005). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Lisboa: Monitor. (Original publicado em 2002).

- Fook, J. (2002). *Social Work. Critical Theory and Practice*. London: SAGE Publications.
- Fragoso, A. (2004). *Os Significados do Território na Perspectiva do Desenvolvimento. Para uma Análise dos Problemas e Tensões Actuais*. In *Cidades - Comunidades e Territórios*. Nº 8. Junho 2004. Centro de Estudos Territoriais. ISCTE.
- Francisco, D. (2007). *Territórios chamados desejo: Da largueza dos conceitos à contenção das experiências*. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Nº77. Junho 2007. (pp.165-199).
- Freitas, M.J. (2001). *Habitação e Cidadania. No trilho da complexidade de processos relacionais generativos*. Dissertação elaborada no Laboratório Nacional de Engenharia Civil para obtenção do Grau de Doutor em Sociologia. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Giddens, A. (2007). *A Europa na Era Global*. Lisboa: Editorial Presença.
- Giddens, A. (2000). *Dualidade da Estrutura. Agência e Estrutura*. Oeiras: Celta Editora. (Original publicado em 1979).
- Giddens, A. (1995). *As Consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta Editora. (Original publicado em 1990).
- Goffman, E. (1988). *Estigma. Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC- Livros Técnicos e Científicos Editora. (Original publicado em 1963).
- Guerra, I. (2006). *Participação e Acção Colectiva. Interesses, Conflitos e Consensos*. Estoril: Principia Editora.
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo. Sentidos e formas de uso*. Estoril: Principia Editora.
- Guerra, I. (1994). *As Pessoas não são Coisas que se Ponham em Gavetas*. In *Revista Sociedade e Território*. Nº20, Abril 1994: Edições Afrontamento. (pp.11-16).
- Guerra, I. (1993). *Modos de Vida. Novos percursos e novos conceitos*. In *Sociologia. Problemas e Práticas*, nº13. (pp.59-74).
- Guibentif, P. (2005). *Avaliação e Reflexividade. A Prática da Sociologia na "Terceira Modernidade"*. In *"Cidades Comunidades e Territórios"*. Centro de Estudos Territoriais, nº 10.
- Hespanha, P.; Grilo, P.; Rodrigues, S.& Sousa, L. (2007). *Famílias Pobres: Desafios à Intervenção Social*. Lisboa: Climepsi.
- Hill, M.& Irving, Z. (2009). *Understanding Social Policy*. West Sussex: Wiley-Blackwell. (Original publicado em 1982).

- Iturra, R. (2007). *Trabalho de Campo e Observação Participante em Antropologia*. In Metodologia das Ciências Sociais. Edições Afrontamento: Porto. (Original publicado em 1986).
- Koga, D.(2003). *Medidas de Cidades, entre territórios de vida e territórios vividos*. São Paulo: Cortez.
- Le Corbusier. (2008). *Maneira de Pensar o Urbanismo*. Mem Martis: Publicações Europa-América.
- Martinelli, M.L. (org.). (1999). *Pesquisa Qualitativa. Um Instigante Desafio*. São Paulo: Veras Editora.
- Montaño, C.E. (2010). *O Serviço Social frente ao Neoliberalismo. Mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional*. CPIHTS – Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social. Acedido em Março de 2010.
- Mumford, L.(2004). *A Cidade na História. Suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes.
- Negreiros, M.A., Martins, A., Henriques, B., Mc Donought, J. (1999). *Serviço Social Profissão e Identidade. Que Trajectória?*. Lisboa/São Paulo: Veras Editora
- Nunes, E.M., & Romeiras. R. (2000). *Prisões e Presos Políticos Portugueses durante o Fascismo (1926-1974). Algumas fontes para a sua história*. Câmara Municipal de Loures. (Publicação e CD ROM).
- Nunes, M.H. (2004). *Serviço Social e Regulação Social. A agência do Assistente Social*. Porto: Edições Criativas.
- Paillé, P. (Sous la direction). (2006). *La méthodologie qualitative. Postures de recherche et travail de terrain*. Paris: Armand Colin.
- Pais, J.M. (2007). *Sociologia da Vida Quotidiana*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciência Sociais. (Original publicado em 2002).
- Pais, J.M. (2005). *Ganchos, Tachos e Biscates. Jovens, trabalho e futuro*. Porto: Ambar. (Original publicado em 2001).
- Pascoal, R. (2002). *Relatório de Estágio. Bairro da Quinta da Fonte. Bairro da parcela 6*. Câmara Municipal de Loures.
- Pinto, T.C. (1994). A Apropriação do Espaço em Bairros Sociais: o Gosto pela Casa e o Desgosto pelo Bairro. In Revista Sociedade e Território. Nº20, Abril 1994: Edições Afrontamento.
- Poirier, J.; Clapier-Valladon, S. & Raybaut, P. (1995). *Histórias de Vida. Teoria e Prática*. Oeiras: Celta Editora. (Original publicado em 1983).

- Primo, J.& Mateus, D. (2008). *Normas para a elaboração e apresentação de teses de Doutoramento. (Aplicáveis às dissertações de Mestrado)*. Despacho Reitoral nº52/2008. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Queirós, M.J. (2005). *Mulheres e Território. Histórias de Sobrevivência e luta. Rendimento mínimo, redes sociais: permanecer ou sair da pobreza*. Tese apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do grau de Doutor em Serviço Social, sob a orientação da Professora Doutora Maria do Carmo Brant de Carvalho.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L.V. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva: Lisboa. (Original publicado em 1988).
- Ribeiro, L.C.Q. (2006). Dinâmica socioterritorial das Metrôpoles brasileiras: dispersão e concentração. In “Boletim Políticas Sociais – acompanhamento e análise”, nº 12, 225. Instituto de Pesquisa Económica Aplicada. pp.221-229.
- Rodrigues, F. (2008). *Novas Políticas Sociais Novas: Entre ‘Belas’ e ‘Senãos’*. In *Locus Social*. 1/2008. (pp.90-94).
- Rodrigues, F. (1999). *Assistência Social e Políticas Sociais em Portugal*. Lisboa: Departamento Editorial do ISSScoop; CPHITS – Centro Português de Investigação em História em Trabalho Social.
- Rolnik, R. (2009). *Impacto da Crise Financeira Mundial no Direito a uma Habitação Condigna*. Comunicação apresentada na VII Conferência do Ciclo de Conferências “Direito à Cidade. Os direitos urbanos dos cidadãos e a transformação da cidade”. Lisboa: AD URBEM – Associação para o Desenvolvimento do Direito do Urbanismo e da Construção.
- Santos, B.S. *A territorialização/desterritorialização da exclusão/inclusão social no processo de construção de uma cultura emancipatória*. Comunicação proferida no Seminário “Estudos Territoriais de Desigualdades Sociais”. São Paulo. Pontifícia Universidade Católica. 16 e 17 Maio, 2001.
- Silva, A.S. & Pinto, J.M. (orgs.) (2007). *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento. (1ª edição publicada em 1986).
- Silva, F.C., Pérez, A.R. & Vieira, M.B. (2008). Classe, cidade e poder: nova classe média, valores políticos e cidades globais. In Cabral, M.V., Silva, F.C. & Saraiva, T. (org.), *Cidade e Cidadania*. (pp. 295-315). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Silva, F.C., Pérez, Aboim, S. & Saraiva, T. (2008). Participação cívica e vida urbana em Portugal. In Cabral, M.V., Silva, F.C. & Saraiva, T. (org.), *Cidade e Cidadania*. (pp. 243-269). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

- Soulet, M.H. (2006). *Traces et intuition raisonné*. In Paillé, P. (Sous la direction). (2006). *La méthodologie qualitative. Postures de recherche et travail de terrain*. Paris: Armand Colin.
- Soulet, M.H. (2000). Pensar a exclusão nos dias de hoje: não-integração ou desintegração? In Soulet, M.H. (Org.). *Da Não Integração. Tentativas de definição teórica de um problema social contemporâneo*. (pp. 9-19). Coimbra: Quarteto Editora. (Original publicado em 1994).
- Sposati, A. (Coord.). (1996). *Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo*. São Paulo: EDUC – Editora da PUC-SP.
- Stoer, Magalhães e Rodrigues, R.S., Magalhães, A.M. & Rodrigues, D. (2004). *Os Lugares da Exclusão Social. Um dispositivo de diferenciação pedagógica*. São Paulo: Cortez Editora.
- Tizon, P.(1996). Qu'est-ce que le territoire?. In Di Méo,G.(sous la direction), *Les territoires du Quotidien* (pp. 17-34). Paris: L'Harmattan.
- Valente, S. (2004). *Áreas Metropolitanas. Vivências, Mobilidades e Qualidade de Vida*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Wacquant, L. (2007). *Parias urbains. Ghetto, banlieues, État*. Paris: Éditions La Découverte. (Original publicado em 2005).
- Walgrave, L. (2000). *Vulnerabilidade Societal e Acção Social*. In Soulet, M.H. (Org.). *Da Não Integração. Tentativas de definição teórica de um problema social contemporâneo*. (pp. 9-19). Coimbra: Quarteto Editora. (Original publicado em 1994).
- Zumthor, P. (2008, 27 Setembro). *Uma estrela "Low Profile"*. Entrevista a Peter Zumthor, por Katya Delimbeuf. Revista Única.

Documentos Consultados

Eurobarómetro 71. Opinião Pública na União Europeia. Relatório Nacional. Sumário Executivo (Portugal). Primavera 2009.

Contributos para o Plano Estratégico de Habitação. 2008-2013. Estratégia e Modelo de Intervenção. Documento de Trabalho para Debate.

Contributos para o Plano Estratégico de Habitação. 2008-2013. Relatório 2. Políticas de Habitação.

Direitos Humanos. O Direito Humano a uma Habitação Condigna. Ficha Informativa nº21. Organização das Nações Unidas. S/d.

Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território. Programa de Acção. Anexo à Lei nº58/2007, de 4 de Setembro, que aprova o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), rectificado pela declaração nº80-A, de 7 de Setembro de 2007.

Páginas Web consultadas

<http://www.portugal.gov.pt>

<http://www.portaldahabitacao.pt>

<http://www.cm-loures.pt>

<http://jn.sapo.pt>

<http://epp.eurostat.ec.europa.eu>

<http://www.aml.pt>

<http://habitacao.cm-lisboa.pt>

ANEXO I

ANEXO II



Limpeza étnica

O homem, jovem, movimentava-se num

desespero agitado entre um grupo de mulheres

vestidas de negro que ululavam lamentos. "Perdi tudo!" "O que é que perdeu?" perguntou-lhe um repórter.

"Entraram-me em casa, espatifaram tudo. Levaram o plasma, o DVD a aparelhagem..." Esta foi uma das esclarecedoras declarações dos autodesalojados da Quinta da Fonte. A imagem do absurdo em que a assistência social se tornou em Portugal fica clara quando é complementada com as informações do presidente da Câmara de Loures: uma elevadíssima percentagem da população do bairro recebe rendimento de inserção social e paga "quatro ou cinco euros de renda mensal" pelas habitações camarárias. Dias depois, noutra reportagem outro jovem adulto mostrava a sua casa vandalizada, apontando a sala de onde tinham levado a TV e os DVD. A seguir, transformadíssimo, ia ao que tinha sido o quarto dos filhos dizendo que "até a TV e a playstation das crianças" lhe tinham roubado. Neste país, tão cheio de dificuldades para quem tem rendimentos declarados, dinheiro público não pode continuar a ser desviado para sustentar predadores profissionais dos fundos constituídos em boa fé para atender a situações excepcionais de carência. A culpa não é só de quem usurpou desses dinheiros. A principal responsabilidade destes desvios cai sobre os oportunistas políticos que à custa destas bizarras benesses, compraram votos de Norte a Sul. É inexplicável num país de economias domésticas esfrangalhadas por uma Eurlbor com freio nos dentes que há famílias que pagam "quatro ou cinco Euros de renda" à câmara de Loures e no fim do mês recebem o rendimento social de inserção acima do habitualmente requerido por um grupo familiar de cinco ou seis pessoas, atinge quantias muito acima do ordenado mínimo. É inaceitável que estes beneficiários de tudo e mais alguma coisa ainda queiram que os seus T2 e T3 a "quatro ou cinco euros mensais" lhes sejam dados em zonas "onde não haja pretos". Não é o sistema em Portugal que marginaliza comunidades. O sistema é que se tem vindo a alhear da realidade e da decência e agora é confrontado por elas em plena rua com manifestações de indolente intoleravelmente racista e saravadas de balas de grande calibre disparadas com impunidade. O país inteiro viu uma dezena de homens armados a fazer fogo na via pública. Não foram detidos embora sejam facilmente identificáveis. Pelo contrário. Do silêncio cúmplice do grupo de marginais sai eloquente uma mensagem de ameaça de contorno criminoso - "ou nos dão uma zona etnicamente limpa ou matamos." A resposta do Estado veio numa patética distribuição de flores a cabecilhas de gangs de traficantes e autodenominados representantes comunitários, entre os sorrisos da resignação embarçada dos responsáveis autárquicos e do governo civil. Cá fora, no terreno, o único elemento que ainda nos separa da barbárie e da anarquia mantém na Quinta da Fonte uma guarda de 24 horas por dia com metralhadoras e coletes à prova de bala. Provavelmente, enquanto arriscam a vida neste parque temático de incongruências socio-políticas, os defensores do que nos resta de ordem pensam que ganham menos que um desses agregados familiares de profissionais da extorsão e que o ordenado da PSP deste mês de Julho se vai ressentir outra vez da subida da Eurlbor.

MÁRIO CRESPO, JORNALISTA

publicado a 2008-07-21 às 00:30

Para mais detalhes consulte:

http://www.jn.pt/Opiniao/default.aspx?content_id=969930&opiniao=M%E1rio%20Crespo

GRUPO CONTROLINVEST

Copyright © - Todos os direitos reservados